



MINAGRIF/PDAC



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P159052-AO)

PRESTADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS

Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)

da

FAZENDA CATEMO LS & SS, LDA

Iniciativa:



Financiamento:



Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola

OUTUBRO DE 2022



MINAGRIF/PDAC



Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	13
1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Apresentação do projecto PDAC.....	15
1.2. Objectivos e âmbito do PGAS	19
1.3. Estrutura e Conteúdos do PGAS	19
1.4. Identificação da Equipa Ambiental e Social.....	20
1.5. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM) 21	
1.6. Identificação das Etapas de Elaboração, implementação, monitorização e arranjos institucionais dos PGAS	23
1.7. Principais riscos ambientais e sociais associados.....	24
2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO	26
2.1. Objectivos do projecto.....	26
2.2. Breve apresentação e caracterização geral da fazenda	28
2.3. Localização da fazenda.....	29
2.4. Mão de Obra	32
2.5. Descrição do processo produtivo a adoptar pelo subprojecto	34
2.6. Principais actividades do projecto	34
2.7. Equipamentos agrícolas existentes e por adquirir	35
2.8. Actividades relacionadas com reabilitações e construções	37
2.9. Consumo de energia e água potável	38
2.10. Principais tecnologias adoptadas pelo projecto	38



MINAGRIF/PDAC



2.11.	Estimativa de produção de resíduos.....	39
2.12.	Agricultura	39
2.12.1.	Parcelamento e melhoramento dos solos	39
2.12.2.	Limpeza de terrenos	40
2.12.3.	Análise dos solos.....	40
2.12.4.	Correcção dos solos (aplicação de calcário dolomítico)	41
2.12.5.	Rotações, sucessões de culturas e áreas a semear anualmente.....	41
2.12.6.	Necessidades hídricas das culturas.....	45
2.12.7.	Programação das campanhas agrícolas e aquisição com antecedência dos insumos agrícolas	45
2.12.8.	Preparação da terra limpas	45
2.12.8.1.	Instalação das culturas (Sementeira/plantação).....	46
2.12.8.2.	Seguindo rigorosamente as fichas técnicas e as contas cultura	46
2.12.8.3.	Acompanhamento das culturas instaladas (Cuidados culturais).....	46
2.12.8.4.	Colheita, armazenamento e expedição da produção.....	46
2.13.	Avicultura	47
2.13.1.	Organização dos aviários.....	47
2.13.2.	Programa de Vacinação (Padrão).....	47
2.13.3.	Oficina de produção de rações	48
2.13.4.	Fórmulas de ração	48
2.13.5.	Análise do pavilhão	48
3.	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL.....	49
3.10.	Enquadramento Biofísico.....	49



MINAGRIF/PDAC



3.10.1.	Clima	49
3.10.2.	Vegetação	50
3.10.3.	Áreas de conservação e protegidas	50
3.10.4.	Solos	50
3.10.5.	Hidrografia.....	50
3.11.	Características sócio económica da província do Huambo.....	50
3.12.	Demografia	51
3.13.	Aspectos socioeconómicos	52
3.13.1.	Qualificação e escolaridade	53
3.13.2.	Actividade e emprego	53
3.13.3.	Agregado familiar e habitação.....	54
3.14.	Relativamente ao abastecimento de água e energia.....	54
3.15.	Enquadramento Local	55
3.15.1.	Actividades da população	55
3.15.2.	Uso actual da terra na área do projecto.....	55
4.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	55
4.10.	Constituição da República de Angola de 2010	55
4.11.	Legislação Ambiental	56
4.12.	Legislação Social	58
4.13.	Políticas ambientais e sociais do Banco Mundial accionadas pelo Projecto	60
4.14.	Avaliação das lacunas da legislação e recomendações.....	61
5.	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS.....	65



MINAGRIF/PDAC



5.10.	Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais.....	65
5.11.	Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto.....	65
5.12.	Classificação dos impactos	66
5.12.1.	Fase de Construção	68
5.12.2.	Fase de Operação.....	74
6.	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTA.....	80
7.	PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL	90
7.10.	Plano de gestão de resíduos e efluentes	90
7.10.1.	Implementação do PGR (Ações, responsabilidades).....	92
7.10.2.	Descartes de resíduos na fazenda	94
7.10.3.	Procedimentos para a gestão de resíduos e efluentes	94
7.10.3.1.	Segregação Dos Resíduos.....	94
7.10.3.2.	Identificação e Acondicionamento.....	97
7.10.3.3.	Armazenamento de resíduos	99
7.10.3.4.	Recolha e transporte de resíduos.....	100
7.10.3.8.	Procedimento para Gestão de Efluentes	104
7.10.4.	Cronograma de Acções e Responsabilidades na Gestão de Resíduos	104
7.11.	Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional.....	105
7.11.1.	Principais causas de acidente no campo	106
7.11.2.	Identificação e Mapeamento dos riscos.....	106
7.11.3.	Levantamento e aquisição dos equipamentos de proteção individual (EPI) necessários;	108
7.11.4.	Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores	109



MINAGRIF/PDAC



7.11.5.	Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO	109
7.3	Plano de atendimento às emergências para fazenda	110
7.3.1.	Objectivos.....	110
7.3.2.	Directrizes gerais.....	111
7.3.3.	Consciencialização ambiental	112
7.3.4.	Procedimentos de Emergência	112
7.3.5.	Cronograma de implementação do plano de emergências	116
7.4	Plano de Gestão de Pragas.....	117
7.4.1.	Uso e Gestão de Pesticidas	117
7.4.2.	Procedimento de Armazenamento	118
7.4.3.	Procedimento de Manuseio	118
7.4.4.	Procedimento de Aplicação.....	119
7.4.5.	Procedimento de Deposição	119
7.4.6.	Embalagens	119
7.4.7.	Fertilizantes	119
7.4.7.1.	Descarte de embalagens de fertilizantes e pesticidas	120
7.4.7.3.	Gestão integrada de pragas (Avícola)	127
7.4.7.4.	Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas 130	
7.4.7.7.	cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças 131	
7.5.	Plano de prevenção da COVID-19	132
7.5.1.	Plano de contingência da Fazenda	132



MINAGRIF/PDAC



7.5.2.	Estabelecer medidas gerais de prevenção no ambiente de trabalho	132
7.5.3.	Desenvolver uma política e procedimentos internos para identificação e isolamento de pessoas doentes	133
7.5.4.	Práticas de trabalho seguro.....	133
7.5.5.	Cronograma de implementação do plano.....	134
7.6.	Plano de formação Ambiental e Social	136
7.7.	Plano de Prevenção de EAS/AS	140
7.8.	Plano de Implementação do MSGR previsto pelo PDAC.....	140
7.8.1.	Acções de divulgação do MSGR	142
7.8.2.	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR).....	143
7.8.3.	Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual	143
7.9.	Plano de Consultas Públicas	144
7.9.1.	Cronograma de implementação.....	144
8.	CUSTOS ESTIMADOS	146
9.	ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO.....	148
9.1.	Propósito.....	148
9.2.	Meios de verificação e indicadores de execução.....	148
9.3.	Acompanhamento.....	149
10.	CONSULTA PÚBLICA.....	154
11.	Outros Aspectos	155
11.1.	Padronização das actividades previstas no processo produtivo.....	155
11.2.	Reporting e Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatórios	155
12.	ANEXOS.....	160



MINAGRIF/PDAC



12.1.	Anexo I: Relatório da Consulta Pública.....	160
12.1.1.	Anexos da consulta pública: Lista de Presença e Fotografias	164
12.2.	Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto	167
12.3.	Anexo III. Declaração de Terra da Fazenda Catemo LS & SS, Lda	168
12.4.	Anexo IV: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento	169
12.5.	Anexo V: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC.....	170
12.6.	Anexo VI: Ficha de Registo de Não Conformidades da fazenda CATEMO LS & SS, LDA	171
12.7.	Anexo VII. Código de Conduta do PDAC	175



MINAGRIF/PDAC



Índice de Tabelas

Tabela 1: Equipamentos necessários.....	16
Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS	20
Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais	24
Tabela 4: Perspectiva de produção a partir do ano cruzeiro da produção	27
Tabela 5: Rotação de culturas	43
Tabela 6: Necessidade hídrica das Culturas	45
Tabela 7: Programa de vacinação.....	48
Tabela 8: Legislação Ambiental.....	56
Tabela 9: Legislação Social.....	58
Tabela 10: Políticas Ambientais e sociais do Banco Mundial	60
Tabela 11: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial	61
Tabela 12: Critérios usados para determinar a consequência do impacto.....	65
Tabela 13: Classificação dos impactos.....	66
Tabela 14: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais	68
Tabela 15: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais fase de operação	74
Tabela 16: Medidas de mitigação propostas	80
Tabela 17: Resíduos gerados na fazenda CATEMO LS & SS, LDA	90
Tabela 18: Segregação de Resíduos	96
Tabela 19: Tipo de resíduos, origem, acções e responsabilidades do proponente:.....	101
Tabela 20: Metodologia de destino final para resíduos.....	103



MINAGRIF/PDAC



Tabela 21: Cronograma de Acção e Responsabilidades na Gestão de Resíduos	104
Tabela 22:: Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO.....	109
Tabela 23: Procedimentos de emergência.....	114
Tabela 24: cronograma de implementação do plano de emergências.....	116
Tabela 25: Culturas e tipo de pragas	120
Tabela 26: Pesticidas/ Insecticidas usados na cultura do milho.....	122
Tabela 27: Insecticidas usadas na cultura do Feijão Vulgar	124
Tabela 28: Pesticidas, riscos ambientais, ocupacionais e de saúde, incluindo medidas de mitigação e indicadores de monitoria Impactos negativos / Pragas e uso de pesticidas/ ameaças / riscos Causas Medidas de mitigação Ferramenta de implementação.	130
Tabela 29: Calendário de monitoria e supervisão	131
Tabela 30: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças.....	131
Tabela 31: cronograma de implementação do plano prevenção a covid 19.....	134
Tabela 32: Plano de formação Ambiental e Social	136
Tabela 33: Estimativa de custos	146
Tabela 34: Plano de Monitoria de impactos da fazenda CATEMO LS & SS, LDA	150
Tabela 35: Comentários recebidos e respostas.....	154
Tabela 36: Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatório	156
Tabela 37: Monitorização apartir do 2º ano de implementação.....	157
Tabela 38: Periodicidade de entrega de relatórios	158
Tabela 39: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações do PDAC	170
Tabela 40: Relatório De Não Conformidades (RNC)	171



MINAGRIF/PDAC



Índice de figuras

Figura 1: Componentes do PDAC.....	18
Figura 2: Mapa da CATEMO LS & SS, LDA	29
Figura 3: Rede de estradas (amarelo) dentro da Fazenda (em bom estado).....	30
Figura 4: Localização das linhas de água.....	31
Figura 5: Localização das infraestruturas da fazenda	32
Figura 6: Aproveitamento da linha de água dentro da Fazenda: A – 1ª pequena barragem com 0.1 ha; B – 2ª barragem com 3 ha; C – 3ª barragem com 0.4 ha. 3 – Tanques de piscicultura com 0.16, 0.20 e 0.7 há.	32
Figura 7: Equipamentos da fazenda	36
Figura 8: Gráfico de Desemprego por Género	54
Figura 9: Segregação de resíduos.....	95
Figura 10: Recipiente de pequeno/médio porte para acondicionamento dos resíduos.	98
Figura 11: Recipientes de grande porte para o acondicionamento de resíduos	98
Figura 12: Adesivo para a identificação de Resíduos	99
Figura 13: Lista de presenças da Consulta Pública	164
Figura 14: Especialista Ambiental e Social com o proponente e autoridades tradicionais.....	165
Figura 15: Especialista ambiental e os participantes.....	165
Figura 16: Proponente e trabalhadores.....	166
Figura 17: Viveiro de plantas florestais para instalação de quebra- ventos	166
Figura 18: Croqui de Localização	167
Figura 19: Declaração de Terra da fazenda LS & SS, Lda	168
Figura 20: Pormenor de um campo da fazenda Catemo LS & SS, Lda.....	169



MINAGRIF/PDAC



Lista de Acrónimos

AFD:	Agência Francesa de Desenvolvimento
AIA:	Análise de Impacto Ambiental
BM:	Banco Mundial
BRLi-	Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica
SIRIUS:	especializada no Corredor
EAS/AS:	Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual
EBRD:	Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
EDA:	Estação de Desenvolvimento Agrário
IDA:	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IFC:	Corporação Financeira Internacional
INE:	Instituto Nacional de Estatística
M & A:	Monitoria e Avaliação
MINAGRIF:	Ministério da Agricultura e Florestas
MINAMB	Mistério do Ambiente
MSGR:	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
PDAC:	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola
PGAS:	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGR	Plano de Gestão de Resíduos
PME:	Pequenas e Média Empresas
PN:	Plano de Negócio
TSP:	Prestadores de Serviços Técnicos
UIP:	Unidade de Implementação do Projecto
VBG:	Violência Baseada no Género



MINAGRIF/PDAC



SUMÁRIO EXECUTIVO

A equipa do TSP BRLi-Sirius submete ao-Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola (PDAC) o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para o Plano de Negócio da Fazenda CATEMO LS & SS, LDA, encontra-se localizada na província do Huambo, município do Huambo, comuna da Chipipa, aldeia de Messele 1º, tem na sua estrutura executiva da 26 trabalhadores, dos quais 6 mulheres e 20 homens cujo proponente é o Senhor **Luís Sabino Manuel Sampaio**, Presidente do Conselho de Administração. A proposta foi preparada e concebida seguindo as normas do Banco Mundial e a Legislação vigente na República de Angola com a finalidade de apresentar um quadro ilustrativo dos impactos ambientais e sociais negativos do subprojecto, propostas de mitigação dos riscos, medidas de salvaguardas ambientais e sociais e um plano de monitorização ambiental e social.

O subprojecto visa atingir os seguintes objectivos:

- O objectivo do Plano de Negócio é a produção de ovos para consumo e para incubação e venda de pintos do dia e de três semanas, para outros avicultores da Província do Huambo, com as aves exploradas em piso, em sistema semi-intensivo, com acesso a parques de pastoreio e alimentadas com matérias-primas produzidas na própria fazenda.
- Fazer análise e correção dos solos na medida em que se vai ampliando a área de produção.
- Construir terraços como medida anti-erosivas nos terrenos de maior declive.
- Produzir milho, feijão, soja, batata-doce numa área de 70 hectares actuais e aumentar a área mais 20 para totalizar 90 hectares gradualmente do 1º ao 3º ano;
- A produção de milho e soja em quantidades que satisfaçam as necessidades mínimas das matérias-primas que satisfaçam as necessidades de ração dos bandos em ex+Ipração.
- Aumentar a qualidade do pessoal do ponto de vista técnico de modo a ter uma maior e melhor produção em conformidade com as exigências dos seus clientes, necessidades pontuais do projecto e consequentemente o rendimento da empresa
- Promover o desenvolvimento social da fazenda e das comunidades vizinhas, com relevância para a equidade de género, o ambiente, a higiene e segurança ocupacional.
- Gerar crescimento económico para o proponente e colaboradores directos
- 3.200 galinhas poedeiras da estirpe Isa Brown com a produção de 42.000 ovos/mês
- 1.200 galinhas de estirpe Boschveld e 200 Galos.

A categoria ambiental e social do subprojecto foi estabelecida por consultores de salvaguarda ambientais e sociais do PDAC, tendo como base a ficha de triagem social e ambiental apresentada pela BRLI/SIRIUS. O projecto foi classificado como **categoria B**, sujeito a apresentação de um PGAS que inclui disposições sobre gestão de pragas e doenças e de gestão de resíduos.

No âmbito da categorização ambiental e social foi também preenchida a ficha de pré-avaliação/triagem do Reassentamento Involuntário. Pelo preenchimento da ficha concluiu-se que o Plano de Negócio da Fazenda CATEMO LS & SS, LDA, não irá desencadear a O.P 4.12, visto que o projecto será implementado num terreno privado, cujo proponente apresenta o título de propriedade, já em uso agrícola e sem ocupantes informais, quer para fins de exploração agrícola, quer para fins habitacionais. O subprojecto não irá



MINAGRIF/PDAC



igualmente afectar o acesso das comunidades vizinhas às suas explorações agrícolas ou a qualquer outro meio de subsistência.

O presente PGAS apresenta programas de mitigação dos impactos ambientais e sociais identificados, as propostas de medidas de mitigação destes impactos, as responsabilidades de execução e coordenação e os custos estimados para cada fase do subprojecto. Os programas de monitorização dos impactos identificam os parâmetros a monitorar, frequências de medição, as responsabilidades quanto a revisão e elaboração de relatórios bem como a estimativa de custos. O PGAS inclui também programas de fortalecimento institucional e capacitação durante os 5 anos de implementação do subprojecto.

O PGAS foi sujeito à consulta pública para sua divulgação e recolha de informações (feedback) em primeira instância pelo PDAC órgão financiador do subprojecto, autoridades locais e Proponente e trabalhadores das fazendas.



MINAGRIF/PDAC



1. INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), é um documento que traça as diretrizes gerais de gestão ambiental e social para as operações normais do subprojecto. Inclui procedimentos e especificações ambientais e sociais (integrando as medidas de mitigação) e oferece uma visão geral dos papéis e responsabilidades fundamentais de cada um dos intervenientes. As especificações ambientais e sociais estão divididas em matriz para a fase de construção e matriz para a fase de operação.

Este PGAS diz respeito ao Plano de Negócio da CATEMO LS & SS, LDA, encontra-se localizada na província do Huambo, município do Huambo, comuna da Chipipa, aldeia de Messele 1º cujo o proponente é o senhor **Luís Sabino Manuel Sampaio**, a sua elaboração teve o suporte técnico da equipa da BRLI - SIRIUS, contratada no âmbito do PDAC. O Plano de Negócio da fazenda visa melhorar/desenvolver a produção e comercialização de ovos para consumo e para incubação e venda de pintos do dia e de três semanas em condições semi-intensivas de milho, soja, feijão e batata doce para produzir rações dentro da fazenda.

Portanto, a fazenda Catemo teve início de suas actividades em 2003 tendo sido feito a desmatação e ordenamento da exploração nos anos seguintes, foram feitas as infra – estruturas tais como Barragens, estábulos para suínos, caprinos, aves, escritórios, quartos para técnicos, acessos, tanques, valas, de irrigação, tanques para peixes, plantação de pastos, árvores de frutos e outras culturas como o milho, o feijão, a batata – doce, soja, e horticulturas, com o surgimento do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, pretende-se, organizar e potencializar a produção e produtividade da fazenda, eliminando o sistema de produção rudimentar e conseqüentemente, dispersão de investimento para focar na produção de culturas como o milho, feijão, soja, batata doce a produção de ovos e vendas de pintos de 21 dias.

A oportunidade de financiamento que o PDAC oferece, constitui a mola impulsionadora e o principal motivador para redefinir o sistema de produção e organização da Fazenda, pois o PDAC permitirá ter acesso a tecnologias para atingir os objectivos da fazenda que consiste em aumentar a produtividade, rentabilidade da empresa e o crescimento económico e social do promotor, bem como geração de emprego e renda para as comunidades locais vizinhas.

A fazenda tem na sua estrutura executiva 26 trabalhadores, dos quais 6 mulheres e 20 homens. Os trabalhadores não têm contratos de trabalho e não auferem salário mínimo de acordo com a Lei Geral do Trabalho (LGT).

Quanto as condições de habitabilidade, a fazenda possui infraestruturas residenciais para albergar os trabalhadores da fazenda, a fazenda dispõe de equipamentos agrícolas e avícolas para a produção na fazenda.

1.1. Apresentação do projecto PDAC



MINAGRIF/PDAC



O Projecto de Desenvolvimento de Agricultura Comercial (PDAC), cujo objectivo fundamental é de aumentar a produção e produtividade de micro, pequenos e médios agrícolas e facilitar o acesso ao mercado em cadeias de valor seleccionadas. Este projecto tem o financiamento do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) por um período de seis (6) anos que compreende entre 2018 - 2024. O projecto estabelece os seguintes objectivos:

- Aumentar a produção e a produtividade agrícola;
- Diminuir as importações e melhorar a segurança alimentar com a promoção da autossuficiência;
- Gerar empregos e renda em sistemas agroalimentares;
- Promover o alinhamento da oferta pelos produtores e nos mercados privados;
- Fortalecer a prestação e a qualidade da assistência técnica e treinamento para os beneficiários do projecto, suas organizações e principais partes interessadas envolvidas nas cadeias de valor;
- Permitir maior acesso ao capital por meio de subsídios equivalentes e garantias parciais de crédito;
- Apoiar investimentos em infraestrutura como estradas, irrigação, electricidade, etc.;
- Promover investimentos que melhorem o ambiente de agronegócio.

Tabela 1: Equipamentos necessários

Item		Nº
Tanque de água de 1000 L	Unidade	1
Tanque de água de 2000 L	Unidade	1
Bebedouro de 2ª Fase - 20 L	Unidade	60
Comedouro de 2ª Fase -c/ grelha	Unidade	60
Bebedouros 1ª Fase - 6 L	Unidade	40
Comedouro 1ª Fase 6 kg	Unidade	40
Aquecedores	Unidade	8
Fábrica de Rações	Unidade	1
Incubadoras	Unidade	2

E em termos de equipamentos avícola, prevê-se:

- TractorMahindra para reparar devido a uma varia;
- TractorMahindra 6075 de 75cv;
- Charrua de 3 disco;
- Grade e 18 discos;
- Serviços técnicos (soldadura);
- Serviços técnicos (Moagem);



MINAGRIF/PDAC



- Tubo de polietileno AD PN 10DN;
- Grupo electrogeneo HFW-100T5;
- Caprari Gr.mec-A3/80D+37kw;
- Caprari (aspiração,compress);
- Caprari - quadro eléctrico 37k;
- Toyota hino 300 psb6,5 Ref:A10;
- Fábrica de ração capacidade de 10 ton;
- SinotrukHowo Camião-carga24t ;
- Computador HP 290G4 MT-1TB;
- IMP Hp laser 1200N5000PAG;
- Semeador Pneum.4C/ADU.

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial em Angola possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas:

Componente 1: Promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio

Pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.

Subcomponente 1.1: Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização

Subcomponente 1.2: Garantias parciais de crédito

Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing

A Componente 2 apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”).

Subcomponente 2.1: Reabilitação de Estradas Rurais

Subcomponente 2.2: Apoio a Projectos Públicos de Irrigação

Subcomponente 2.3: Conexões de eletricidade rural de último km

Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios

Irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Florestas).



MINAGRIF/PDAC



Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do projeto

A Componente se concentra na gestão do projeto, monitoria e avaliação (M&A)

As quatro componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de nove cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, batata rena, batata doce, mandioca, ovos e frangos):

Corredor A: cobertura de duas províncias (Cuanza Norte e Malanje);

Corredor B: cobertura de quatro províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié da Huila),



Figura 1: Componentes do PDAC

O subprojecto “Fazenda CATEMO LS & SS, LDA” integra-se na componente 1 (promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio).

Em conformidade com o conhecimento sobre as limitações dos produtores para darem o salto para uma agricultura comercial e orientada para o mercado, devido ao limitado conhecimento e manuseamento de tecnologias avançadas, acesso ao financiamento e mercados seguros, o PDAC recrutou o Técnico Prestador de Serviços (TSP) BRLI-Sirius, empresa especializada em consultoria para prover assistência técnica na elaboração de Planos de Negócio e acompanhamento dos proponentes.

Por isso o referido Plano de Negócio da fazenda CATEMO LS & SS, LDA foi formulado dentro da implementação da prestação de serviços da BRLI/Sirius.

Dentro das suas atividades com fazenda CATEMO LS & SS, LDA e dados de levantamento, o TSP BRLI/Sirius preencheu uma Ficha de Triagem e Categorização Ambiental e Social do Subprojecto que apresentou à UIP. Com esse documento a UIP tomou a decisão de incluir o subprojecto na **categoria ambiental e social B**, cujos potenciais impactos ambientais adversos podem afectar as populações humanas e/ou áreas ambientalmente importantes, com impactos específicos ao local do subprojecto e que podem ser mitigados com acções particulares ambientais e sociais.

Deste modo, a equipa ambiental e social da BRLI - SIRIUS apresenta o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), onde são definidas as referidas acções de mitigação dos impactos a ser desenvolvidos pelo proponente para as fases de construção, implementação e operação do projecto com apoio dos especialistas da BRLI-Sirius e o programa de monitorização do TSP, e implementar do PDAC e das entidades multisectoriais estatais competentes.



MINAGRIF/PDAC



1.2. Objectivos e âmbito do PGAS

O PGAS serve para fornecer um quadro global para a gestão ambiental e social das actividades do subprojecto, e tem que ser usado como ferramenta prática durante a sua implementação.

Os objectivos específicos do PGAS são:

- Estabelecer procedimentos claros e metodologias de integração das questões ambientais e sociais durante as fases de implementação do projecto;
- Prestabelecer mecanismos de preparação e implementação do projecto que permitam tratar adequadamente as questões de salvaguarda ambiental e social do Governo da República de Angola e do Banco Mundial no caso do PDAC;
- Avaliar os potenciais impactos ambientais e sociais do projecto e propor medidas de mitigação;
- Identificar as necessidades de treinamento e fornecer um orçamento para formação e capacitação do Proponente;
- Elaborar em plano de monitorização ambiental e social.
- Colaborar na implementação do Plano de Acção contra EAS/AS previsto pelo PDAC, bem como na implementação do MSGR.

No presente caso, a elaboração deste PGAS teve em consideração as políticas relevantes de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial. Ao assumir formalmente as medidas a nível da gestão ambiental e social, o presente PGAS garante que os potenciais impactos negativos sejam minimizados e os positivos maximizados.

Os planos de gestão definidos para o presente subprojecto são:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional;
- Plano de Gestão de Pragas;
- Plano de Atendimento à Emergências;
- Plano de Prevenção da COVID 19;
- Plano de Formação Ambiental e Social.
- Plano de Prevenção de EAS/AS;
- Plano de Consultas Públicas.
- Plano de Implementação do MSGR

1.3. Estrutura e Conteúdos do PGAS



MINAGRIF/PDAC



Depois desta introdução e apresentação do subprojecto da Fazenda CATEMO LS & SS, LDA, o presente PGAS aborda os seguintes assuntos:

- Sumário Executivo
1. Introdução
 2. Descrição do projecto
 3. Caracterização do meio Ambiente e social
 4. Enquadramento legal
 5. Avaliação dos impactos ambientais e sociais
 6. Medidas de mitigação propostas
 7. Programa de gestão ambiental e social
 8. Custos estimados
 9. Programa de gestão a acompanhamento/monitoria do subprojecto
 10. O plano de consulta pública
 11. O mecanismo de sugestões e gestão de reclamações
 12. Outros aspectos a considerar no presente PGAS
 13. Anexos.

1.4. Identificação da Equipa Ambiental e Social

A seguir é apresentada uma breve descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS, inclusive a formação e papel de cada um no PGAS (Tabela 2).

Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS

Nome	Contacto	Formação	Papel	Base de trabalho
Daniel Sassupe	daniel.corredorb@sirius.co.ao sassupe@yahoo.com.br Telemóvel: 942 817 594	Eng.º Agrónomo; Pós-Graduado em Ciências do Consumo Alimentar Msc. Produção e Tecnologia Alimentar	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação, supervisão e apoiar o MSGR e plano de mitigação de EAS/AS do PDAC Elaborar os PGAS base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação dos PGAS	Huambo, Huíla e Bié



MINAGRIF/PDAC



Nome	Contacto	Formação	Papel	Base de trabalho
Irina Portela	<p>irina.corredorb@sirius.co.ao</p> <p>leiteirina@gmail.com</p> <p>Telemóvel: 928 558 872</p>	Eng ^a Geógrafa	<p>Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação, supervisão e apoiar o MSGR e plano de mitigação de EAS/AS do PDAC</p> <p>Elaborar os PGAS base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação dos PGAS</p>	Cuanza Sul

1.5. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As instituições que participam na implementação e monitoria do PGAS da Fazenda CATEMO LS & SS, LDA são respetivamente (i) o TSP BRLI/SIRIUS (ii) o Proponente, Sr **Luís Sabino Manuel Sampaio**, (iii) a UIP PDAC e (iv) o Banco Mundial.

O TSP BRLi/Sirius é responsável pela elaboração e apresentação à UIP PDAC do presente PGAS, assim como a supervisão e monitoria directa da implementação das acções previstas.

No âmbito das suas atribuições, O TSP BRLI SIRIUS terá que:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com os requisitos legais ambientais e sociais estabelecidos pelo PDAC e pelo Banco Mundial;
- Realizar formações do proponente e das suas equipas para melhor entender o conteúdo do PGAS e para ter capacidades de implementá-lo;
- Apoiar o proponente no planeamento da implementação do PGAS;
- Apoiar o proponente a formular regulamentos e procedimentos particulares em relação às medidas ambientais e sociais definidas;
- Monitorar/controlar a implementação do PGAS mediante o levantamento dos indicadores definidos;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas corretivas;
- Elaborar relatórios de implementação do PGAS e disponibilizá-los ao PDAC;



MINAGRIF/PDAC



- Informar o PDAC e particularmente o especialista ambiental e social nos casos em que o PGAS não esteja a ser implementado conforme previsto ou caso aconteça um problema ambiental e social na gestão da fazenda;
- Implementar medidas de prevenção e protecção dos trabalhadores contra EAS/AS;
- Subscrever o Código de Conduta previsto pelo projecto e assegurar a assinatura do CdC por todos os trabalhadores contratados pelo proponente;
- Prever a aplicação de medidas imediatas de protecção e segurança física de sobreviventes de EAS/AS causadas por um trabalhador e medidas de correctivas sobre o agressor;
- Assegurar o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores e comunidade envolvente, disponibilizar um canal de recepção de reclamações/sugestões nas instalações e colaborar na sua divulgação junto dos mesmos.

As aplicações das medidas previstas no plano de monitoramento do PGAS são da responsabilidade do Proponente que receberá instruções e treinamento do TSP BRLI/Sirius sobre os mecanismos de implementação. O TSP BRLI/Sirius tem a responsabilidade de administrar capacidades ao Proponente sobre os contornos de aplicação dos planos de mitigação dos impactos negativos.

O Proponente: Sr Luís Sabino Manuel Sampaio

O proponente é o principal responsável pela implementação do PGAS na Fazenda CATEMO LS & SS, LDA. Por isso ele deverá:

- Implementar as medidas acordadas no PGAS;
- Manter uma colaboração salutar com outros intervenientes mencionados neste PGAS;
- implementar activamente as ações tendentes a mitigar os impactos negativos sociais e ambientais;
- Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de facilitar acções para prevenir a propagação de a propagação do vírus COVID-19;
- Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores, deve atender a critérios reconhecidos para a acomodação de trabalhadores, como os da IFC / EBRD: (https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation).

A UIP PDAC (Unidade de implementação do Projecto PDAC)

A UIP tem a responsabilidade geral de avaliação das fichas de triagem e categorização ambiental e social dos projectos bem como da avaliação dos planos de gestão ambiental e social apresentados pela BRLI - Sirius. Para isso possui uma unidade ambiental e social composta por:

- 1 Especialista Ambiental qualificado cujas responsabilidades são:



MINAGRIF/PDAC



- Avaliar e categorizar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi - Sirius e definir os estudos ambientais e sociais necessários (os PGAS);
 - Revisão dos PGAS;
 - Monitorar e avaliar os relatórios ambientais apresentados pelo TSP;
 - Monitorar a implementação das medidas de mitigação dos impactos ambientais negativos no subprojecto incluindo as salvaguardas ambientais.
- 1 Especialista em desenvolvimento social cujas responsabilidades são:
- Avaliar e categorizar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi – Sirius e definir os estudos ambientais e sociais necessários (os PGAS);
 - Revisão dos PGAS;
 - Avaliar a salvaguarda das questões sociais do subprojecto;
 - Melhorar os resultados de desenvolvimento social do subprojecto;
 - Monitorar o envolvimento dos cidadãos nos processos de participação pública e assegurar que os aspectos de género e juventude incluídos na conceção do projecto sejam adequadamente abordados durante a implementação do PGAS.
 - Implementar o Plano de Formação previsto no PGAS e apoiar a implementação do MSGR e do Plano de mitigação de EAS/AS do PDAC”

A Responsabilidade da monitorização das acções do proponente é da UIP- PDAC.

O Banco Mundial (BM)

O **BM** tem a responsabilidade de rever e aprovar este PGAS; de dar a sua não objecção para iniciar a sua implementação; de supervisionar e avaliar os relatórios de monitorização das salvaguardas ambiental e social do subprojecto e garantir que estes apresentem a qualidade necessária.

1.6. Identificação das Etapas de Elaboração, implementação, monitorização e arranjos institucionais dos PGAS

A elaboração do PGAS do subprojecto consiste em 4 etapas fundamentais:

- (i) Triagem de riscos ambientais, verificação no local e categorização do estudo a ser realizado;
- (ii) Realização do estudo conforme a categorização;
- (iii) Consulta pública e processo de divulgação;
- (iv) Revisão e aprovação do estudo de acordo com os resultados.
- (v) Plano de monitorização ambiental e social

A etapa de Implementação do subprojecto cumprirá a etapa da:



MINAGRIF/PDAC



- (i) A capacitação específica para melhor implementação do PGAS para o proponente e trabalhadores da fazenda;
- (ii) Implementação das medidas de mitigação dos riscos ambientais e sociais.

A monitorização dos subprojectos será feita mensalmente pelo especialista das salvaguardas ambientais e sociais e deverá considerar os parâmetros da qualidade da água, biodiversidade, cobertura florestal, produção agrícola, geração de renda, afluxo populacional, consciência ambiental, o uso de pesticidas, a conservação do solo e eficiência no uso da água e da energia, participação das comunidades.

Outros arranjos institucionais para a implementação do PGAS são:

A UIP tem a responsabilidade geral pela implementação deste PGAS e pelos instrumentos e outras medidas de salvaguarda ambientais e sociais relacionadas ao subprojecto através dos seus especialistas de salvaguarda social e ambiental da BRLI –Sirius.

A UIP assegura através dos especialistas de salvaguardas e sociais assegura a preparação destes documentos, a obtenção das licenças e autorizações exigidas pela legislação nacional relevantes antes de qualquer acção, informa ao comité de direcção de todas as diligências, e assegura que o Banco e os outros atores recebam todos os relatórios de monitoramento ambiental e social. Para isso, possui uma unidade ambiental e social composta por dois especialistas qualificados (01 especialista em protecção ambiental e 01especialista em desenvolvimento social).

1.7. Principais riscos ambientais e sociais associados

Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais

Riscos ambientais	Riscos Sociais	
	Direitos humanos	Direitos laborais
Risco de erosão durante as actividades de limpeza e preparo de parcelas agrícolas	A falta de chuva, pode causar desemprego no seio dos trabalhadores do campo, pois não haverá colheita e isso vai provocar desigualdade social	Acidentes nas comunidades próximas (transporte)
Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos, águas residuais, óleos e combustíveis de máquinas e equipamentos)	A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários misturados e é algo que vai contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género)	Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas.
Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido a operação de máquinas e equipamentos com impacto sobre os trabalhadores da .	A ausência de informação sobre os Direitos Humanos pode causar violência doméstica e desigualdades de género.	Aumento da propagação do vírus da Covid 19
Geração de resíduos sólidos (resíduos não perigosos, e resíduos perigosos como embalagens de pesticidas e fertilizantes e outras substâncias químicas usadas na manutenção de máquinas) efluentes líquidos ou gasosos	O aumento de consumo dos recursos hídricos bem como a produção mais resíduos sólidos domésticos, sem destino adequado pode ser factor de risco á saúde da população.	Acidentes de trabalho (fase de construção e operacional do projecto)



MINAGRIF/PDAC



A contaminação do solo e da água por uso de pesticidas e fertilizantes		A ausência de informação sobre os Direitos laborais e de contrato de trabalho aos trabalhadores efectivos pode gerar situações de exploração laboral
		O recrutamento de mão-de-obra eventual para trabalhar nos períodos de plantio e colheita, sobretudo quando vindos de outras regiões, incorrem riscos acrescidos de permanecerem em condições precárias, sem alojamento condigno, condições de higiene, saúde e segurança, e em vulnerabilidade ao risco de trabalho forçado, de exploração laboral e exploração e abuso sexual e/ou assédio sexual (EAS/AS);
	Na sua maioria os rios têm um forte caudal e permanentes e o acesso a água por outras comunidades vizinhas não é condicionado.	Riscos de EAS/AS ou outras formas de violência baseada no género (VBG) dentro da fazenda, sobretudo em período de contratação de trabalhadores eventuais, prevendo-se que 80% destes será mão-de-obra do sexo feminino.
Contaminação do solo e da água por cadáveres de aves e fezes das aves		O recrutamento de mão-de-obra eventual para trabalhar nos períodos de plantio e colheita, sobretudo quando vindos de outras regiões, incorrem riscos acrescidos de permanecerem em condições precárias, sem alojamento condigno, condições de higiene, saúde e segurança, e em vulnerabilidade ao risco de trabalho forçado, de exploração laboral e exploração e abuso sexual e/ou assédio sexual (EAS/AS);
Contaminação do ar por emissão de amoníaco e odores e emissões de poeiras.		Riscos de EAS/AS ou outras formas de violência baseada no género (VBG) dentro da fazenda, sobretudo em período de contratação de trabalhadores eventuais
		O incumprimento dos Direitos Laborais e a ausência de contrato de trabalho da equipa permanente pode gerar situações de exploração laboral, conflitos,



MINAGRIF/PDÁC



		desigualdades de género e situações de EAS/AS (devido à vulnerabilidade na contratação precária pela empresa)".
		Outros Riscos: risco de assédio sexual e/ou exploração e abuso sexual ou outras formas de violência baseada no género dentro da fazenda, sobretudo em período de contratação de trabalhadores eventuais, prevendo-se que "80% destes será mão-de-obra do sexo feminino."
Poderá ocorrer a contaminação do solo e da água pelo descarte inadequado de resíduos e efluentes contaminados gerados no aviário		Riscos para a saúde dos trabalhadores e impactos ecológicos pelo manuseio inadequado de substâncias químicas perigosas (embalagens de pesticidas, medicamentos, vacinas, etc.)
Contaminação por vetores patológicos		Perigos de segurança e saúde comunitária durante a execução das actividades de produção avícola

O subprojecto prevê a utilização de fertilizantes químicos que pode contaminar os solos. Como tal o seu uso deverá ser de acordo com as políticas das salvaguardas ambientais e sociais **OP 4.09** do BM e preparados de acordo as diretrizes da FAO. No capítulo 7.4 Plano de Gestão de pragas são apresentados maiores detalhes sobre as acções de gestão e controle de pragas definidas para o subprojecto da Fazenda CATEMO LS & SS, LDA.

2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

2.1. Objectivos do projecto

- O objectivo do Plano de Negócio é a produção de ovos para consumo e para incubação e venda de pintos do dia e de três semanas, para outros avicultores da Província do Huambo, com as aves exploradas em piso, em sistema semi-intensivo, com acesso a parques de pastoreio e alimentadas com matérias-primas produzidas na própria fazenda;
- Fazer análise e correção dos solos na medida em que se vai ampliando a área de produção;
- Construir terraços como medida anti-erosivas nos terrenos de maior declive;



MINAGRIF/PDAC



- Produzir milho, feijão, soja, batata-doce numa área de 70 hectares actuais e aumentar a área mais 20 para totalizar 90 hectares gradualmente do 1º ao 3º ano;
- A produção de milho e soja em quantidades que satisfaçam as necessidades mínimas das matérias-primas que satisfaçam as necessidades de ração dos bandos em exploração;
- Aumentar a qualidade do pessoal do ponto de vista técnico de modo a ter uma maior e melhor produção em conformidade com as exigências dos seus clientes, necessidades pontuais do projecto e consequentemente o rendimento da empresa;
- Promover o desenvolvimento social da fazenda e das comunidades vizinhas, com relevância para a equidade de género, o ambiente, a higiene e segurança ocupacional;
- Gerar crescimento económico para o proponente e colaboradores directos;
- 3.200 galinhas poedeiras da estirpe Isa Brown com a produção de 42.000 ovos/mês;
- 1.200 galinhas de estirpe Boschveld e 200 Galos;
- Venda de 700 pintos de 21 em 21 dias, num total de 2.364 pintos/ano;
- Venda de 5.560 ovos férteis/mês e 2.940 ovos para consumo.

Um primeiro pavilhão, já existente de 720 m² (45*16 m), dividido em seis compartimentos de 15*8 m, separados por uma meia parede de 60 cm e rede de 2 metros de altura explorando-se 900 galinhas e 190 galos de raça Boschveld, em cada compartimento, num total de 1800 galinhas e 380 galos e quatro bandos de 800 galinhas de raça Isa Brown em cada um dos restantes quatro compartimentos num total de 3200 galinhas, todas em sistema semi-intensivo, com acesso a parques de pastoreio.

Um segundo pavilhão, já existente de 332.5 m² (19*17.5 m), que permitirá a cria no 1º ano de 3 680 pintos e a partir do 2º ano a cria de 8 400 pintos de raça Boschveld em ciclos de três semanas, para a venda a criadores da região. Este pavilhão terá uma área para a colocação de duas incubadoras/eclosoras de 5280 ovos cada. No 1º ano serão vendidos cerca de 60 000 pintos do dia.

Quando todas as parcelas de terra estiverem em plena produção, a partir do 3º ano, por isso em ano cruzeiro, a produção anual estimada será de:

Tabela 4: Perspectiva de produção a partir do ano cruzeiro da produção

Produto	Quantidade	Preço unitário	Valor total
Pintos de raça Boschveld com três semanas	96 000	1 000.00	96 000 000.00
Pintos do dia de raça Boschveld	67 500	750.00	50 625 000.00



MINAGRIF/PDAC



Ovos férteis para incubação	362 000	170.00	61 540 000.00
Ovos de galinhas Boschveld para consumo	155 000	80.00	12 400 000.00
Ovos de galinhas Isa Brown para consumo	830 000	80.00	66 400 000.00
Milho – 60 ha (Kg)	330 000	200.00	66 001 400.00
Soja – 30 ha (Kg)	105 000	400.00	42 000 000.00
Feijão – 60 ha (Kg)	90 000	500.00	45 000 000.00
Batata-doce – 30 ha (Kg)	750 000	85.00	63 750 000.00
TOTAL			503 716 400.00

A nível de agricultura

No ano cruzeiro (depois do 3º ano) pretende-se produzir anualmente:

- Soja: 105 Ton/ano numa extensão de 30 hectares;
- Milho: 330 Ton/ano numa extensão de 60 hectares;
- Feijão: 90 Ton/ano numa extensão de 60 hectares;
- Batata doce: 750 Toneladas numa extensão de 30 hectares.

2.2. Breve apresentação e caracterização geral da fazenda

Trata-se de um projecto misto, e as principais razões que levam à implementação do presente PN, têm a ver com o interesse que o empresário manifestou ao portal do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, de aumentar a zona de produção e o aumento da rentabilidade e consequentemente o crescimento económico e social dos promotores, bem como ajudar a comunidade local com a criação de postos de trabalho e contribuir no aumento da renda de algumas famílias.

O plano adopta a utilização de Média tecnologia nos dois primeiros anos, proporcionando assim, um perfeito ambiente de adaptação do proponente e a seus colaboradores com as novas formas de produção. Com o intuito de garantir o sucesso do PN, programou-se a aquisição de equipamentos bem como a reabilitação das residências, escritórios, aquisição de uma Fábrica de rações e de duas incubadoras de 5 280 ovos, apetrechar os pavilhões com os equipamentos necessários e construir os parques de pastoreio no 2º pavilhão.



MINAGRIF/PDÁC



Será utilizada alta tecnologia a partir do terceiro ano para facilitação dos trabalhos e o alcance dos seus objectivos, adoptando-se técnicas de produção que respeitam o meio ambiente e as aves sem stress, permitindo movimentarem-se e terem uma alimentação adequada e diversificada.

A empresa conta com um total de 249,430 hectares dos quais se vão explorar 90 hectares, destes 10 serão deixados para pousio, para medidas de conservação como canais secundários e primários e vegetação protectora entre parcelas, a área útil de produção será de 90 hectares.

2.3. Localização da fazenda

A fazenda CATEMO LS & SS, LDA, encontra-se localizada na Província Huambo, município do Huambo, Comuna da Chipipa, aldeia de Messele 1º. com a seguinte coordenada geográfica:(12°13'01" S e 15°43'59" E).

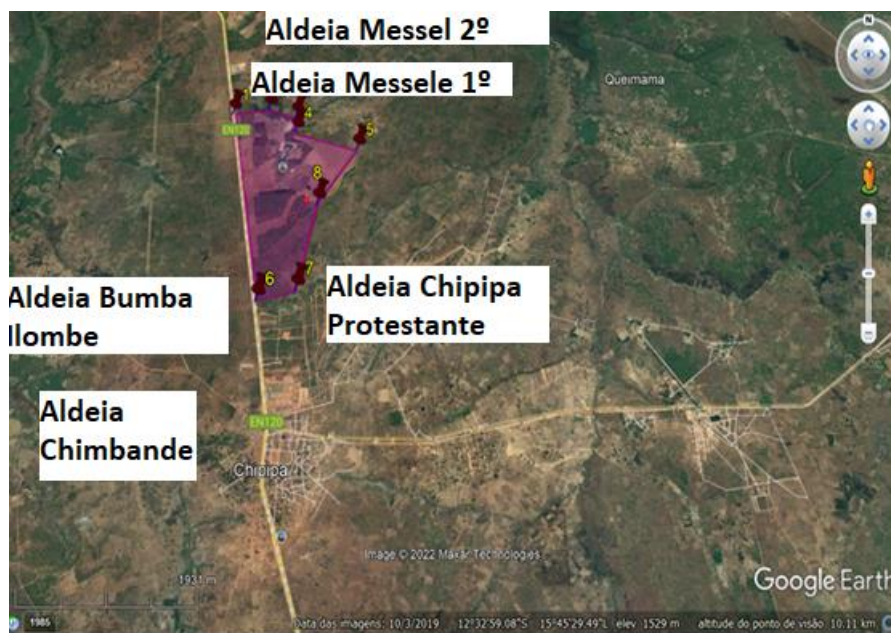


Figura 2: Mapa da CATEMO LS & SS, LDA



MINAGRIF/PDAC

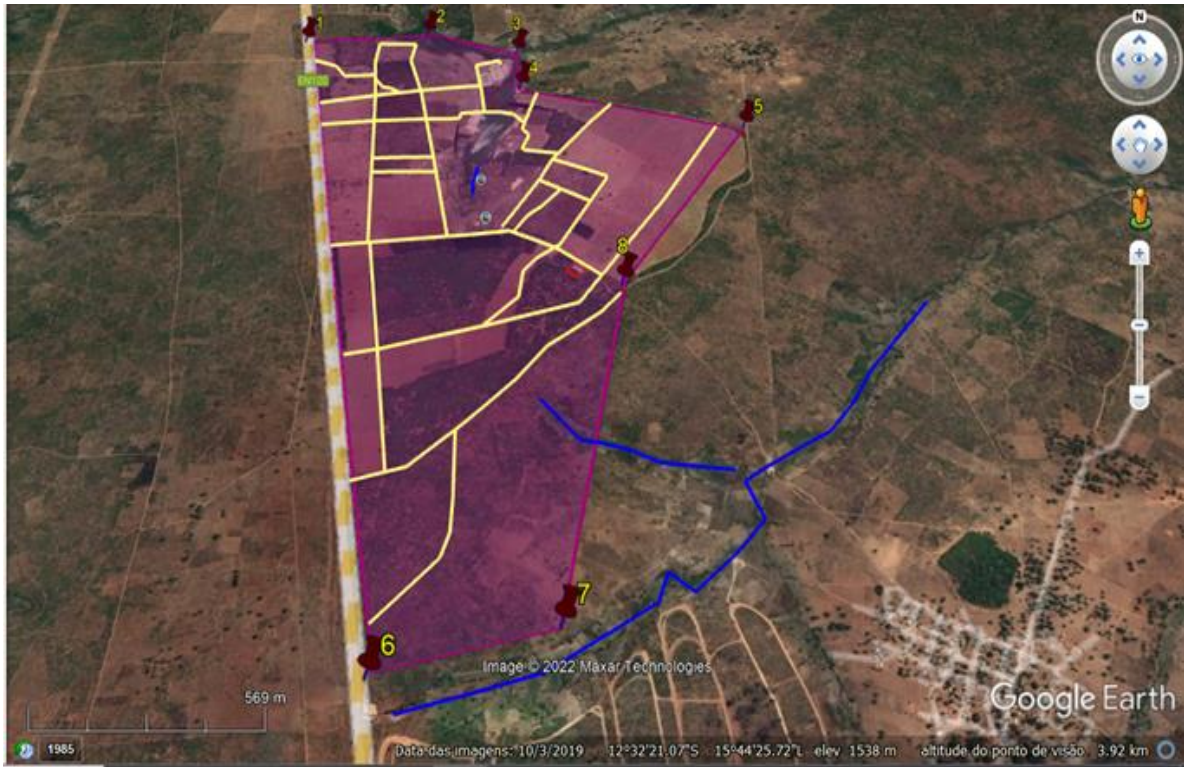


Figura 3: Rede de estradas (amarelo) dentro da Fazenda (em bom estado)



MINAGRIF/PDAC

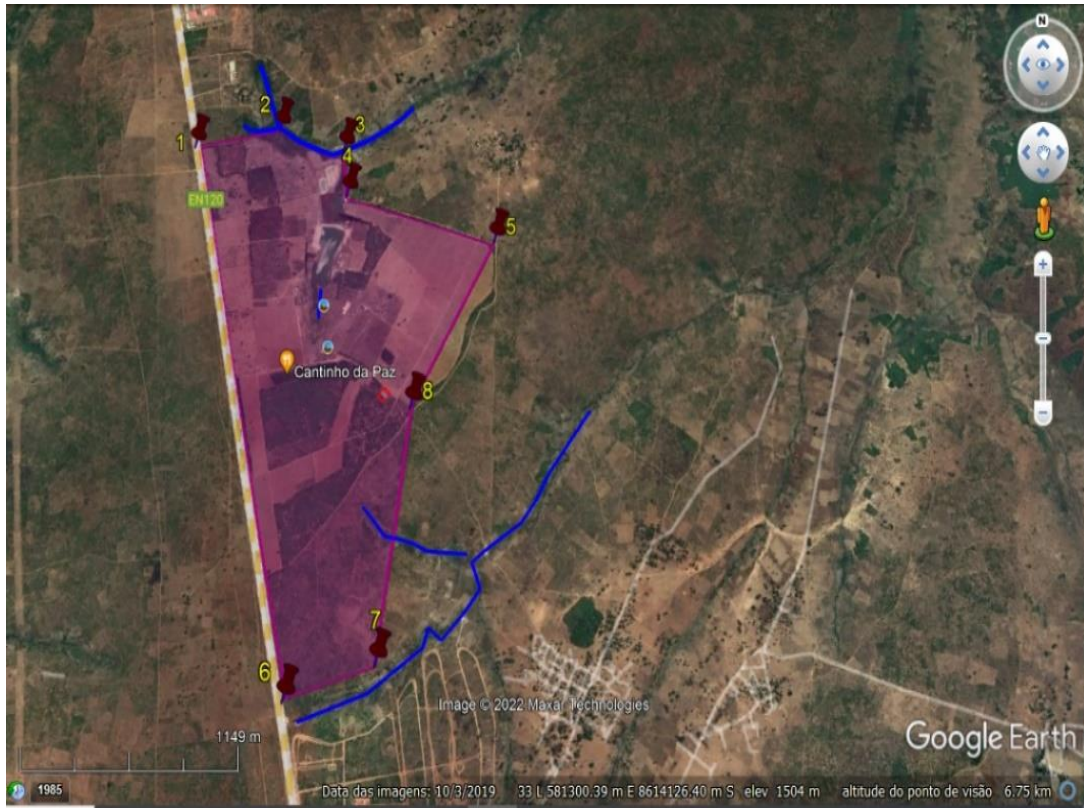


Figura 4: Localização das linhas de água

Riacho Calilongue, que delimita a Fazenda Catemo a Norte e o Ngongo que delimita a Sul.



MINAGRIF/PDAC

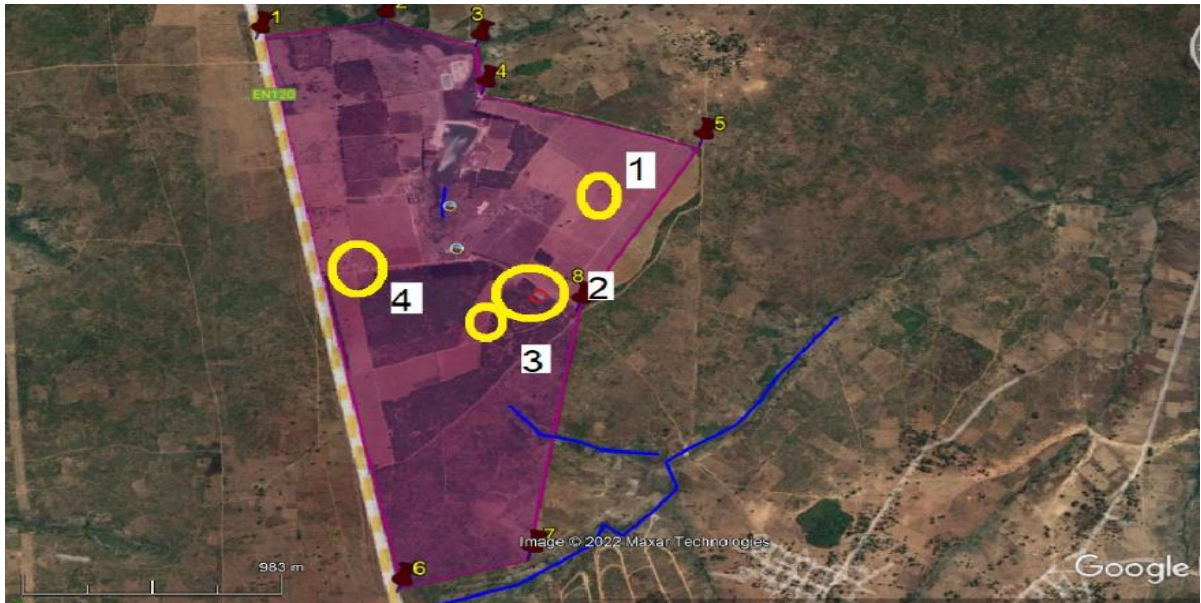


Figura 5: Localização das infraestruturas da fazenda

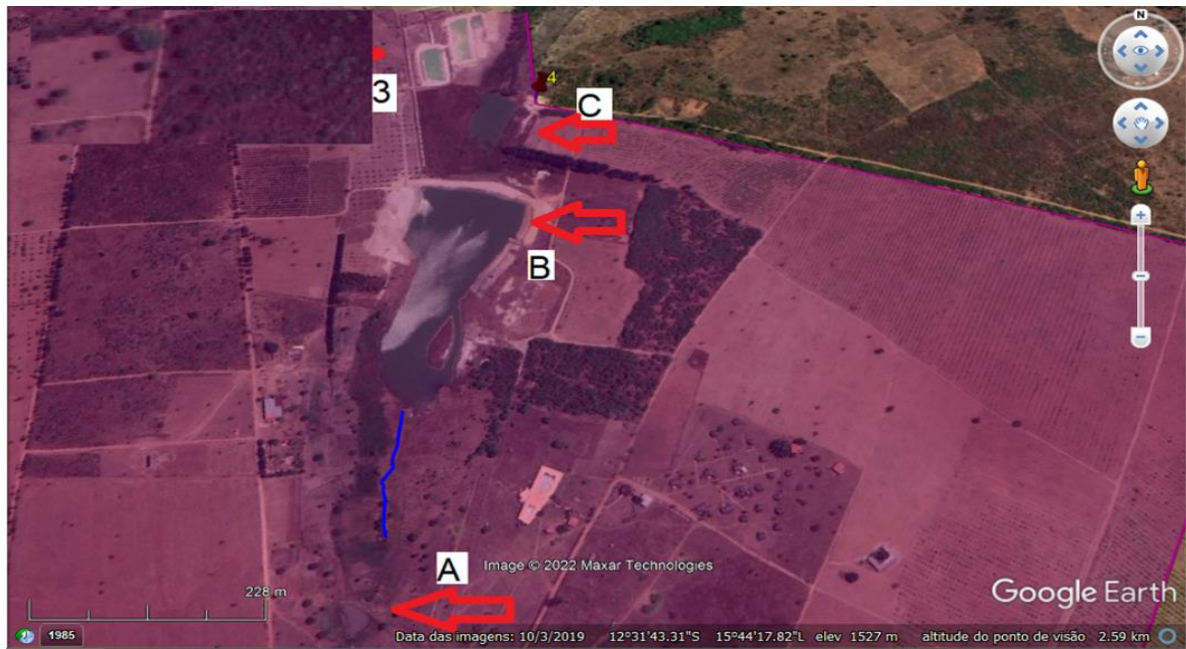


Figura 6: Aproveitamento da linha de água dentro da Fazenda: A – 1ª pequena barragem com 0.1 ha; B – 2ª barragem com 3 ha; C – 3ª barragem com 0.4 ha. 3 – Tanques de piscicultura com 0.16, 0.20 e 0.7 há.

2.4. Mão de Obra



MINAGRIF/PDAC



A fazenda CATEMO LS & SS, LDA tem na sua estrutura executiva da fazenda 26 trabalhadores, dos quais 6 mulheres e 20 homens, nomeadamente:

Gestor Principal: Luís Sabino Manuel Sampaio, proponente.

- 1 Engenheiro Agrónomo;
- 1 Administrativo;
- 1 motorista;
- 1 Tractoristas;
- 3 Trabalhadores avícola;
- 15 Trabalhadores agrícolas;
- 4 Seguranças;

Serviço terceirizado

- 1 Contabilista
- 1 Médico Veterinário
- Mão-de-obra eventual das comunidades/aldeias vizinhas

Presentemente os trabalhadores não apresentam contrato de trabalho e não recebem salário mínimo estipulado pela Lei Geral do Trabalho (LGT).

Pretende-se recorrer também a contratação de mão-de-obra eventual das aldeias vizinhas para as operações manuais que necessitam muita mão de obra como a sacha, plantação da batata e acolheita. A estimativa programática indica que vamos recrutar do 1º ao 5º e as necessidades anuais de mão-de-obra dependem da cultura e da intensidade da tecnologia empregue.

A maioria dos trabalhadores reside próximo do local de trabalho, mas existem aqueles que terão necessidade de residir na fazenda, sobretudo os seguranças. Para este caso o proponente tem obrigações e responsabilidades em garantir mínimas condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores, atendendo os critérios reconhecidos para acomodação dos trabalhadores, como os da IFC/EBRD.

Devem ser contruídos dormitórios arejados e limpos regularmente intervalos, contruídos com materiais de fácil limpeza material do piso, as instalações sanitárias podem estar localizadas no mesmo local, mas separadamente para homens e mulheres, devem ser seguidos os padrões usuais que variam de 10 a 12,5 metros cúbicos (volume) ou 4 a 5,5 metros quadrados (superfície), com uma altura mínima do teto de 2,10 metros, as áreas de dormir separadas são fornecidas para homens e mulheres, exceto em alojamento familiar, todas as portas e janelas devem ser trancadas e fornecidos com telas mosquiteiras.



MINAGRIF/PDAC



2.5. Descrição do processo produtivo a adoptar pelo subprojecto

O presente projecto tem como actividade principal produção e comercialização de ovos para consumo e para incubação e venda de pintos do dia e de três semanas em condições semi-intensivas de milho, soja, feijão e batata doce para produzir rações dentro da fazenda.

As principais razões que levam a implementação do projecto, têm a ver com o aumento da área de produção e da produtividade, o aumento da rentabilidade da empresa e, conseqüentemente, o crescimento económico e social dos promotores, bem como a ajuda à comunidade local com a criação de postos de trabalho, contribuindo para a segurança alimentar do município e da província.

Durante a implementação do projecto as principais actividades estarão consubstanciadas na limpeza do terreno para atingir os hectares necessários, aplicando técnicas anti erosivas e a compra de equipamentos agrícolas e respectivas alfaias. Serão realizadas lavouras, gradagens, calagem, adubação de fundo e de cobertura, de forma mecanizada, para aumentar o conteúdo nutricional do solo, serão aplicados produtos químicos como herbicidas, fungicidas e insecticidas para o controlo de ervas daninhas, doenças e pragas e a aplicação será feita com auxílio de equipamentos apropriados.

No final do projecto pretende-se obter o volume de produção maior, produtos com maior qualidade, melhoria nas condições de trabalho (produção, colheita, beneficiamento, armazenamento e escoamento), contribuir no aumento da renda das famílias (cujos membros serão trabalhadores efectivos ou eventuais). Será implementado o programa de monitorização ambiental e social pelo proponente com o apoio de Instituições Especializadas que irão prestar serviços.

2.6. Principais actividades do projecto



MINAGRIF/PDAC



Durante a implementação do subprojecto podemos destacar as seguintes actividades:

- Preparação de 20 hectares disponíveis que adicionados aos 70 existentes e já limpos, constituirão a base para a implementação do PN.
- Amostragem dos solos, calagem e implementação de boas práticas anti-erosivas;
- Planeamento anual das culturas a semear, necessidades de insumos e outros consumíveis;
- Aquisição de equipamentos como a Fábrica de Rações, duas incubadoras, concentração dos equipamentos de apoio à produção agrícola.
- Aquisição e montagem de painéis solares que garantam a produção de energia elétrica auxiliando o gerador já instalado na fazenda.
- Construção de um aterro
- Conclusão das obras de um dos pavilhões e apetrechamento de ambos com equipamentos necessários ao seu funcionamento.
- Construção de parques de pastoreio no exterior do 2º pavilhão.
- Aquisição de 900 frangas e 200 frangos de raça Boshveld para o núcleo de reprodução e 1850 frangas da estirpe Isa Brown para o núcleo das poedeiras,
- Reabilitação de infra-estruturas (escritório, casa de apoio ao escritório e residências para os funcionários permanentes).
- Recrutamento de pessoal com qualidade do ponto de vista técnico, bem como a formação/reciclagem do pessoal já existente.
- Plantação de árvores em direção contrária ao sentido dos ventos predominantes;
- Operações de pós-colheita e venda.
- Venda de produtos avícolas e agrícolas.

2.7. Equipamentos agrícolas existentes e por adquirir

A fazenda CATEMO LS & SS, LDA dispõe de equipamentos agrícolas e avícolas para a realização dos seus trabalhos no campo de produção e nos pavilhões tais como, equipamentos de criação de aves, respectivamente comedouros e bebedouros de 1ª e 2ª fase, tractor Mahindra de 92 cv, grade de 14 discos, tanque cisterna para transporte de combustível de 10 000 litros, 2 eletrobombas, 1 gerador de 150 CVA e pulverizador de 1 000 L.

O plano de negócio prevê a compra de outros equipamentos como:

- Compra de equipamentos de criação de aves para os dois pavilhões já existentes.

Item		Nº
Tanque de água de 1000 L	Unidade	1
Tanque de água de 2000 L	Unidade	1
Bebedouro de 2ª Fase - 20 L	Unidade	60



MINAGRIF/PDAC



Comedouro de 2ª Fase -c/ grelha	Unidade	60
Bebedouros 1ª Fase - 6 L	Unidade	40
Comedouro 1ª Fase 6 kg	Unidade	40
Aquecedores	Unidade	8
Fábrica de Rações	Unidade	1
Incubadoras	Unidade	2



Figura 7: Equipamentos da fazenda

- Os investimentos da Fazenda Catemo
- Tractor Mahindra para reparar devido a uma varia,
- Tractor Mahindra 6075 de 75cv
- Charrua de 3 disco
- Grade e 18 discos
- Serviços técnicos (soldadura)
- Serviços técnicos (Moagem)
- Tubo de polietileno AD PN 10DN
- Grupo electrogeneo HFW-100T5
- Caprari Gr.mec-A3/80D+37kw
- Caprari (aspiração,compreess
- Caprari - quadro eléctrico 37k
- Prestação de vários serviços



MINAGRIF/PDAC



- Toyota hino 300 psb6,5 Ref:A10
- Fábrica de ração capacidade de 10 ton
- SinotrukHowo Camião-carga24t
- Computador HP 290G4 MT-1TB
- IMP Hp laser 1200N5000PAG
- Semeador Pneum.4C/ADU.

2.8. Actividades relacionadas com reabilitações e construções

O plano de negócio prevê a construção/Instalação de parques separados no exterior de cada pavilhão, vedados com rede, para permitir às aves adultas terem acesso das onze às dezassete horas a uma área bastante vasta para se movimentarem e para diversificar a sua alimentação, melhorando o bem-estar das galinhas e, por fim, melhorar a qualidade dos frangos e ovos produzidos.

Tratam-se de obras consideradas simples de construção de infraestruturas dentro da fazenda que não terão impacto negativo significativo sobre a vida das comunidades vizinhas ao projecto, ou seja, com as obras previstas no âmbito do subprojecto as comunidades vizinhas não serão privadas do acesso aos recursos hídricos e nem das suas actividades de produção. Na tabela 13, estão identificados e avaliados os potenciais impactos ambientais e sociais da actividade de construção de infraestruturas na fazenda.

Os Impactes ambientais e sociais negativos dos subprojectos prendem-se fundamentalmente na poluição ambiental (emissões de poeiras e gases nomeadamente de monóxido de carbono, óxidos de enxofre, geração de resíduos e ainda derramamentos acidentais, contaminações e intoxicações), a segurança dos trabalhadores, das populações e bens. As acções susceptíveis de gerar impactes negativos mais significativos, prendem-se sobretudo com o ruído, a poluição atmosférica e a segurança. Os principais impactes ambientais e sociais negativos identificados relacionam-se sobretudo com os projectos de reabilitação conforme a seguir se indica:

- Desmatamento e redução da cobertura vegetal devido a eventual recorrência a construção;
- Poluição do meio ambiente com resíduos da obra;
- Poluição sonora devido a operações de camiões e máquinas;
- Poluição atmosférica, solos e águas superficiais ou subterrâneas;
- Frustrações derivadas de perspectivas criadas de emprego das populações locais;
- Risco de acidente (durante a construção);
- Interferências com a circulação rodoviária.



MINAGRIF/PDAC



Os impactes ambientais e sociais positivos associados à execução das obras de construção prendem-se, fundamentalmente com:

- Facilidade de circulação de pessoas e bens;
- Incremento das actividades económicas;
- Criação de postos de trabalho e acesso ao emprego;
- Promoção do desenvolvimento as comunidades
- Reordenamento das parcelas principalmente dos mais vulneráveis;
- Acesso aos serviços sociais básicos.

2.9. Consumo de energia e água potável

A área de implementação não beneficia de energia eléctrica e água canalizada da rede pública.

O proponente deverá garantir reservatórios adequados e devidamente higienizados de 500 a 1000 litros para o armazenamento da água para consumo humano e geradores para o abastecimento de energia eléctrica.

Em termos de recursos hídricos, a fazenda tem uma fonte natural de água é o Riacho Calilongue, que delimita a Fazenda Catemo a Norte e o Ngongo que delimita a Sul, esses rios que são fonte de abastecimento de água da fazenda. A água para o consumo humano vem da fonte natural existente no interior da fazenda e para as actividades agrícolas, a fazenda contará com o potencial hídrico dos rios Calilongue e Ngongo numa distância inferior a 3km. Contudo recomenda-se que a água para o consumo humano seja armazenada em recipientes devidamente higienizados e que a mesma seja tratada.

2.10. Principais tecnologias adoptadas pelo projecto

Durante o Plano de Negócio para o cumprimento dos objectivos de produção, será utilizada alta tecnologia, com uso de trabalho mecanizado para preparação do terreno, sementeira e parte dos tratamentos e manual para as demais práticas de produção (acompanhamento de maior parte das operações culturais pós sementeira).



MINAGRIF/PDÁC



2.11. Estimativa de produção de resíduos

Tabela 7: Principais resíduos produzidos na fazenda¹

Categorias	Quantidade (kg)/mês
Matéria orgânica perecível	90
Plástico	50
Papel e papelão	15
Vidro (; lâmpadas)	6
frascos de medicamentos e desinfetantes	2
Metal ferroso	3
Material não ferroso	7
Madeira	30
Pano, trapo, couro e borracha	20
Contaminante biológico	15
Contaminante químico	13
Cama de Frango/ Composto	60
Efluentes Líquidos dos aviários	210 m3
dejetos de frango	190 m3
frango mortos	6
EPI's usados	8
'iscas' para ratos	2
cinzas	5
outros	9

2.12. Agricultura

2.12.1. Parcelamento e melhoramento dos solos

É primordial que ao início do trabalho de campo se defina um plano geral de parcelamento de toda área da empresa com o único fim de facilitar o trabalho ,concentrar as parcelas nas zonas com maior teor de nutrientes, ordenar e dimensionar os possíveis canais de rega de drenagem, reduzir e ou eliminar os riscos de erosão. Faz-se necessário ordenar as parcelas no sentido oposto ao declive com arranjo de curvas de nível de largura não inferiores a 120 m e comprimento aproximado de 350 m tendo em conta a topografia e o dimensionamento do terreno da fazenda.

¹Adaptado da fonte:<https://www.redalyc.org/journal/2610/261057358002/0>



MINAGRIF/PDAC



A empresa conta com um total de 249,430 hectares dos quais se vão explorar 90 hectares, destes 10 serão deixados para pousio, para medidas de conservação como canais secundários e primários e vegetação protectora entre parcelas, a área útil de produção será de 90 hectares.

Serão estabelecidas parcelas segmentadas. No perímetro das bordaduras das parcelas serão preservadas as faixas com vegetação natural não inferiores a 5 m, alternadas com as faixas de cultura e quebra - ventos; respeitando escrupulosamente a proteção das nascentes, linhas de água e rios, deixando assim de 25 a 50 metros de distância, de acordo com a situação e dimensão, para limitar os impactos negativos.

Depois do trabalho de limpeza, as parcelas estarão plenamente disponíveis para o trabalho agrícola mecanizado sem risco de quebrar os equipamentos.

Seguido o parcelamento estarão disponíveis 90 ha para agricultura, semeados em duas épocas sendo intercalas em plantas de ciclo longo e plantas de ciclo curto que irão permitir uma correcta proteção do solo e consequentemente evitar o esgotamento dos solos e aparição de pragas e doenças.

Os alinhamentos das parcelas estão definidos de acordo com a morfologia do terreno e a sua adaptação a cada tipo de cultura, deixando caminhos para uso da mecanização disponível, divididas por barreiras de quebra-ventos arbóreas, protegendo as nascentes e rios contra todo tipo de degradação e respeitando todos os preceitos de proteção ambiental e social previstos na lei.

2.12.2. Limpeza de terrenos

Globalmente a empresa conta com um total de 249,430 hectares dos quais se vão explorar 100 hectares, destes 10 hectares serão deixados para pousio, para medidas de conservação como canais secundários e primários e vegetação protectora entre parcelas, a área útil de produção será de 90 hectares.

2.12.3. Análise dos solos

Antes de iniciar o trabalho, vai se definir um plano geral de parcelamento dentro da fazenda.

O Plano de parcelamento será elaborado para (1) facilitar o trabalho mecanizado, (2) concentrar as parcelas nas zonas com declive muito leve e as mais férteis da fazenda (2) eliminar os riscos de erosão (4) dimensionamento dos canais de drenagem secundários e primário e (5) permitir e facilitar a circulação dos funcionários, insumos, produtos de colheita e equipamentos. Assim, as parcelas disponíveis serão arranjadas segundo as curvas de níveis com largura máxima entre 50 e 100 m e o comprimento mínimo de 400 m, de acordo com a topografia e dimensões do terreno.

Serão estabelecidas parcelas segmentadas de 1 – 5 hectares. No perímetro das bordaduras das parcelas serão preservadas as faixas com vegetação natural não inferiores a 5 m, alternadas com as faixas de cultura e quebra - ventos; respeitando escrupulosamente a proteção das nascentes, linhas de água e rios, para limitar os impactos negativos. Depois deste trabalho de parcelamento estarão disponíveis para agricultura em todas as campanhas agrícolas 2 épocas.



MINAGRIF/PDAC



2.12.4. Correção dos solos (aplicação de calcário dolomítico)

O solo da fazenda carece de uma análise de solo podendo dar resposta aos nossos objectivos quanto ao que se espera da produção de 2022 á 2023 sabendo que procedimento de calagem das parcelas demora um tempo para surtir efeitos esperados.

A quantidade aplicada por ha será de 4 T, repartidos em 2 aplicações de 2 T/ha em cada ano.

A 1ª calagem será realizada em Julho- Agosto 2022 e a 2ª calagem um ano depois no mesmo período de 2023. Sabendo-se que os efeitos correctivos levam algum tempo para dar resposta ao efeito desejado sobre a mesma aplicação, como estamos em presença de solo nunca antes submetido a análise do pH podemos contar com uma produtividade aceitável dado que já tem muita experiência do trabalho com pessoal sem formação técnica agora com as diferentes tecnologias traçados em uso neste plano esperamos já mesmo no seu primeiro ano de produção em função dos objectivos traçados.

Rescapitulativo da calagem

1ª aplicação em Julho - Agosto de 2022 com aplicação de 2 ton./ha de calcário dolomítico.

2ª aplicação em Julho - Agosto de 2023 com aplicação de 2 ton./ha de calcário dolomítico.

Posteriormente, com aplicação de 200 - 250 kg por ano de calcário dolomítico nas campanhas seguintes. Tal aplicação acontecerá numa frequência de 4-5 anos com aplicação de 1 Tonelada por ha no mesmo período de Maio – Junho.

2.12.5. Rotações, sucessões de culturas e áreas a semear anualmente

Fica definido no presente plano um esquema de rotação de culturas, com o fim de garantir que duas culturas de diferente ciclo, sejam implantadas na mesma parcela em duas distintas épocas (1ª época e 2ª época). O objectivo é manusear uma sequência entre leguminosas (soja e feijão) e cereal/tubérculo (milho e batata - doce) e também uma sequência de entre culturas de ciclo médio de 120-140 dias (soja e milho segundo as variedades) e culturas de ciclo mais curto de 90 – 100 dias (feijão e bata – doce). A rotação é planeada para que a mesma cultura seja cultivada no mesmo terreno com 2 épocas a seguir. A actividade de sucessão e rotação de cultura é eficiente para controlar as pragas e doenças. A área agrícola da fazenda será dividida anualmente em diferentes grandes parcelas.

Portanto, estas práticas oferecem as seguintes vantagens:

- Aumento da matéria orgânica
- Reciclagem de nutrientes de camadas mais profundas para superfície
- Redução da população de plantas daninhas
- Redução da presença de pragas e doenças na área
- Fixação biológica de Nitrogénio



MINAGRIF/PDAC



- Aumenta a produtividade
- Melhora as qualidades físicas, químicas e biológicas do solo.

Pelas novas tecnologias de cultivo usadas adaptamos esta estratégia visando assim o aumento gradual da produção no primeiro ano apenas serão ocupadas 30 Hectares dum total de 90 hectares.

A Soja como cabeça de rotação vai permitir aumentar o teor de N no solo, o que assegurará a rotação. A soja tem que ser semeada em primeira época por razões de fotoperiodismo (para beneficiar do maior tempo de luz solar). Objetivo será ter a soja pronta para colher no pequeno cacimbo, isso é entre 15 de Janeiro e 15 de Fevereiro. Dependendo das variedades e duração do ciclo, deverá se planejar as datas de sementeira. Por uma questão de rentabilidade e racionalização do espaço, da área do feijão será ocupada pelo milho sendo que é também uma planta de ciclo longo. Na segunda época, a totalidade da área vai ser semeada com as mesmas culturas mais com hectares adicionais.

Ano 2 da rotação: 1ª época Soja e Milho, 2ª época Feijão e Batata-doce, 3ª época Culturas de cobertura

Já no segundo ano, serão acrescentados mais 30 hectares aos 30 anteriormente utilizados, perfazendo assim, um total de 60 hectares. Sendo que a área onde foi retirado o milho será agora ocupada pelo feijão e os 30 novos a explorar somam 60 hectares, Feijão e batata rena são cabeças deste plano de negócio.

Na primeira época, área deverá ser semeada com Soja e Milho. A sementeira de ambas as culturas deverá ser feita o mais cedo possível depois da primeira chuva útil para ser colhido a fim de Janeiro e início de Fevereiro. Na segunda época 50 ha da área serão semeados com Feijão, e 10 ha com Batata-doce. As culturas da segunda época são de ciclo curto (90 a 100 dias). Os restos pós colheita destas culturas, devem ser deixadas no campo de formas a fazerem cobertura ao mesmo até que chegue a próxima campanha agrícola. Na 3ª época coloca-se a Batata rena (5 hectares)

A batata rena devido a sua sensibilidade ao excesso de humidade deverá estrategicamente ser colocada em campo no período de Cacimbo, fazendo-se o uso de rega e priorizando as zonas baixas e ligeiramente húmidas da fazenda. Devendo sempre ser na 1ª quinzena do mês de Maio numa altura em que o resto do campo entra em pousio. A batata rena sendo de ciclo curto, deixará o campo antes da implementação da próxima campanha agrícola.

Ano 3 da rotação: 1ª época- Soja e Milho, 2ª época- Feijão e soja, 3ª época- Batata rena.

A partir do 3º ano de rotação, fica disponível, a área total destinada aos cultivos, portanto um total de 60 hectares mais 30 em comparação a área explorada no segundo ano agrícola. A ser assim, na 1ª época, teremos a Soja numa extensão de 10 hectares e o milho ocupando outros 20 hectares. Na 2ª época 50 hectares ficam destinados ao feijão ao passo que 5 hectares recebem a Batata-rena.

A Batata rena devido a sua sensibilidade ao excesso de humidade deverá estrategicamente ser colocada em campo no período de cacimbo, fazendo-se o uso de rega e priorizando as zonas baixas e ligeiramente húmidas da fazenda. Devendo sempre ser na 1ª quinzena do mês de Maio numa altura em que o resto do campo entra em pousio.



MINAGRIF/PDÁC



Do quarto ao quinto ano em semelhança do terceiro ano, será explorada a área total cuja distribuição se pode acompanhar na tabela a seguir que indica o esquema de rotação e sucessão de culturas.

Tal como referido, pretende-se cultivar uma área de 90 hectares em sequeiro para a soja, feijão e Milho em regadio para a Batata-rena para o efeito será obedecido o seguinte plano de sucessão e rotação de culturas:

Tabela 5: Rotação de culturas

		Época 1: Setembro à Janeiro	Época 2: Fevereiro à Maio	Época 3: Rega de Junho à Agosto
	Primeiro ano de rotação cultural	Soja	Feijão	Batata rena/cultura de Cobertura do solo
	Segundo ano de rotação cultural	Milho	Batata doce	
	Terceiro ano de rotação cultural	Milho	Feijão	
Pousio				

Assim, durante o primeiro ano de implementação do projecto vai produzir-se em 48 hectares, divididos em 3 blocos de 16 hectares:

Em sequeiro estarão definidos:

- Soja: 1ª época 16 ha
- Milho: 1ª época 32 ha
- Feijão: 2ª época 32 ha
- Batata – doce: 2ª época 16 ha
- Em regadio estarão definidos
- Batata rena 3ª época em 5 ha

Assim, durante o segundo ano de implementação do projecto – vai se produzir em 75 hectares, divididos em 3 blocos de 25 hectares:

Em sequeiro estarão definidos:

Soja: 1ª época 25 ha



MINAGRIF/PDAC



- Milho: 1ª época 50 ha
- Feijão: 2ª época 50 ha
- Batata – doce: 2ª época 25 ha
- Em regadio estarão definidos
- Batata rena 3ª época em 7 ha

Do terceiro ao quinto ano de implementação do projecto – vai se produzir em 90 hectares, divididos em 3 blocos de 30 hectares:

Em sequeiro estarão definidos:

- Soja: 1ª época 30 ha
- Milho: 1ª época 55 ha
- Feijão: 2ª época 60 ha
- Batata – doce: 2ª época 30 ha
- Pousio ou outra cultura leguminosa: 5 ha

Em regadio estarão definidos

- Batata rena 3ª época em 20 ha

Nos primeiros 2 anos (média tecnologia)

- 2,5 Ton/ha de soja, 4 Ton/ha de milho, 1,2 Ton/ha de feijão, e 15 Ton/ha de batata-doce.

Do 3º ao 5º ano (alta tecnologia)

- 3,5 Ton/ha de soja, 6 Ton/ha de milho, 1,5 Ton/ha de feijão e 25 T/ha de batata-doce.

No ano cruzeiro (depois do 3º ano) pretende-se produzir anualmente:

- Soja: 105 Toneladas
- Milho: 330 Toneladas
- Feijão: 90 Toneladas
- Batata-doce: 750 Toneladas

A alternância entre culturas de ciclo longo e as de ciclo curto, fez com que a soja e o milho fossem produzidos apenas na primeira época enquanto que o feijão e a batata-doce, serão produzidos na segunda época. Isto deve-se a distribuição das chuvas sendo que a soja e o milho na segunda época, não são produzidas nesta região pelas tentativas falhadas dos produtores da região e aos fracos volumes de produção e os altos custos.



MINAGRIF/PDAC



2.12.6. Necessidades hídricas das culturas

O presente suprojecto tem como actividade principal a produção e comercialização das respetivas culturas (milho, feijão, soja, batata doce e batata rena) numa área de 21 hectares.

Todas as culturas serão instaladas em sistema de sequeiro, contando apenas com as chuvas. De uma maneira geral o consumo é demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 6: Necessidade hídrica das Culturas

Culturas	Consumo por Ciclo
Milho	500 mm á 800 mm
Soja	400 mm à 850 mm
Feijão	300 mm
Batata Doce	250 mm e 550 mm

Obs: 1 mm de chuva equivale a 1 litro/m².

Tendo em conta o clima da região em que os valores das especificações pluviométricas anuais ultrapassam os 1000 mm, as necessidades hídricas das culturas serão supridas pelas chuvas.²

No que diz respeito aos recursos hídricos, não há problema nenhum, porque a fazenda tem uma nascente e próximo da fazenda há um **rio Calilongue** de caudal permanente durante todo ano.

2.12.7. Programação das campanhas agrícolas e aquisição com antecedência dos insumos agrícolas

O proponente terá que planear em pormenores anualmente e/ou por época as diferentes campanhas agrícolas: repartição das culturas nas diferentes parcelas, datas previsionais das operações culturais, necessidades de insumos (sementes, adubos, químicos, combustível).

2.12.8. Preparação da terra limpas

A preparação do solo será com a prestação de serviço mecanizada para todas as operações como lavoura, gradagem e sementeira. As outras operações serão realizadas com mão-de-obra eventual no início de cada época agrícola e alguns pulverizadores dorsais e ferramentas manuais que poderão também servir nos pavilhões. Em termos de consumíveis, o promotor vai suportar apenas os custos com combustível.

² Fonte: DINIZ, A. Castanheira, 1991, Características Mesológicas de Angola



MINAGRIF/PDAC



Progressivamente a fazenda tentará orientar-se para as tecnologias de sementeira directa com trabalho mínimo do solo.

2.12.8.1. Instalação das culturas (Sementeira/plantação)

As sementeiras serão realizadas com semeador adquirido no âmbito do Plano de Negócio. Todas sementes serão compradas localmente com variedades conhecidas, qualidade certificada e sem uso de OGM.

2.12.8.2. Seguindo rigorosamente as fichas técnicas e as contas cultura

As diferentes operações culturais serão realizadas com os seguintes objectivos:

Para adubação, aplicar os fertilizantes em tempo certo quando a cultura precisa e em quantidades que permitem manter/melhorar a fertilidade dos solos. A adubação de fundo será realizada no momento da sementeira e nas linhas de sementeira. As adubações de cobertura (particularmente de nitrogénio) serão realizadas com cuidado e o adubo deve ser enterrado próximo das plantas.

Para luta contra doenças e pragas, vai-se priorizar as técnicas de luta biológica para manter os ataques em níveis baixos. Sempre que se usar químicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas), será realizado nas datas e com doses certas, com produtos licenciados e comprados em Angola.

O risco para os trabalhadores da exposição a um pesticida é estimado por meio da avaliação de risco, que faz parte do processo para determinar se um produto atende aos padrões de segurança e pode ser registrado. Se o risco para os trabalhadores for considerado preocupante, as ferramentas de gerenciamento de risco podem ser usadas para gerenciar esses riscos reduzindo a exposição. Desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente as principais disposições de EHS que devem adoptar nas suas actividades diárias.

2.12.8.3. Acompanhamento das culturas instaladas (Cuidados culturais)

Durante o Plano de Negócio o proponente começará nos 2 primeiros anos com tecnologia média para depois nos 3 últimos anos usar de tecnologia alta com maior consumo de insumos e melhores rendimentos previsionais. Não está prevista a compra de equipamentos agrícolas senão alguns pulverizadores dorsais e ferramentas manuais que poderão também servir nos pavilhões.

2.12.8.4. Colheita, armazenamento e expedição da produção

A colheita será realizada ceifeira debulhadora. Depois da colheita e, quando os grãos estiverem secos, serão armazenados antes de ser vendida.



MINAGRIF/PDAC



2.13. Avicultura

2.13.1. Organização dos aviários

- **Primeiro pavilhão**

Este pavilhão tem uma área útil de 332.5 m² (19 x 17.5), com três compartimentos (Escritório de 24 m², Sala de Incubação de 60 m² e Armazém com 60 m²) e duas divisórias de 136 m² (8.50 x 8 = 68 m²).

As duas divisórias serão subdivididas em quatro (17 m²) onde no 1º ano serão criados, durante um período de 21 dias, quatro bandos de 920 pintos (4*920 = 3 680) de raça Boshveld com entradas a intervalos de 8 dias e saídas a 21 dias, num total de 29 criações. A partir do 2º ano estes compartimentos passarão a ter quatro bandos de 2 100 pintos (4*2100 = 8 400) com entradas a intervalos de 8 dias e saídas a 21 dias, num total de 48 criações por ano. Em ano cruzeiro estima-se 48 vendas de 2 000 pintos com 21 dias de idade, num total aproximado de 96 000 pintos por ano.

Os pintos depois de saírem da incubadora e de serem vacinados contra a Newcastle serão colocados num círculo dentro da divisória, previamente aquecida e preparada para a recepção dos pintos (cama, comedouros, bebedouros, luz e aquecimento).

- **Segundo pavilhão**

No primeiro ano o bando de reprodutores será constituído por 900 frangas e 190 frangos de raça Boshveld para fornecer ovos férteis às duas incubadoras e a venda de pintos do dia e de 21 dias, com a produção de 18 900 ovos por mês, dos quais 13 230 ovos férteis para incubação e 5 670 ovos para consumo, num total anual de 132 300 ovos para incubação e 56 700 ovos para consumo; um bando de 1 650 frangas de raça Isa Brown para a produção de 346 500 ovos para consumo por ano, considerando os 10 meses de actividade do projecto no primeiro ano.

No início do 2º ano serão adquiridas mais 1.650 frangas da raça Isa Brown para constituírem o segundo bando de poedeiras.

2.13.2. Programa de Vacinação (Padrão)

Ainda que a avicultura no Plano de negócio não seja totalmente intensiva, pois o objetivo é a produção de ovos e frangos de grande qualidade, o objetivo será seguir um programa de vacinação muito rígido tendo em conta as endemias existentes em Angola.



MINAGRIF/PDAC



Tabela 7: Programa de vacinação

Idade	Vacina	Tipo de vacina	Via de aplicação
1º	Newcastle + Bronquite infecciosa	Clone 30 + Nobilis D78	Água de bebida
7º	Newcastle	Clone 30	Água de bebida
10º	Bronquite infecciosa	Nobilis D78	Água de bebida
21º	Gumboro	H120	Água de bebida

2.13.3. Oficina de produção de rações

No âmbito do PN será instalada uma unidade com a capacidade de produção de 10 Ton/dia para a produção na Fazenda das rações necessárias às várias categorias de galinhas em exploração.

Através de protocolos a serem assinados entre vários avicultores a Fazenda Catemo terá a possibilidade de fornecer rações a outras fazendas, mediante o fornecimento de matérias-primas como o milho e a soja ou outras gamíneas e leguminosas.

2.13.4. Fórmulas de ração

O objectivo é produzir a ração alimentar das galinhas e pintos com produção agrícola da fazenda. Abaixo estão os tipos de ração de acordo com a idade e categoria das aves. Embora o milho e a soja sejam matérias-primas importantes no fabrico de rações, sempre que possível, buscar-se-á substituir a soja por outras leguminosas mais robustas e a substituição parcial do milho pela mandioca, mais produtiva e mais resistente à seca.

Porém, no cálculo do preço da ração do Plano de Negócio, optou-se por distribuí-la da seguinte forma:

- Aproximadamente - 60% de milho (moído com gérmen e pele rica em proteínas)
- 25% leguminosa: (moída como está) outros ingredientes:
- 15 % outros ingredientes

Por isso nos cálculos de ração tomou-se uma média de custo de 350 Kz por kg o que permite pagar o preço de milho (200 Kz/kg) das leguminosas (400 Kz/kg) e dos outros elementos constitutivos da ração (óleo, sal, antibióticos, vitaminas etc.)

2.13.5. Análise do pavilhão

Antes de iniciar o trabalho, o local onde destinados à criação dos pintos, devem ser higienizados antes da chegada de novo lote, obedecendo ao seguinte cronograma:



MINAGRIF/PDAC



1. Os restos de ração dos comedouros e dos silos e o esterco dos cavaletes e pisos, devem ser retirados para facilitar a limpeza geral do pavilhão. A lavagem dos pavilhões deve ser feita para facilitar a remoção dos dejetos, poeira e penas, através da aplicação de jatos de água com alta pressão, iniciando-se da parte mais alta, no sentido de cima para baixo acompanhando a declividade do pavilhão;
2. Todos os equipamentos e instalações devem ser lavados minuciosamente, principalmente nas juntas de madeira e dobras de gaiolas. A caixa d'água deve ser lavada objetivando a higienização da mesma. Os comedouros e bebedouros devem ser limpos e higienizados;
3. A desinfestação é realizada para eliminar os insetos/ animais nocivos à saúde das aves e humana. A desinfecção deve ser feita com desinfetante aplicados na parte interior e exterior do pavilhão, e quando realizada o aplicador não pode entrar em contato com o produto. Devem ser utilizados produtos aprovados e recomendados para uso na avicultura, devendo ser observada as normas técnicas e de segurança para aplicação e armazenamento dos produtos;
4. Se necessário, são efetuados reparos nos madeiramentos, para dar melhores condições de alojamento para as pintainhas. As lâmpadas são limpas e as queimadas são trocadas para melhorar a iluminação, o que facilita o acesso das aves à ração e à água. No sistema de criação em piso, a cama do aviário deve ser de boa qualidade, sem evidências de fungos, ausente de substâncias tóxicas, baixa condutividade térmica, de partículas de tamanho médio, boa capacidade de absorção de umidade, macia e deve cobrir uniformemente o piso do pavilhão atingindo a espessura de 5 a 10 cm de altura. Dentre os materiais que são utilizados para cama de aviário, destacam-se: sabugo de milho triturado, bagaço de cana, sipilho ou maravalha de madeira, casca de arroz, palha de feijão e feno de gramínea.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL

3.10. Enquadramento Biofísico

3.10.1. Clima

A região onde se enquadra a fazenda CATEMO LS & SS, LDA Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger predomina em Huambo o clima temperado .

É caracterizado por verões húmidos e mornos, com noites amenas e dias relativamente quentes e invernos secos com dias amenos e noites relativamente frias. É a 3ª cidade mais fria de Angola, e a segunda capital mais fria do país, perdendo somente para Lubango que é um pouco mais alta que Huambo e está a 2º graus ao sul da mesma.

O período chuvoso do ano dura 8,0 meses, de 14 de setembro a 13 de maio, com precipitação de chuva de 31 dias contínuos mínima de 13 milímetros. O mês mais chuvoso em Huambo é novembro, com média de 192 milímetros de precipitação de chuva.



MINAGRIF/PDAC



O período sem chuva do ano dura 4,0 meses, de 13 de maio a 14 de setembro. O mês menos chuvoso em Huambo é julho, com média de 0 milímetro de precipitação de chuva.³

3.10.2. Vegetação

A grande extensão da fazenda é ocupada por um estrato arbóreo de pequeno porte que serve de derivados como a lenha, carvão, frutos silvestres comestíveis e medicamentosas.

3.10.3. Áreas de conservação e protegidas

Na área de implementação do subprojecto, no município do Huambo, província do Huambo não existem zonas de conservação e protegidas.

3.10.4. Solos

Os solos onde vai ser desenvolvido o PN enquadram-se na categoria de Solos Ferralíticos, inseridos num vastíssimo vale, profundos, de coloração vermelha, ou castanha, textura mediana com tendência para arenosa-argilosa, profundos com boa drenagem, completamente planos com cobertura arbórea.⁴

3.10.5. Hidrografia

A província do Huambo é irrigado pelas águas do rio Cunene, e dos rios Culimala, Cuvo-Queve, Calongue, Cuando-Cunene e Chanhêua, sendo local de nascimento do último.

No que diz respeito aos recursos hídricos, não há problema nenhum, porque a fazenda tem um riacho Ngongo e um rio Calilongue de caudal permanente durante todo ano.

3.11. Características sócio económica da província do Huambo

Huambo é uma das 18 províncias de Angola, localizada na região central do país. Sua capital está na cidade e município do Huambo.

³Fonte: Portal de Angola. 6 de março de 2019.

⁴ Fonte: DINIZ, A. Castanheira, 1991, Características Mesológica de Angola



MINAGRIF/PDAC



Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 2 309 829 habitantes e área territorial de 35 771 km², sendo a quarta província mais populosa de Angola e uma das mais ricas da nação.^[1]

Os seus onze municípios são:

Huambo, Bailundo, Ecunha, Caála, Cachiungo, Longuimbale, Longonjo, Mungo, Chicala-Choloanga, Chinjenje e Ucuma.

O município do Huambo é uma cidade e município de Angola, a capital da província do Huambo.

Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 815 685 habitantes e área territorial de 2 609 km², sendo o mais populoso município da província, da região central de Angola e o sétimo mais populoso do país.

As principais actividades económicas do município são, a agricultura, pesca e pecuária. Entretanto, a população dedica-se igualmente na exploração de inertes, do mel, caça e colheita de frutos silvestres. As principais culturas praticadas são o milho, arroz, feijão, hortícolas e fruteiras.

A zona é de distribuição geográfica das populações de cultura umbundo e caracteriza-se por uma densa ocupação agrícola e comercial, acentuado vínculo das comunidades rurais à terra arável, agricultura em geral de géneros pobres e de feição comercial, e presença do gado bovino em recria e como animais de trabalho.

A agricultura é a principal actividade das populações onde o projecto será implementado, que perante um reduzido nível de fertilidade dos solos e um condicionalismo ecológico pouco favorável as culturas usualmente praticadas, base da sua subsistência.

Os beneficiários directos são o proponente e os seus 26 trabalhadores. Os beneficiários indirectos são a população vizinha que presta serviços eventuais de sacha e colheita. 20% da mão de obra permanente é do sexo feminino. A integração das questões do género no plano está salvaguardada. As necessidades de mão-de-obra eventual são de 40, 64 e 121 trabalhadores no 1º, 2º e do 3º ano em diante. 80% dos trabalhadores eventuais são do sexo feminino e as suas necessidades anuais dependem da cultura e da intensidade da tecnologia empregue. A iniciativa vai promover impacto no desenvolvimento económico da das comunidades circunvizinhas através de transferências monetárias para pagar salários a trabalhadores eventuais cuja proveniência é de 90% local.

A principal produção da fazenda será ovos e frangos. A produção agrícola que se pretende implementar tem objectivo principal e quase único de produzir matéria-prima para as aves. Por isso não precisam de análise de mercado.

Dos maiores clientes que tem, destacamos o mercado grossista do 30 em Luanda e no supermercado Shoprite do Huambo, poderá com a Soja fornecer não somente ração para atender suas necessidades no que toca a parte avícola como também para fornecer a outros proponentes que até então adquirem a ração em Benguela a partir do grupo Carrinho. Poderíamos ainda com o grupo Carrinho estabelecer uma relação de fornecedor e comprador. Tem o Novo Balcão e o Resort da Chipipa como seu maior consumidor dos produtos desta cadeia alimentar presentes neste plano.

3.12. Demografia



MINAGRIF/PDAC



Segundo as projecções da população da Região 2014-2050 do INE (Edição de 2016), estima-se para o ano 2021 uma população de 268 018 habitantes (128 997 homens e 139 020 mulheres), o que representa um aumento de 84,40 % relativamente ao ano 2014 (226 220). Tal como se referiu, pouco mais de metade dos habitantes são mulheres.

Caracteriza-se por ter uma população jovem, em que a média etária é de 16,0 anos (e na população rural é de 15,9). Cerca de 47,58% dos habitantes têm menos de 14 anos, 49,49% entre 15 e 64 anos e apenas 2,92% têm mais de 65 anos.

Existe um grande equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres nas faixas etárias mais jovens. A partir da faixa etária dos 30-34 anos a proporção de mulheres começa a aumentar, atingindo o máximo de 54,88% na faixa etária dos 40-44 anos e daí, começa a decrescer até a faixa etária dos 75-79 anos.

Os principais indicadores para a Região do Huambo, apontam para uma melhoria das condições de vida da população da província, entre 2014 e 2022, com um aumento ao nível da esperança média de vida (de 56,7 para 60,2 anos), e reduções significativas na taxa bruta de mortalidade (de 12,3% para 9,4%) e sobretudo de mortalidade infantil (de 85,1% para 60,8%, sendo mais expressiva nos homens). A projecção da natalidade, em 2021, mantém-se praticamente constante face a 2014.

Sendo uma população com grande proporção de jovens, verifica-se uma taxa de dependência dos jovens elevada.

O nível de fecundidade é bastante alto e que não há ainda nenhuma evidência de que a fecundidade esteja a diminuir. Em parte, este comportamento da fecundidade está relacionado aos seguintes factos: a prevalência do uso de métodos contraceptivos é ainda baixa, o início da actividade sexual, do nascimento do primeiro filho e do primeiro casamento ser precoces, e ainda existir desejo por maior número de filhos (INE, 2016).

De acordo com o Censo de 2014 verifica-se ainda uma tendência de migração interna para as áreas urbanas, sobretudo para a província de Luanda. Mais de meio milhão nos 5 anos anteriores aos Censos e cerca de 240 mil nos últimos 12 meses antes do Censo 2014. Em termos de projecção prevê-se que o padrão médio anual de migração interna se mantenha até 2024, exceptuando a província do Bengo.

3.13. Aspectos socioeconómicos

De acordo com os Censos 2014, na província do Huambo a língua de comunicação geral é o português. Os três grupos linguísticos dominantes são os ovimbundos com poucas diferenças entre si, huambos, bailundos e sambos, com pequenas manchas de ganguelas e quiocos com fraca expressão demográfica.

No que respeita à religião, 59,3% dos habitantes são católicos, 21,2% protestante, menos de 0,5% são islâmicos e judaicos, 16% não tem religião e a restante percentagem pertence a outras religiões.



MINAGRIF/PDAC



. A língua predominante localmente é o Umbundu, as populações vivem neste local a bastante tempo, não são emigrantes, não há minorias etnolinguísticas.

Não existem outros grupos minoritários em volta da fazenda do proponente, cujos riscos e impactos específicos devam ser analisados.

3.13.1. Qualificação e escolaridade

Quanto à escolaridade, 21,87% da população da província (com mais de 18 anos) não tem nenhum nível de escolaridade concluído. No entanto, 65,01% da população (com mais de 15 anos) sabe ler e escrever. Esta proporção baixa para cerca de 20,0% na população rural.

3.13.2. Actividade e emprego

Em 2019, a população nacional empregada no setor formal com 15 anos ou mais anos de idade foi estimada em 9.976.235 pessoas sendo 4.943.284 homens e 5.032.951 mulheres.

Em Angola 61,2% da população, com 15 ou mais anos é absorvida no mercado de trabalho. A taxa de emprego dos homens (63,4%) foi superior a das mulheres (59,2%). A diferença entre a taxa de emprego na área rural e na área urbana é bastante significativa, de acordo com o INE, 77,3% e 50,4% respectivamente apresentando uma diferença de 26,9% pontos percentuais, superior a cerca de 1,5 vezes, em favor da área rural.

Cerca de 36,2% dos jovens, dos 15 aos 24 anos, estavam inseridos no mercado de trabalho, não havendo diferenças, estatisticamente significativas, entre homens (35,6%) e mulheres (36,8%).

Na província do Huambo, a maioria da população empregada (62%) tem a sua actividade no sector primário (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), 18% no sector terciário (Transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) e 6% no sector secundário (Indústria, construção, energia e água), os restantes não têm actividade declarada.

A taxa de desemprego foi de 21,8%, sendo para os homens superior à das mulheres (21,4% e 20,2% respectivamente). Em 68,6% dos agregados familiares (num total de 443 386) pratica uma actividade agropecuária (dos quais 88,9% cultivam cereais).



MINAGRIF/PDAC

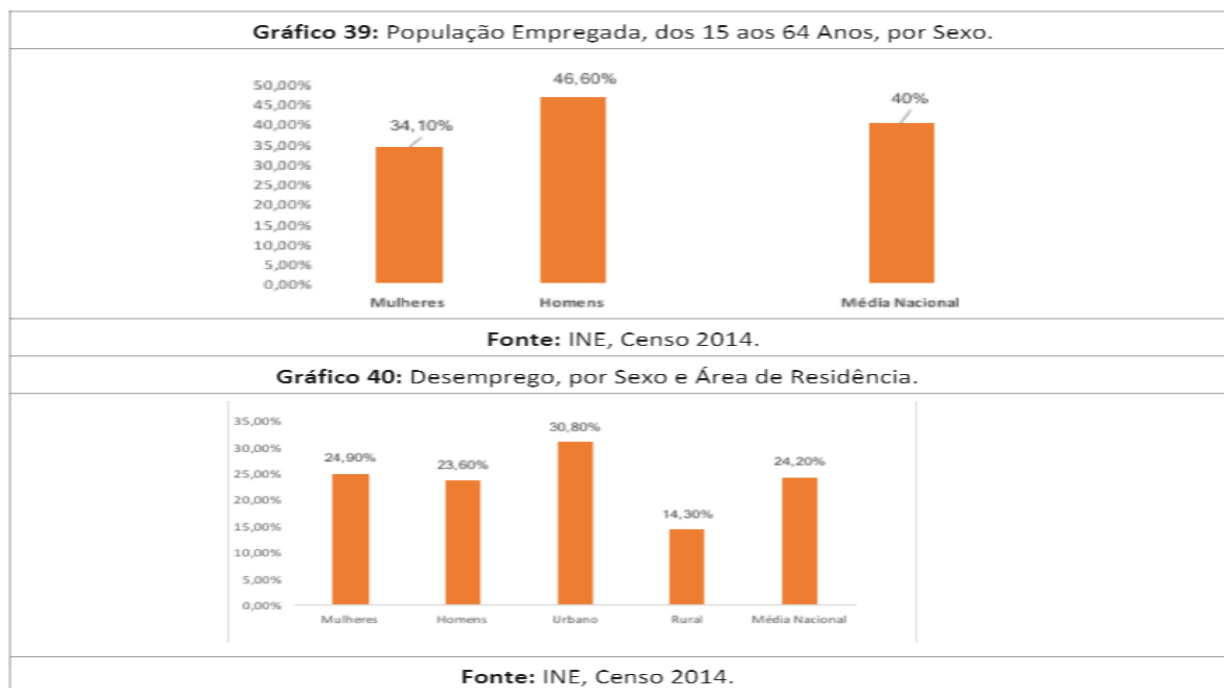


Figura 8: Gráfico de Desemprego por Género

A maioria das mulheres e jovens raparigas estão inseridas no mercado informal. Isso deve-se especialmente ao baixo nível de literacia e educação formal técnica que as relega para actividades comerciais e similares, que não exigem qualificações superiores. Assim sendo, elas não beneficiam dos direitos aplicáveis na legislação em vigor, tais como licença da maternidade, segurança social e salários dignos, para além de estarem vulneráveis à elevada instabilidade profissional.

O aumento do nível de escolaridade e oportunidade de empreender dentro do sector agrícola poderá diminuir o desemprego no nível do género dentro do município do Huambo.

3.13.3. Agregado familiar e habitação

Os agregados familiares (num total de 443 386) são em média compostos por 4,4 pessoas (zona rural). Nestes agregados, em 59% dos casos, o chefe de família é um homem e nos restantes uma mulher.

Relativamente à habitação 72,6% dos casos a casa é própria, em 22,0% arrendada e em 7,3% ocupada ou cedida. A construção das casas convencionais é maioritariamente: parede de adobe (79,1%) face ao cimento ou blocos, cobertura de zinco (88,6%) face à telha e chão em terra batida (69,7%) face ao cimento.

3.14. Relativamente ao abastecimento de água e energia



MINAGRIF/PDAC



Acerca de 56,9% dos agregados familiares têm acesso a fontes apropriadas de água no município do Huambo.

As fontes de energia mais utilizadas pelas famílias são o gás, carvão e lenha (por ordem de prevalência); sendo nas zonas rurais mais utilizada a lenha, seguida do carvão e do gás. Apenas 38,8% dos agregados têm acesso a electricidade da rede pública, e nas áreas rurais este valor desce para 2,8%.

A água para o consumo e irrigação vem de uma nascente existente no interior da fazenda e dos rios Calilongue e Ngongo. Cerca de 9 em 10 agregados familiares das áreas rurais depositam o lixo ao ar livre por causa da inexistência de empresas publicas de saneamento básico a nível da província e/ou município.

3.15. Enquadramento Local

3.15.1. Actividades da população

A principal actividade económica é a agricultura de subsistência para suprir as necessidades com a alimentação e outras necessidades. Também participam da renda familiar a criação de pequenos animais como galinhas, porcos e cabritos. Problemas de doenças e de saneamento básico

As doenças mais comuns são a malária e dermatites. Seguem-se as doenças diarreicas agudas e algumas do fórum respiratório, muitas vezes associadas à má qualidade da água que consomem e da falta de estruturas sanitárias e de agentes da saúde que devem promover a educação e assistência sanitária.⁵

3.15.2. Uso actual da terra na área do projecto

A Fazenda tem estado a produzir em escala reduzida peixes, plantação de pastos, árvores de frutos e outras culturas como o milho, o feijão, a batata – doce, soja e horticulturas.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

O PGAS da Fazenda CATEMO LS & SS, LDA foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC.

4.10. Constituição da República de Angola de 2010

⁵ Fonte: INE, 2014, Censo



MINAGRIF/PDAC



Os aspectos relativos aos direitos, liberdades, deveres e garantias sobre o meio ambiente são largamente abordados na Constituição de Angola (artigo 39 da Constituição da República de Angola - CRA) e na legislação angolana pós-independência. O Artigo 39 da CRA consagra o direito ao ambiente e declara o direito dos cidadãos a viver em ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. O mesmo Artigo, igualmente exige ao Estado que adopte as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. Igualmente exige a punição dos actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente.

4.11. Legislação Ambiental

Tabela 8: Legislação Ambiental

<p>Lei nº 5/98 de 19 de Junho</p> <p>Lei de Bases do Ambiente</p>	<p>Esta Lei serve de quadro básico de toda a legislação e regulamentos ambientais em Angola integrando definições de conceitos relevantes, tais como os da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais.</p>
<p>Lei n.º 6/17</p> <p>Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem</p>	<p>Estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente os artigos 16.º, 17.º e 18.º da Lei n.º 15/05, de 7 de Dezembro, Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, os Decretos n.ºs 40040, de 9 de Fevereiro de 1955, 44531, de 21 de Agosto de 1962 (Regulamento Florestal) e o Diploma Legislativo n.º 2873, de 11 de Dezembro de 1957 (Regulamento de Caça)</p>
<p>Lei nº 6 / 02, de 21 de Junho</p> <p>Lei das Águas</p>	<p>A lei prevê a posse do governo dos recursos hídricos do país, e a responsabilidade do Estado para o desenvolvimento, controle e preservação dos recursos hídricos. Regulamentos ainda não foram promulgadas</p>
<p>Lei nº 09/04, de 9 de Novembro</p> <p>Lei de Terra</p>	<p>A Lei de Terras de Angola reafirma o posicionamento constitucional de que o governo possui e exerce autoridade final sobre toda a terra e os recursos naturais. A mesma Lei engloba toda a terra rural e urbana para a qual o Estado pode conferir direitos transferíveis. A Lei inclui uma disposição que obriga as pessoas que ocupam propriedade sem</p>



MINAGRIF/PDAC



	registo para que registem a terra dentro de um prazo estabelecido pela Lei.
Decretos Presidenciais	
<p style="text-align: center;">Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de Abril</p> <p style="text-align: center;">Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental</p>	<p>Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental.</p>
<p style="text-align: center;">Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de Agosto</p> <p style="text-align: center;">Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos</p>	<p>O presente Diploma tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, excepto os de natureza radioactiva ou sujeito à regulamentação específica, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactes negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos</p>
<p style="text-align: center;">Decreto Presidencial n.º196/12, de 30 de Agosto</p> <p style="text-align: center;">Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)</p>	<p>O Presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do País têm vindo a percorrer.</p>
<p style="text-align: center;">Decreto Presidencial nº 194/11, de 07 de Julho</p> <p style="text-align: center;">Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.</p>	<p>O presente diploma tem por objecto estabelecer a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais.</p>
<p style="text-align: center;">Decreto Presidencial nº 261/11, de 6 de Outubro</p> <p style="text-align: center;">Sobre a Qualidade da Água</p>	<p>Este diploma estabelece critérios de qualidade de água com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.</p>
<p style="text-align: center;">Decreto Presidencial n.º 82/14 de 21 de Abril</p> <p style="text-align: center;">Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos</p>	<p>O presente Diploma define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira no artigo 2 (Âmbito de aplicação), o presente Diploma é aplicável às águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas</p>



MINAGRIF/PDAC



	estuarinas e outros corpos de água, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências
Decreto Executivo	
<p style="text-align: center;">Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de Março</p> <p style="text-align: center;">Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais</p>	<p>O diploma tem como objecto estabelecer as diretrizes orientadores para a elaboração dos Estudos de Impactes Ambientais necessários para análise de viabilidade ambiental dos projectos sujeitos a avaliação de impacte ambiental. O Estudo de Impacte Ambiental deve ser elaborado nos termos da legislação sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, e cumprir rigorosamente com os Termos de Referência aprovados pelo Ministério do Ambiente, que orienta a elaboração dos mesmos de acordo com a especificidade de cada projecto</p>
<p style="text-align: center;">Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de Janeiro</p> <p style="text-align: center;">Gestão de resíduos de demolição e construção</p>	<p>O presente diploma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização</p>

4.12. Legislação Social

Tabela 9: Legislação Social

<p style="text-align: center;">Lei N.º 7/04 de 15 de Outubro</p> <p style="text-align: center;">Lei de Bases da Protecção Social</p>	<p>A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação</p>
<p style="text-align: center;">Lei N.º 25/12 de 22 de Agosto</p> <p style="text-align: center;">Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei n.º 25/12)</p>	<p>A Lei n.º 25/12 define regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança, reforça e harmoniza os instrumentos legais e institucionais para assegurar os direitos da criança como definidos na Constituição, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança.</p>
<p style="text-align: center;">Lei n.º 7/15, de 15 de Junho</p>	<p>A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em</p>



MINAGRIF/PDAC



Lei Geral do Trabalho	empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.
Lei nº 25/11 de 14 de Julho Violência Doméstica	Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.
Decretos	
Decreto 31/95 de 5 Novembro Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.	O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene no trabalho, nos termos do preceituado nº 2 do artigo 46º da Lei Constitucional 23/92
Decreto nº 43/03 de 4 de Julho Regulamento sobre o HIV/ SIDA, Emprego e Formação Profissional	A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.
Decreto n.º 53/05 de 15 de Agosto Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais	Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;
Decreto Presidencial 222/13 de 24 de Dezembro Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política	Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação
Lei n.º 1/21 de 7 de Janeiro Lei das Expropriações	A Lei da Expropriação por Utilidade Pública prevê as situações que podem originar uma reversão dos bens expropriados, designadamente nos casos em que as autoridades não conseguem implementar o projeto que motivou a expropriação nos prazos legalmente devidos e/ou nas situações em que cessem as finalidades da expropriação. O exercício do direito de reversão está sujeito a um prazo de caducidade e fica dependente da devolução, pelos expropriados, do montante anteriormente recebido a título de indemnização.



MINAGRIF/PDAC



<p>Lei n.º 22/11, de 17 de junho</p> <p>Lei da Protecção de Dados Pessoais</p>	<p>A lei prevê a protecção dos dados pessoais, da confidencialidade e da reserva da vida privada, assume uma relevância fundamental no contexto da salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos, reconhecidos pela Declaração Universal do Homem e pela Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.</p>
---	---

4.13. Políticas ambientais e sociais do Banco Mundial accionadas pelo Projecto

O Banco Mundial definiu 7 Políticas ambientais e Sociais seguidas na elaboração do PGAS:

Tabela 10: Políticas Ambientais e sociais do Banco Mundial

OP 4.01 Avaliação Ambiental	A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.	A política de avaliação ambiental é accionada neste projecto para o levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.
OP 4.04 Habitat Natural	A OP 4.04 assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiado ou cofinanciados	Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são accionadas.
O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas	A política de segurança de barragens/represas é accionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente.	Esta política não é accionada no âmbito do projecto da Fazenda CATEMO LS & SS, LDA, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas.
OP 4.09 Gestão de Pragas	A política operacional de controlo de pragas é accionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um Plano de Gestão de Pragas de carácter obrigatório	O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é accionada.
OP 4.11 Recursos físicos e culturais	Esta política é accionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto	Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos e culturais considerados baixos.
OP 4.12 Reassentamento Involuntário	A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto.	No âmbito dos projectos de agrícolas da componente 1 do PDAC, não estão previstos reassentamentos involuntários sejam físicos ou económicos uma vez que os subprojectos são implementados em áreas privadas com títulos de concessão de terras emitidos pela entidade local, o IGCA (Instituto Geodésico Cartográfico de Angola).



MINAGRIF/PDAC



		<p>O proponente, comprou a terra aos populares das aldeias circunvizinhas (aldeia de Messe 1° e Messele 2°)</p> <p>Não reside ninguém no interior do espaço da , embora existem 2 aldeias próximas a não existe conflito com a população local.</p>
OP 4.36 Recursos Florestais	Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatção e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico.	O projecto Fazenda CATEMO LS & SS, LDA não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é accionada.

4.14. Avaliação das lacunas da legislação e recomendações

A avaliação das lacunas legislativas é necessária para verificar se a estrutura legislativa existente no país é adequada para a gestão social e ambiental eficaz e se a estrutura legislativa apoia as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. Com base na comparação das políticas do Banco Mundial accionadas pelo projecto, é claro que a legislação em Angola fornece base suficiente para gerir os aspectos ambientais e sociais das actividades propostas no âmbito do projecto. O regulamento de Avaliação de Impacto lista claramente as actividades agrícolas que requerem um EIA. É também evidente que as instituições relevantes estão no local para garantir a efectiva implementação e monitorização das medidas ambientais necessárias, em conformidade com a legislação nacional e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. O Banco Mundial exige que todos os projectos cumpram com a legislação nacional, mas onde há discrepâncias ou lacunas, as políticas do Banco Mundial têm precedência, excepto nos casos em que normas nacionais são mais rigorosas ou equivalente. (Ver tabela na página a seguir):

Tabela 11: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial

Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
O EIA é necessário para actividades de infraestruturas proposta	O Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de Abril sobre o Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental. Este regulamento estabelece as	A PO 4.01 exige EIA completo para todos os projectos classificados como sendo de Categoria A. Para projectos de Categoria B, alguma forma de avaliação ambiental é necessária,	Sem lacunas assinaláveis



MINAGRIF/PDAC



Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
	normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental. Este diploma revoga o Decreto N° 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto N° 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental.	geralmente menos rigoroso do que um EIA completo e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental (PGA).	
Gestão de Pragas	Angola tem um regulamento para a produção, importação, comércio e utilização de pesticidas aprovados 1965 durante a era colonial. Através deste regulamento, o Ministério da Agricultura tem um mandato para gerir pesticidas no país.	A política de Gestão de Pragas do Banco Mundial (PO 4.09) promove o uso de técnicas Gestão Integrada de Pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos. Ela promove o uso seguro, manuseamento, armazenagem e eliminação de pesticidas químicos aprovado	O regulamento Angolano de gestão de pesticidas é antigo e pode não ser capaz de lidar com as necessidades da agricultura comercial em vigor. Pelo que se recomenda a aplicação dos padrões do Banco Mundial.
Reassentamento involuntário	<ul style="list-style-type: none"> • <i>A Constituição da República de Angola –o n°2 do artigo 15 - reconhece às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei sem prejuízo da possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei.</i> • <i>Lei de Terras, a Lei n. 9/04 - O Estado só pode expropriar terras se for utilizado para uma finalidade pública.</i> • <i>Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, a Lei n. 3/04, artigo 20</i> • <i>Direito Ambiental, Lei n°. 5/98 – Assume que o desenvolvimento de qualquer</i> 	PO 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas designadas legalmente protegidos, resultando em impactos adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas.	Embora peças de legislação angolana abordem assuntos relacionados ao reassentamento, não foi identificada uma regulamentação específica sobre o reassentamento como resultado das actividades económicas. A política do Banco Mundial e Padrão de Desempenho GBM deve ser aplicada em caso de necessidade de reassentamento. O QPR fornece mais orientações sobre este assunto.



MINAGRIF/PDAC



Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
	infraestrutura que tem um impacto ambiental ou social deve incluir uma consulta prévia com a população afectada.		
Saúde e Segurança no Trabalho	<p>•<i>Lei Geral do Trabalho (Lei 7/15)</i> – A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.</p>	<p>O BM elaborou Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social (ESRP) que definem as tarefas aprovadas pela administração da GBM para alcançar a conformidade do cliente com as Normas de Política e Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social, Política de Acesso à Informação e Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (EHS).</p>	<p>Pouco rigor na observância das normas sobre a SST (implementação e controlo quase inexistente; existência de poucos profissionais de SST e SST percebido como impedimento).</p>
Consultas. Públicas	<p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são obrigatoriamente sujeitos a consultas públicas promovidas pelo departamento ministerial do ambiente.</p>	<p>O processo de consulta deverá envolver :(i) consultas a grupos de interesse que exigem atenção especial (grupos focais), agências nacionais, ONGs i (ii) reuniões abertas ao público nos municípios.</p> <p>As consultas deverão acontecer na fase de selecção do local do projecto, triagem do projecto, elaboração de documentos (PGAS).</p>	<p>Na legislação nacional as consultas públicas são feitas após a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial e organizadas pelo proponente. Os projectos que passam pela consulta pública são projectos agrícolas e de obras porque têm maior impacto</p> <p>O BM exige consulta pública para todos os subprojectos e são realizados pelo TSP's para cada subprojecto no âmbito da elaboração do PGAS, e as mesmas devem ter uma abordagem inclusiva, pelo que as reuniões são abertas ao público e asseguram a participação dos grupos mais vulneráveis de uma comunidade. As vezes há necessidade de se organizar reuniões específicas dirigidas a grupos, com linguagem local</p>



MINAGRIF/PDAC



Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
			num ambiente de confiança para as comunidades poderem participar nestas reuniões.
Triagem Ambiental e Social	<p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são sujeitos a triagem ambiental no portal de registo dos projectos SIA (Serviço Integrado de Avaliação) do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MINAMB)</p>	<p>Banco Mundial realiza triagem ambiental de cada projecto proposto para determinar a extensão apropriada e tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos.</p>	<p>Não existem conflitos ou lacunas assinaláveis uma vez que o processo de triagem ambiental e social do Banco Mundial cumpre com os requisitos da legislação ambiental angolana para triagem e parecer ambiental dos subprojectos registados no portal do MINAMB</p> <p>O BM exige uma ficha de triagem ambiental e social que prevê a pré avaliação ambiental e social do subprojecto antes da elaboração do PGAS e das consultas públicas.</p>



5. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Neste capítulo são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para determinar os potenciais impactos ambientais e sociais ligados à implementação do projecto. A avaliação ambiental e social fornece um procedimento formal para avaliar a importância dos impactos. Isto é feito tendo em conta as actividades do projecto e os elementos no meio receptor. O objectivo da análise de avaliação de impacto é identificar as interacções significativas que exigem medidas de mitigação possíveis para reduzir os impactos a níveis aceitáveis e em conformidade com as normas de desempenho ambiental e social.

A avaliação dos impactos ambientais e sociais envolveu as seguintes etapas:

- Descrição das actividades ao longo do projecto (construção e exploração);
- Descrição de atributos ambientais e sociais;
- Identificação de interacções ambientais e sociais do projecto;
- Previsão dos efeitos ambientais e sociais; e
- Descrição dos efeitos ambientais e sociais.

5.10. Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

Definição dos impactos: “Um impacto é qualquer mudança ambiental, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água, na biodiversidade e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.” – Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril.

A metodologia utilizada foi a **matriz de interacção** que consiste em uma listagem de controle bidimensional onde são relacionados os aspectos e impactos ambientais. A eficiência desse método está na identificação dos impactos directos, ou seja, na alteração do meio que está directamente em contacto com a acção transformadora, visto a interacção entre os factores ambientais e sociais e os elementos do projecto. Com isso, é possível conhecer os aspectos que proporcionam maior impacto e aqueles que afectam os factores ambientais e sociais mais relevantes.

5.11. Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto

Os impactos podem ser de natureza positiva ou negativa. É negativo quando ocorre uma alteração indesejável no ambiente e positivo quando ocorre uma alteração desejável, ou seja, quando ocorre uma melhoria no ambiente. A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacte venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacto são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 12: Critérios usados para determinar a consequência do impacto

Critério	Descrição
Natureza do impacto	Os impactos são classificados como positivos , quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e negativo , quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental;



Âmbito (A)	Os impactos são classificados como locais , quando incidem sobre o local do projecto; regionais quando incidem num raio de 1- 5km do local do projecto, ou inter-regionais , num raio entre 5km-10km da área do projecto.
Magnitude (M)	Indica a intensidade do impacto em face de um determinado factor ambiental ou área de ocorrência, foi classificada como reduzida , moderada e elevada .
Probabilidade (P)	Indica a possibilidade de o evento ocorrer, foram determinados com base no conhecimento das características de cada uma das acções e de cada factor ambiental, permitindo classificar cada um dos impactos como baixa probabilidade, média probabilidade e alta probabilidade .
Duração D)	Os impactos são considerados temporários no caso de se verificarem apenas durante um período curto (menos de 6 meses), média (entre 6 meses a 2 anos) e permanentes (períodos acima de 2 anos)
Reversibilidade (R)	Quando a alteração causada ao meio ambiente pode ser reversível por acções/intervenção, ou irreversível quando a alteração causada ao meio não pode ser revertida por acções/intervenção.
Significância (S)	A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacto venha a ocorrer.
Hierarquização (H)	Corresponde a prioridade de acção dos prováveis impactos do projecto e está directamente relacionada ao <i>grau de impacto</i> , para o grau de impacto fraco foi estabelecido como impacto de prioridade 1 , para o grau de impacto moderado, impacto de prioridade 2 e para o grau de impacto forte, impacto de prioridade 3 .

5.12. Classificação dos impactos

Segue na tabela abaixo a classificação dos impactos ambientais e sociais utilizadas na elaboração do presente PGAS.

Tabela 13: Classificação dos impactos

Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
Local	Confinado à área do projecto ou do estudo ou a uma parte dessa área	1
Regional	As consequências do impacto atingem um raio de 1-5km do local do projecto	2
Inter-regional	As consequências do impacto atingem um raio de 5-10km do local do projecto	3
Intensidade		
Baixa	As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima.	1
Média	As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada	2
Elevada	As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados.	3
Duração		
Curto prazo	Até 6 meses.	1
Médio prazo	6 meses a 2 anos.	2
Longo prazo	Mais de 2 anos.	3
Probabilidade		
Baixa	<40% de probabilidade de ocorrer	1
Média	Entre 40% - 70% de probabilidade de ocorrer	2
Alta	>70% -90% de probabilidade de ocorrer	3
Reversibilidade		
Reversível	As medidas de mitigação são capazes de reverter as acções dos impactos	1
Irreversível	As medidas de mitigação não são capazes de reverter as acções dos impactos	2
Significância (D+R+M+A)		
Pouco significativo	Quando as consequências do impacto são pouco significativas	4-14
Significativo	Quando as consequências do impacto são significativas	15-28
Muito significativo	Quando as consequências do impacto são muito significativas	29-42
Grau de impacto (S x P)		



MINAGRIF/PDAC



Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
Fraco	Quando o impacto tem baixa probabilidade de ocorrência e é pouco significativo	4-14
Moderado	Quando o impacto tem média probabilidade de ocorrência e é significativo	15-28
Forte	Quando o impacto tem alta probabilidade de ocorrência e muito significativo	29-42
Hierarquização		
Prioridade 1	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 1	4-14
Prioridade 2	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 2	15-28
Prioridade 3	As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 3	29-42

O uso e ocupação do solo são conhecidas como a principal causa da degradação da qualidade da água. No entanto, diferentes tipos de uso e ocupação do solo afectam a qualidade da água de maneiras diferentes.

Os impactos resultantes das actividades na fazenda são de natureza negativa, de âmbito regional e local, com magnitude reduzida e moderada, têm uma probabilidade média-baixa, são de duração média, reversíveis e pouco significativos numa escala de 4-14 com o grau de moderado e de prioridade 2.



MINAGRIF/PDAC



Os impactos resultantes das actividades na fazenda CATEMO LS & SS, LDA são de Natureza negativa de âmbito regional e local, com magnitude reduzida e moderada, têm uma probabilidade média baixa de duração média, reversível com significativo numa escala de 4-14 com o grau de moderado e de prioridade 2

5.12.1. Fase de Construção

Tabela 14: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	G	H
Gestão de resíduos	Construção	Má gestão de resíduos perigosos (resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as respectivas embalagens, produtos de limpeza. Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas.	Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem Compactação do solo, supressão de vegetação, e risco de erosão	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Ruído	Construção	Geração de ruídos devido o funcionamento dos equipamentos, quer para o cultivo da terra ou para o processamento Construção de infra- estruturas físicas	Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros; - Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projecto	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	G	H
Qualidade do ar	Construção	<p>As emissões de poeira resultante da preparação de terras de agricultura durante a época seca.</p> <p>Emissões de (CO₂, SO₂, NO_x e PM) resultantes da queima de combustível fóssil nos equipamentos;</p> <p>Emissões de gases de combustão provenientes dos fumos dos geradores de energia a diesel</p>	<p>Emissão de gases e poeiras que poderão causar doenças respiratórias nas zonas circunvizinhas aos projectos.</p> <p>O seu uso sequencial poderá dar origem à doenças oftalmológicas como a conjuntivite as comunidades mais próximas .</p>	Negativo	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	G I	H
Qualidade da água	Construção	<p>Má gestão de recursos hídricos</p> <p>Arrastamento de sedimentos pelas chuvas devido à movimentação de máquinas e equipamentos;</p> <p>Contaminação decorrente de derrames acidentais associados à manutenção de máquinas/equipamento e descargas de resíduos não controlados produzidos durante a obra e por gestão inadequada de resíduos.</p> <p>os trabalhos associados poderão afectar a qualidade dos recursos hídricos na envolvente, devido as seguintes actividades: arrastamento de sedimentos pelas chuvas devido a movimentação de máquinas e equipamentos, contaminação decorrente de derrames acidentais associados a manutenção de máquinas/equipamentos e descargas de resíduos não controlados produzidos durante a obra e por gestão inadequada de resíduos</p>	<p>Stress sobre os recursos hídricos</p> <p>Contaminação da fonte d'água</p> <p>A irrigação pode reduzir a capacidade de armazenamento e escoamento do fluxo dos lagos e reservatórios</p> <p>A potencial degradação a qualidade da água</p>	Negativo	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2
Habitat e vida selvagem terrestre	Construção	Má gestão de recursos hídricos	Stress sobre os recursos hídricos	Negativo	Local	Moderado	Baixo	Temporário	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	G	H
Qualidade do solo	Construção	Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas. Preparação das parcelas agrícolas e Compactação do solo Manutenção de máquinas	Compactação do solo, supressão de vegetação, e risco de erosão Reduz a qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo. Contaminação dos solos	Negativa	Local	Reduzida	Baixo	Temporário	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Saúde e segurança Ocupacional	Construção	Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas mães contratadas nos períodos de maior trabalho (eventuais) levam consigo os bebés e crianças pequenas	Riscos de acidentes no local de trabalho durante as obras como quedas de pessoas e objectos cortantes. Risco de contrair doenças por parte das crianças	Negativa	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 1
Desequilíbrio de gênero no acesso ao trabalho	Construção	Desigualdade e falta de equidade no tratamento da questão de género	Potencial de aumento de casos de exploração e abuso sexual e outras violências baseadas no género ou outra forma de desigualdade de género um dos grandes motivos é o ciúme, muitos maridos não permitem que as mulheres trabalhem por causa de terminarem o trabalho no fim do dia. Desigualdade de oportunidades entre géneros; Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Saúde e Segurança ocupacional	Construção	Propagação do vírus da Covid 19	Aumento da incidência da doença com o não observância das medidas de boi segurança.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	G I	H
Trabalho infantil	Construção	Trabalho infantil, ganância do fazendeiro por lucro crianças fora do sistema de ensino, hábito cultural em levar as crianças a ajudar nas actividades produtivas familiares.	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem escolaridade Aumento do número de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida.	Negativo	Local	Moderado	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
, Transmissão de doenças sexuais	Construção	O assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido ao envolvimento sexual entre trabalhadores contratados que vivem longe de suas famílias e membros da comunidade local	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Degradação dos valores morais locais danos psicológicos (e físicos) na vítima. Aumento de casos de DTS, gravidezes indesejadas.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Conflitos culturais	Construção	Trabalhadores contratados que vivem em campos perto das comunidades por longos períodos Trabalhadores rurais que vivem longe de suas famílias	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Degradação dos valores morais locais	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	G	H
EAS/AS	Construção	Trabalhadores contratados que vivem em campos perto das comunidades por longos períodos Trabalhadores rurais que vivem longe de suas famílias	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Degradação dos valores morais locais	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Contratação da Mão de Obra	Construção	Cargas horárias excessivas Salários baixos ou insuficientes Cargas horárias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil)	Fadiga do trabalhador, provocando maior número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Salários baixos ou insuficientes	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho forçado	construção	Inexistência de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde Pobreza extrema	Humilhação, dependência dos outros e ter de aceitar rispidez, insultos e indiferença no trabalho Degradação dos valores morais locais Aumento de taxa de doenças Redução de expectativas de vida	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho Precário	Construção	trabalhadores sem contrato, incumprindo com a Lei Geral de Trabalho	Conflitos entre trabalhadores e empregador, bem como uma baixa produtividade da fazenda.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do subprojecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação																
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H								
Condições de habitabilidade	Construção	A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar. Colocação de portas e janelas nas residências sem redes anti mosquito. Construção de residências de separação para homens ou mulheres.	risco trazer problemas ergonómicos como dores lombares malária e assédio sexual nas acomodações																	

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-Magnitude; P-Probabilidade; D-Duração; R-Reversibilidade; S-Significância; GI-Grau de Impacto; H-Hierarquização

5.12.2. Fase de Operação

Tabela 15: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais fase de operação

Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação																
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H								
Qualidade do solo	Operação	Uso excessivo de herbicidas / pesticidas Manutenção de máquinas Preparação das parcelas agrícolas	Redução e/ou eliminação da biodiversidade; Poluição atmosférica Compactação do solo Degradação da qualidade do solo																	



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Qualidade da água	Operação	<p>Má gestão dos recursos hídricos</p> <p>Consumo da água da represa e disponibilidade hídrica para a comunidade vizinha;</p> <p>Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca;</p> <p>Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais;</p> <p>Técnicas de cultivo inapropriadas.</p> <p>Poluição das águas superficiais e subterrâneas derivadas do azoto proveniente de fertilizantes, estrumes, pesticidas e emissões de poeiras;</p> <p>Assoreamento de cursos de água devido a sedimentos soltos em terras cultivadas</p> <p>Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca. Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais; ii) Técnicas de cultivo inapropriados.</p>	<p>Stress sobre os recursos hídricos</p> <p>Poluição das águas superficiais e subterrâneas derivadas do azoto proveniente de fertilizantes, estrumes, pesticidas e emissões de poeiras;</p> <p>Assoreamento de cursos de água devido a sedimentos soltos em terra cultivadas.</p>	Negativa	Regional	Moderada	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Habitat e vida selvagem terrestre	Operação	<p>Supressão da vegetação por causa da preparação das parcelas agrícolas</p> <p>Geração de ruídos e poeiras devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento</p>	<p>Pressão sobre os recursos hídricos</p> <p>Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros;</p> <p>Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projectos</p>	Negativa	Regional	Moderada	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Gestão de Resíduos	Operação	Manutenção de máquinas Deficiente gestão de Resíduos agrícolas Má gestão de resíduos perigosos como recipientes de pesticidas produtos de limpeza.	Poluição atmosférica Contaminação dos solos e da água Exposição a produtos tóxicos Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem	Negativa	Local	Reduzida	Média	Média	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Ruido	Operação	Geração de ruídos devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento	Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Qualidade do ar trazendo doenças respiratórias nas zonas circunvizinhas aos projectos.	Negativa	Local	Reduzida	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Qualidade do ar	Operação	Manutenção de máquinas	Geração de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) trazem um cheiro forte que pode causar incomodo aos trabalhadores	Negativa	Local	Moderada	Baixa	Temporário	Reversível	Significat	Moderado	Prioridad
		As emissões de poeira resultante da preparação de terras de agricultura durante a época seca. Emissões de (CO2, SO2, NOx e PM) resultantes da queima de combustível fóssil nos equipamentos; Emissões de gases de combustão provenientes dos fumos dos geradores de energia a diesel	O uso de equipamentos em manutenção pode dar origem à degradação da do ar causando fumo	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporário	Reversível	Pouco	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Saúde e segurança Ocupacional	Operação	Perigos operacionais em local de trabalho Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas Elevado fluxo de pessoas em áreas do projecto mães contratadas nos períodos de maior trabalho (eventuais) levam consigo os bebés e crianças pequenas	Pode causar entorses, luxações e fraturas Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos Insecticidas entre outros Aumento da incidência da doença a falta do cumprimento das medidas de bio segurança. Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) incluindo o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA) Risco de contrair doenças por parte das crianças	Negativo	Local	Moderado	Baixo	Temporário	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade
Trabalho infantil	Operação	Trabalho infantil, ganância do fazendeiro por lucro crianças fora do sistema de ensino, hábito cultural em levar as crianças a ajudar nas actividades produtivas familiares.	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem escolaridade	Negativo	Local	Moderado	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Desequilíbrio do género ao acesso ao trabalho	Operação	Desigualdade e falta de equidade no tratamento da questão de género; Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho devido as: Razões culturais, falta de acesso à informação, priorização de um género nas oportunidades, riscos de baixar a produtividade quando empegar o sexo feminino, o potencial de aumento de casos e exploração e abuso sexual e/ou assédio sexual e outras de violência baseada no género ou de desigualdade de género	Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género no momento da sacha em que o trabalho é efectuado por mulheres na sua maioria e este termina muitas vezes ao calar do dia. Desigualdade de oportunidades entre géneros; Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Conflitos culturais, EAS/AS, transmissão de doenças sexuais	Operação	O assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido ao envolvimento sexual entre trabalhadores contratados que vivem longe de suas famílias e membros da comunidade local	Alta taxa de doenças de transmissão sexual Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país Degradação dos valores morais e locais danos psicológicos (e físicos) na vítima. aumento de casos de DTS, gravidezes indesejadas.	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Trabalho Forçado	Operação	Inexistência de condições adequadas de alimentação, educação e saúde e condições de habitabilidade Pobreza extrema Salários precários e sem contrato de trabalho	humilhação, dependência dos outros e ter que aceitar rispidez, insultos e indiferença no trabalho Degradação dos valores morais locais Aumento de taxa de doenças Redução de expectativa de vida	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Contratação da Mão de Obra	Operação	Cargas horárias excessivas Salários baixos ou insuficientes	Fadiga do trabalhador, provocando maior número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil)	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Fase do Projecto	Causas/ Actividades	Impacto	Avaliação								
				N	A	M	P	D	R	S	GI	H
Contratação de mão- de - obra	operação	<p>Cargas horárias excessivas</p> <p>Salários baixos ou insuficientes</p> <p>Cargas horarias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores que também podem levar ao trabalho infantil</p> <p>Contratação de mão- de – obra permanente</p>	<p>Fadiga do trabalhador, provocando maior número de lesões e doenças</p> <p>Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores(que também podem levar ao trabalho infantil)</p> <p>Falta de proteção social dentro da fazenda</p>	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado	Prioridade 2
Condições de habitabilidade	Operação	<p>A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar.</p> <p>Colocação de portas e janelas nas residências sem redes anti mosquito.</p> <p>Construção de residências de separação para homens ou mulheres.</p>	<p>risco trazer problemas ergonómicos como dores lombares</p> <p>malária e</p> <p>assédio sexual nas acomodações</p>	Negativo	Negativo	Local	Moderada	Baixa	Temporária	Reversível	Significativo	Moderado

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-Magnitude; P-Probabilidade; D-Duração; R-Reversibilidade; S-Significância; GI-Grau de Impacto; H-Hierarquização



MINAGRIF/PDAC



6. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTA

Na tabela a seguir são enumeradas algumas medidas de mitigação para os principais impactos identificados, bem como as responsabilidades do proponente e do TSP.

Tabela 16: Medidas de mitigação propostas

Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
Qualidade do solo	Uso incorreto de produtos químicos agrícolas; Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca. Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais. Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas. e podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais. Técnicas de cultivo inapropriadas. Compactação do solo	Acompanhamento do plano integrado de controle de pragas ou controle biológico; Redução dos níveis de adubos; Adubos verdes (sideração); capacitação dos trabalhadores para o uso adequado de defensivos agrícolas; Uso de equipamentos apropriados para protecção das condições meteorológicas (vento e chuvas). Escolher o tempo certo para aplicação de fertilizantes para maximizar a absorção e minimizar o escoamento de nutrientes ou volatilização.	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
<p>Qualidade da água</p>	<p>Uso incorreto de produtos químicos agrícolas;</p> <p>Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado;</p> <p>Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca.</p> <p>Uso incorreto de produtos químicos agrícolas;</p> <p>Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais.</p> <p>Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas.</p> <p>Técnicas de cultivo inapropriadas, e podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais.</p>	<p>Evitar a irrigação excessiva porque pode resultar na lixiviação de nutrientes e contaminantes.</p> <p>Assegurar a humidade do solo apropriado por um controlo activo da humidade do solo.</p> <p>Evitar a irrigação excessiva porque pode resultar na lixiviação de nutrientes e contaminantes.</p> <p>Implementar a irrigação por gotejamento</p> <p>Reduzir a evaporação evitando a irrigação durante os períodos em que a evaporação é elevada (em períodos de temperaturas mais altas, humidade reduzida ou ventos fortes);</p> <p>Certificar que são a ser aplicados os herbicidas na época apropriada do ano para controlar de forma mais eficaz a vegetação indesejável e reduzir o consumo de água;</p> <p>Correcta gestão de substâncias perigosas e acompanhamento das Diretrizes Gerais de EHS do WBG para a produção de safras anuais.</p> <p>Adotar técnicas de conservação de água, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rotação de culturas • Adubação verde. • Plantio direto • Plantio em níveis • Período de pousio 	<p>Proponente com apoio técnico do TSP</p>



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
<p>Qualidade do ar</p>	<p>Redução e/ou eliminação da biodiversidade; Exposição a produtos tóxicos⁶ Redução e/ou eliminação da biodiversidade Poluição atmosférica</p>	<p>Aplicar técnicas sustentáveis de cultivo que favoreçam a matéria orgânica (rotação, sementeira directa)</p> <p>Realizar formações/capacitações dos trabalhadores sobre o uso de fertilizantes no solo.</p> <p>Acções de reutilização e redução de resíduos (conforme o plano de gestão de resíduos).</p> <p>Manuseamento adequado de resíduos e embalagens (de pesticidas, fertilizantes, plásticos e outros) não deverão ser queimados, estes devem ser armazenados em locais apropriados e devidamente descartados. (acções de capacitação).</p> <p>Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos</p> <p>Evitar a selecção de áreas com elevados valores de biodiversidade, tais como habitats críticos ou naturais, zonas com altos valores de conservação.</p> <p>Capacitação do uso de equipamentos apropriados para protecção das condições meteorológicas (vento e chuvas).</p> <p>Acções de reutilização e redução de resíduos.</p>	<p>Proponente com apoio técnico do TSP</p>

⁶ Fonte: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_policy_ehs_annual_crop_production



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
		<p>Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos</p> <p>Manuseamento adequado de resíduos e embalagens (de pesticidas, fertilizantes, plásticos e outros) não deverão ser queimados, estes devem ser armazenados em locais apropriados e devidamente descartados. (ações de capacitação).</p>	
Gestão de Resíduos	<p>Má deposição de resíduos na fazenda</p> <p>Uso excessivo de pesticidas</p> <p>Retirada excessiva de solo para as obras</p> <p>Geração de resíduos sólidos (resíduos não perigosos, e resíduos perigosos)</p>	<p>Seguir minuciosamente o plano integrado de controle de pragas ou controle biológico; Redução dos níveis de adubos; Adubos verdes (sideração);</p> <p>capacitação dos trabalhadores sobre o uso adequado de defensivos agrícolas;</p> <p>Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenados até o descarte final; - Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; - Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem (conforme o plano de gestão de resíduos).</p>	Proponente com o técnico do TSP
Habitat e vida terrestre	Supressão de vegetação, e risco de erosão e assoreamento de corpos d'água próximos ao site Erosão e assoreamento de corpos de água locais	<p>Estabelecer e respeitar recessos e zonas-tampão em áreas ribeirinhas</p> <p>Entre duas parcelas, deverá manter uma banda de pelo menos 2 m de vegetação natural e dentro daquela poderão ser plantadas algumas árvores para criar quebra vento</p>	Proponente



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
Saúde e Segurança ocupacional	<p>Acidentes de trabalho; Riscos operacionais e no local de trabalho</p> <p>Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto</p> <p>Mães trabalhadoras levam consigo crianças pequenas, para evitar a exposição prolongada ao Sol desidratação da criança e o contacto com substancias que possam ser prejudiciais para a saúde dessas</p>	<p>Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas;</p> <p>Manter no local material para prestar os primeiros socorros (incluindo, por exemplo, soro antiveneno) e pessoal treinado deve estar disponível, assim como procedimentos para a evacuação de emergência (conforme os planos em anexo)</p> <p>Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST); Garantir o abastecimento de água adequado para responder aos consumos efetivos dos trabalhadores</p> <p>Construção na fazenda de locais para acomodação das crianças e contratação de um funcionário para levar pelos cuidados básicos.</p> <p>Realizar palestras informativas e encontrar soluções que a fazenda irá promover para ajudar a acomodar algumas condições que assegurem a sua segurança. Algumas palestras também deverão ser dirigidas ao gestor do PN.</p>	Proponente



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
Conflitos culturais, exploração e assédio sexual/ assedio, transmissão de doenças sexuais	<p>Risco de desemprego no seio dos trabalhadores eventuais</p> <p>Riscos de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género dentro da fazenda;</p> <p>Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's), incluindo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA),</p>	<p>Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a melhorar os sistemas tradicionais de agricultura com agricultura melhor adaptada ao clima e solo e mais produtiva, com sistemas de irrigação eficiente</p> <p>Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso.</p> <p>Sensibilização dos trabalhadores sobre os hábitos culturais locais, os valores morais e doenças transmissíveis sexualmente; assédio sexual;</p> <p>Subscrição do código de conduta</p> <p>Denunciar o EAS e VBG no MSGR do PDAC de acordo ao protocolo existente com contacto telefónico e denuncia na pagina da Internet do PDAC</p> <p>Palestras de sensibilização sobre as medidas disciplinares claras para situações de assédio sexual</p> <p>subscrição do Código de Conduta por todos os funcionários do PN, incluindo o gestor, e prestadores de serviço</p>	<p>Proponente, Administração Local com o apoio da BRLI-SIRIUS</p>
Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho	<p>Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género.</p>	<p>Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos no acesso ao trabalho através de acções de sensibilização ao empreendedorismo;</p> <p>Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante;</p> <p>Supervisão dos contratos das pessoas que trabalham como forma de garantir o cumprimento das normas trabalhistas estabelecidas na lei geral</p>	<p>Proponente</p>



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
		de trabalho e nas normas de OIT (Organização Internacional de Trabalho) e previstos no plano de Negócios	
Contratação de mão – de- obra	<p>Contratação de mães com crianças ao colo</p> <p>Trabalho e exploração infantil e invasão escolar</p> <p>Perigo de contaminação química</p> <p>Admissão de trabalhadores efectivos sem a celebração de um contrato de trabalho sem respeitar o salário mínimo estabelecido por lei.</p>	<p>Sensibilização a aderência à escola</p> <p>Existência de local de acomodação e de descanso para as crianças poderem ficar</p> <p>Sensibilização a não levar as crianças aos campos de cultivo, abordar durante as formações de palestras com os trabalhadores, bem estar das crianças, cuidados básicos a ter com as crianças aos períodos laborais (ex: protegê-las do sol e de riscos específicos nos locais de trabalho, no contacto com os animais, etc) e assegurar o uso de água potável com as crianças durante o horário de trabalho.</p> <p>Celebração de contratos de trabalho por escrito</p> <p>Inscrição dos trabalhadores na segurança social</p> <p>Pagamento do salário mínimo nacional</p>	proponente
Condições de habitabilidade	<p>A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar pode trazer problemas ergonómicos como dores lombares</p> <p>As portas e janelas deverão ter redes anti mosquito para evitar a propagação da malária</p>	<p>As acomodações devem ter portas e janelas, um colchão e um tecto sem infiltração, separadas por género da mesma forma as casas de banho</p> <p>A colocação de redes nas janelas evita a propagação de doenças como a malária</p>	Proponente



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
	Assédio sexual nas acomodações		
Contratação da Mão de Obra	Cargas horárias excessivas Salários baixos ou insuficientes Cargas horárias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil)	Diminuição da carga horária de trabalho para 8h/dia Melhor remuneração do pessoal permanente com salário mínimo nacional conforme o decreto nº 54/22 de 17 de fevereiro Proibição de trabalho infantil dentro da fazenda	Proponente
Elevado fluxo de pessoas em áreas do projecto	Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DTS's) incluindo o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA) Aumento da criminalidade (com incidência aso casos de violência) Degradação das condições de abastecimento de água e saneamento básico Aumento da caça ilegal Casos de EAS/AS	Priorizar os trabalhadores locais nas oportunidades de emprego existentes Programas de consciencialização de prevenção contra todo tipo de violência, conservação da fauna e flora e prevenção das DTS e DT Código de conduta assinados pelos trabalhadores/prestadores de serviço; palestras informativas sobre EAS/AS junto dos trabalhadores, prestadores e comunidade envolvente".	Proponente
Trabalho Precário	Conflitos entre trabalhadores e empregador, bem como uma baixa produtividade da fazenda.	cumprimento da Lei Geral do Trabalho na contratação dos trabalhadores e inscrição na segurança social.	Proponente



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
Fábrica de ração			
Emissão atmosférica	Poluição atmosférica	Colocação de filtros em todas as máquinas de pré-limpeza e limpeza; Utilizar sistema de captação de pó, lavadores de pó nas saídas dos secadores; Utilizar sistema de ventilação em toda a fábrica	Proponente
Consumo de energia elétrica	Esgotamentos dos recursos do fazendeiro	Utilização de máquinas com menor consumo de combustível ou outras fontes alternativas de energia	Proponente
Geração de resíduos	Contaminação do solo	Aproveitarmos resíduos resultantes do processo de fabricação como adubo orgânico; Armazenagem e destino correto dos resíduos (utilização como fonte de energia).	Proponente
Risco de incêndio	Danos ao patrimônio/ lesões ou danos fatais	Colocação de extintores de incêndios em zonas críticas, tais como nos locais de armazenamento	Proponente
Possibilidade de proliferação de insetos e roedores	Transmissão de doenças	Colocação de armadilhas;	Proponente
Ruídos	Poluição sonora	Instalação de um sistema de isolamento acústico;	Proponente



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental	Impactos	Medidas	Responsabilidades
		Utilização obrigatória de EPI pelos funcionários	
Geração de efluentes	Contaminação da água e do solo	Reaproveitar os efluentes resultantes do processo produtivo	Proponente

Os relatórios de visitas de constatação devem indicar o cumprimento das normas ambientais e especificações no subprojecto a ser supervisionado pelos TSP e a UIP, juntamente com as penalidades para que se evite o não cumprimento por parte dos proponentes, empreiteiros ou trabalhadores. A supervisão ambiental e social requer o cumprimento das especificações do deste PGAS por parte do proponente ou do seu supervisor ambiental designado. Os empreiteiros também são obrigados a cumprir com os regulamentos nacionais e municipais que regem o meio ambiente, saúde e segurança pública.



MINAGRIF/PDÁC



7. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Esta secção inclui os programas de gestão definidos para o presente subprojecto, nomeadamente:

- Esta secção inclui os planos de gestão definidos para o presente subprojecto, nomeadamente:
- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional;
- P de Gestão de Pragas;
- Plano de prevenção da COVID-19;
- Plano de Formação Ambiental e Social;
- Plano de prevenção de EAS/AS
- Plano de implementação do MSGR;
- Plano de Consultas públicas.

7.10. Plano de gestão de resíduos e efluentes

Os principais resíduos produzidos na fazenda são:

- Resíduos Orgânicos (restos de culturas, restos de comida);
- Resíduos Agroquímicos (fertilizantes);
- Resíduos de Construção e demolição;
- Plásticos (sacos plásticos, garrafas pets);
- Metais (latas de tintas e refrigerantes).

O proponente deve separar os resíduos perigosos dos não perigosos, acondicionando-os e armazenando-os em função da sua natureza.

Para fazer gestão de resíduos as empresas devem seguir a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e deposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Tabela 17: Resíduos gerados na fazenda CATEMO LS & SS, LDA

Actividade	Resíduos gerados	Estado	Forma de acondicionamento	Classificação
Produção Agrícola: Milho	Palha, folhas, troncos, poda, matéria orgânica;	Sólido	Containers	Não perigosos



MINAGRIF/PDAC



Actividade	Resíduos gerados	Estado	Forma de acondicionamento	Classificação
	Embalagens de fertilizantes, sacos plásticos ou de nylon;	Sólido	Containers	Não perigosos
	Embalagens de agrotóxicos (herbicidas);			Perigosos
	Equipamentos de Protecção Individual usados			Perigosos
Administrativo (Escritório e residências)	Resto de alimentos e frutas;	Sólido	Contentor de plástico	Não perigoso
	Papel A4			
	Plásticos e Embalagens			Não perigoso
Área de serviço (cozinha e banheiros)	Restos de alimentos e frutas;	Sólido	Contentor de plástico	Não Perigosos
	Plásticos/Embalagens			Não Inertes
	Papel higiênico, Papel toalha			Perigosos
Máquinas e veículos agrícolas	Fusível	Sólido	Containers	Perigosos
	pneus		Caçambas	
	óleos e lubrificantes.		Tambores ou bombonas	
Depósito (Armazém)	Fertilizantes, produtos químicos em uso	Sólido	Containers	Perigosos
	Ferramentas			Perigosos



MINAGRIF/PDAC



Actividade	Resíduos gerados	Estado	Forma de acondicionamento	Classificação
	Sobra de Material de construção: tintas, solventes		Caçambas	Perigosos
	Embalagens vazias - nylon, sacos plásticos e agrotóxicos		Containers	Perigosos
	Lâmpadas, pilhas e baterias		Bombonas	Perigosos
	Equipamentos de Protecção Individual (EPI's) usados		Containers	Perigosos
	Resíduos de Construção		Caçambas	Perigosos
Ração, aves mortas	Resíduos Orgânicos	Sólido	Compostagem	Perigosos
Acumulo de água na cama tornando-a empastada.	resíduos de cascão	Pastoso	Reciclagem	Inerte
lavagem de Pavilhões	Água contaminada com Esterços de animais, geração de odores	Efluente Líquido	Deposição no solo após estabilização	Não perigoso

7.10.1. Implementação do PGR (Ações, responsabilidades)

- **Redução na fonte geradora (na fazenda)**

A redução consiste em diminuir os insumos utilizados na fazenda e tem como objectivo eliminar a maior quantidade possível de resíduos ainda na fonte de geração. Para tal, o proponente deverá:

Realizar campanhas de sensibilização aos trabalhadores sobre redução do consumo de embalagens, bem como do reaproveitamento dos resíduos gerados. Esta sensibilização deverá ser feita pelo proponente com o apoio do especialista ambiental e social do TSP;

Uso de cartazes

Usar recipientes grandes e / ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de recipientes de resíduos;



MINAGRIF/PDAC



Reutilizar os resíduos orgânicos no processo produtivo, incorporando os restos vegetais no solo.

- **Acondicionamento**

Esta etapa tem início logo após a geração dos resíduos sólidos e tem como propósito prepará-los de forma correcta para a recolha e transporte interno. O acondicionamento reduz o risco à exposição aos resíduos, facilita a recolha e transporte interno, minimiza o impacto visual, minimiza o odor que possa ser gerado e evita a proliferação de vectores de doenças.

Os acondicionamentos dos resíduos deverão ser acondicionados em baias, que permitem a separação dos mesmos dentro da fazenda. As baias são uma espécie de cômodos que acomodam os resíduos, identificando-os por suas tipologias (. O fazendeiro deve organizar na sua propriedade rural baias para depósito temporário de resíduos, antes de destinar para reciclagem ou destinação final. Os recipientes utilizados para facilitar a gestão dos resíduos nestes locais de acomodação são tambores, baldes, pequenos contentores.

As baias de acondicionamento devem ter acesso facilitado, para que a colecta e transporte de resíduos sejam realizados.

Outras práticas são a sinalização dos seus tipos de resíduos, distribuição dos locais de acomodação pela exploração, manutenção e troca dos sacos e outros recipientes.

- **Recolha e transporte interno**

É a operação de recolha dos resíduos lá onde são gerados e acondicionados, seguida do transporte até um local de armazenamento temporário. Recomenda que sejam observados alguns aspectos como: frequência da recolha, período e distância de transporte da área de armazenamento e quantidade de resíduos a recolher por dia. Por envolver processos manuais destaca-se a importância do uso de EPI's (Equipamento de protecção individual), o treinamento e capacitação dos colaboradores que irão realizar a actividade e as boas condições das ferramentas e equipamentos de transporte.

- **Armazenamento interno (no interior da fazenda)**

Consiste em armazenar os resíduos transportados internamente para locais próprios e adequados, de fácil acesso e em pontos estratégicos para conservar os resíduos até o momento da colecta e transporte externo para a destinação final, sem que se altere suas classificações e de forma que sejam minimizados os riscos de danos ambientais. Nesta etapa de armazenamento temporária podem ser exploradas inúmeras acções, trazendo benefícios tanto financeiro quanto de impacto ambiental, reduzindo volume de resíduo gerado para o aterro sanitário. Como a exemplo de implementação de controle nos resíduos de construção civil, implementação de contentores para acomodar resíduos de vidro.

- **Tratamento e deposição final**



MINAGRIF/PDAC



Existem tratamentos de resíduos sólidos que servem para reduzir o volume, diminuir o potencial poluidor e transformar os resíduos em novos produtos. O ideal é que sejam dispostos nos aterros sanitários somente os rejeitados, ou seja, resíduos em que todas as possibilidades de tratamento já foram esgotadas.

7.10.2. Descartes de resíduos na fazenda

- **Descarte de Pneus**

Deve-se definir um local adequado para o seu armazenamento e assim poder mandar para a reciclagem ou direccioná-lo para pontos de recolhimento. O local deverá ser coberto e bem identificado.

- **Descarte de óleo lubrificante queimado**

Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá, obrigatoriamente, ser recolhido e terá um destino adequado, de forma a não afectar negativamente o meio ambiente. Todo produto que esteja contaminado com óleo queimado deve ter uma destinação correcta.

Outras acções que o proponente deve levar a cabo na gestão de resíduos são:

- Recolher todas as embalagens de pesticidas e herbicidas do campo após o seu uso, e armazenar devidamente até o descarte final;
- Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos;
- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem;
- Gerir os resíduos sólidos de acordo com as Diretrizes Gerais de SSMA do IFC ou legislação local aplicável.
- Sempre que possível usar recipientes a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos resultantes de recipientes ou embalagens.
- Gerir pesticidas expirados e indesejados como resíduos perigosos seguindo as Diretrizes Gerais de SSMA da FAO para a gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e obsoletos.

7.10.3. Procedimentos para a gestão de resíduos e efluentes

As actividades agrícolas e domésticas geram resíduos que pela sua natureza devem ser tratados e encaminhados ao destino final, uma vez que, a gestão inadequada destes resíduos pode causar danos ao meio ambiente e as comunidades, bem como afectar a qualidade ambiental da região onde o projecto será implementado.

Assim, a implementação de um Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes garantirá que estes resíduos não serão descartados de forma inadequada.

7.10.3.1. Segregação Dos Resíduos



MINAGRIF/PDAC



A segregação é a etapa da gestão dos resíduos mais importante, porque garante a organização e a segurança durante o manuseio e o armazenamento dos resíduos, bem como e seu destino de forma correcta e otimizada.

A segregar consiste em separar os resíduos essencialmente de acordo com a sua característica e classe. A separação para este caso tem que ser feita entre os seguintes resíduos:

- Perigosos e não - perigosos;
- Sólidos (como papéis, plásticos ou panos sujos),
- Líquidos (como solventes sujos, óleos queimados ou soluções de fonte usadas)

Recomenda-se que a separação do resíduo seja feita no local onde é gerado. Cada sector deverá segregar os seus resíduos para facilitar os colaboradores da limpeza evitando assim a contaminação ou mistura dos mesmos.

O acondicionamento deverá ser feito em recipientes devidamente identificados de acordo com a sua natureza. Para tal, poderão ser feitas pilhas próximas aos locais de origem para posterior ser transportadas para seu acondicionamento. Recomenda-se que essa segregação seja feita ao término de um serviço específico, preferencialmente por quem realizou o serviço, com o intuito de assegurar a qualidade do resíduo (sem contaminações) potencializando a sua reutilização ou reciclagem. Para facilitar o processo de segregação de resíduos pode-se utilizar o código de cores.



Figura 9: Segregação de resíduos

A segregação adequada evita mistura de resíduos incompatíveis e reacções químicas indesejadas, aumentando a possibilidade de reutilização, reciclagem e segurança no manuseio dos resíduos. Esta prática contribuirá para evitar que os resíduos e alguns materiais se espalhem, gerando contaminação promovendo a desorganização, odores desagradáveis e poluição visual.



MINAGRIF/PDAC



A fazenda deverá fazer a segregação dos resíduos conforme a tabela abaixo:

Tabela 18: Segregação de Resíduos

Resíduos	Locais de geração	Manuseio
Papel ou cartão; Plástico; Vidro; Metal; Entulho.	Local da Obra	Separação por tipo em Containers
Águas contaminadas com óleos lubrificantes, combustível e aditivos.	Estacionamento de Veículos	Separação primária por sistema de separação óleo/água Óleo encaminhar para reciclagem
Resíduos orgânicos e Restos de alimentos.	Refeitório e dormitórios.	Armazenar em local adequado Encaminhar para empresa licenciada para recolha de resíduos
Resíduos de construção	Obras de Construção	Armazenar em caçambas
carcaças de animais mortos	Aviários	compostagem



MINAGRIF/PDAC



7.10.3.2. Identificação e Acondicionamento

O acondicionamento inicia após a geração dos resíduos que consiste na preparação dos resíduos sólidos para a recolha, de forma adequada com o tipo e a quantidade de resíduos. A importância do acondicionamento adequado está em:

- Evitar acidentes;
- Evitar a proliferação de vectores;
- Minimizar o impacto visual e olfactivo;
- Reduzir a heterogeneidade dos resíduos;
- Facilitar o processo de recolha.

A escolha do recipiente dependerá das características dos resíduos, das quantidades geradas, periodicidade e tipo de transporte, necessidade ou não de tratamento e da forma de deposição a ser adoptada. Desta forma em função dos resíduos gerados, os recipientes devem observar os seguintes critérios mínimos:

- Ser construído com material compatível com os resíduos;
- Serem herméticos, para evitar derramamento ou exposição dos resíduos;
- Apresentar resistência física a pequenos choques que possam ocorrer durante o manuseio;
- Ser durável;
- Ser compatível com o equipamento de transporte, em termos de forma, volume e peso;
- Serem económicos, de maneira que possam ser adquiridos com facilidade;
- Não produzir ruídos excessivos ao serem manuseados.

Existe uma gama variada de recipientes para o acondicionamento de resíduos sólidos. Normalmente são utilizados sacos plásticos, latas ou baldes, caixas e contentores.

Para este caso poderão ser usados dois tipos de recipientes: os de pequena capacidade, instalados próximo aos pontos de geração e os de grande capacidade, instalados na área de armazenamento de resíduos da obra e deverão ter as seguintes características:

- Tambor de plástico de 200 litros para resíduos sólidos sem características corrosivas;
- Big Bags plásticos, que são sacos de polipropileno trançado, de grande capacidade de armazenamento, quase sempre superior a 1 m³;
- Contentores de plástico, padronizado nos volumes de 1.100 ou 1.600 litros, para resíduos que permitem o retorno da embalagem;
- As Directrizes EHS referem que devem ser "*utilizadas opções fiáveis disponíveis comercialmente, aprovadas por autoridades locais que eliminam as carcaças por transformação ou incineração, dependendo da causa da fatalidade. A incineração só deve ser conduzida em instalações permitidas que operam segundo normas reconhecidas internacionalmente para prevenção e controlo da poluição.*" Recomenda-se que as aves mortas sejam acondicionadas em sacos



MINAGRIF/PDAC



adequados para o efeito e armazenados em arcas frigoríficas e entregues a uma empresa de gestão de resíduos certificada para o efeito. Ainda as mesmas directrizes "Onde não existe recolha autorizada de carcaças, o enterro no local pode ser uma das únicas alternativas viáveis, se permitido pelas autoridades. Seja no local ou fora do local, a área de enterramento deve ser acessível a máquinas de terraplanagem e ser concebidos e localizados de forma a evitar a contaminação por vapores ou lixiviados de carcaças enterradas e em decomposição; - Deve ser evitada a queima a céu aberto".

•



Figura 10: Recipiente de pequeno/médio porte para acondicionamento dos resíduos.



Figura 11: Recipientes de grande porte para o acondicionamento de resíduos

Os recipientes usados para acondicionamento dos resíduos deverão estar devidamente identificados por cores ou símbolos, para uma gestão eficaz dos mesmos. Para tal, deve-se adoptar os seguintes adesivos com símbolos informativos com referência dos resíduos a serem depositados por contentor.



MINAGRIF/PDAC



Figura 12: Adesivo para a identificação de Resíduos

7.10.3.3. Armazenamento de resíduos

O armazenamento de resíduos é entendido como a permanência temporária de resíduos em área autorizada e identificada a espera de reciclagem, recuperação, tratamento final. Os locais destinados para armazenamento dos resíduos devem ser instalados a uma distância mínima de duzentos metros dos cursos de água.

Na escolha da área onde o resíduo vai ser depositado temporariamente, devem ser observados os seguintes itens:

- O local deve ser projectado para que o risco de contaminação ambiental seja mínimo;
- Deve ser de fácil acesso para os equipamentos de transporte;
- Deve ter acesso limitado e sinalização;
- Os resíduos devem estar devidamente identificados e dispostos em áreas separadas;
- ;
- Os resíduos de diferentes classificações não devem ser armazenados próximos;
- O local deve ser coberto, dependendo do tipo de resíduo armazenado;
- O local deve ser ligeiramente afastado de áreas administrativas;
- Deverá ser controlada a direcção predominante dos ventos para evitar problemas de odor;
- A instalação deverá possuir equipamentos de segurança e protecção individual compatíveis com os resíduos e com as possíveis emergências.

Ainda sobre a selecção do local de armazenamento, devem ser considerados os seguintes factores:

- Uso do solo;
- Topografia;
- Geologia;
- Recursos hídricos;
- Acesso;
- Área disponível;
- Meteorologia.



MINAGRIF/PDAC



Mesmo se adoptando técnicas adequadas, os locais de armazenamento de resíduos estão sujeitos a diversos tipos de acidentes. Os acidentes mais frequentes são os incêndios, derrames e fugas. Em virtude da possibilidade destes acidentes com resíduos, a empresa deve desenvolver um Plano de Emergência, definido como um conjunto de instruções e acções pré-estabelecidas a serem imediatamente adoptadas em caso de acidentes. A correcta identificação de cada container ou recipiente de resíduos é fundamental para uma gestão adequada.

7.10.3.4. Recolha e transporte de resíduos De acordo com o art.º 20 e 21 do Decreto Presidencial n.º 190/12, qualquer resíduo gerado no decurso ou em consequência das actividades realizadas, tem de ser recolhido, manuseado e transferido de forma segura e de acordo com os requisitos legais e orientações praticáveis.

Os resíduos da obra devem ser transportados por um transporte externo, onde resíduos serão recolhidos e transferidos:

- Apenas por pessoas ou entidades devidamente autorizadas pelo órgão responsável (MINAMB);
- De uma forma que garanta que os materiais são adequadamente acondicionados para o transporte e que todos os contentores de resíduos são adequadamente rotulados para fins de armazenamento e transporte;
- O resíduo durante o transporte deve estar protegido de intempéries, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar que se espalhe na via pública;
- Utilizando um sistema de notas ou fichas para transporte e deposição de resíduos assinadas para documentar os detalhes de cada carregamento de resíduos. Cada nota fornecerá uma descrição do carregamento de resíduos, que permitirá ao seu receptor eliminá-lo ou tratá-lo em segurança;
- Manter registos de todos os resíduos transferidos.

Para uma recolha eficiente, cada contentor de resíduos que saia de um local do projecto deverá:

- Estar rotulado de forma clara com a descrição do resíduo que contém. Quaisquer rótulos ou marcas antigas deverão ser completamente removidos ou totalmente tapados para evitar confusão quanto ao seu conteúdo;
- Estar em boas condições e sem fugas (adequadamente selado com uma tampa);
- Ser o mais indicado para os resíduos que contém;
- Não emitir quaisquer gases nocivos ou gerar calor.

Os resíduos devem ser colocados de forma correcta nos veículos que fazem o transporte para a unidade de armazenamento, tratamento e destino final de forma a manter a carga íntegra e evitar derrame durante o trajecto.



MINAGRIF/PDAC



De forma a confirmar o transporte e a transferência adequada de cada carregamento a partir do local de origem até ao destino final em instalações autorizadas, deverá ser adoptado um sistema de notas de consignação para o transporte e deposição de resíduos. Cada vez que os resíduos passam de um agente autorizado para outro, o receptor terá de assinar o formulário para acusar a recepção dos mesmos em segurança, ficando uma cópia com a pessoa que entrega os resíduos. No ponto de tratamento ou eliminação final o formulário será assinado por uma pessoa autorizada nas instalações licenciadas e uma cópia do formulário será devolvida ao local de origem como prova da recepção em segurança da consignação no local de destino.

Somente as entidades contratadas para o tratamento de resíduos que consigam apresentar a autorização necessária do Ministério do Ambiente (MINAMB) para o transporte do tipo particular de resíduos deverão ser consideradas para o transporte dos mesmos.

Na tabela seguinte são apresentadas acções mais específicas para a fazenda sobre como será feita a recolha e o transporte dos resíduos, bem como as responsabilidades do proponente nesta actividade

Tabela 19: Tipo de resíduos, origem, acções e responsabilidades do proponente:

Tipo de resíduos	Origem	Acções	Responsabilidade
Resíduos de construção de infraestruturas (materiais de construção, pedras, madeira, etc.)	Área de construção do armazém e casa dos trabalhadores	Os Resíduos de construção e demolição devem ser armazenados em local apropriado e separados de outros resíduos. Devem ser reciclados para a cobertura de estradas e caminhos dentro da fazenda	Proponente
Resíduos de culturas (palhas, folhas, raízes)	Campos de produção agrícola	Os Resíduos de culturas devem ser reciclados no solo para reposição de nutrientes, fazendo compostagem	Proponente
Filtros de óleo, óleo lubrificante usado ou contaminado, pneus	Parque de máquinas e oficinas	<p>✓ Tratamento</p> <ul style="list-style-type: none"> Os resíduos de filtros de óleo devem ser colocados em um local para escorrer o máximo de óleo automotor possível. Separar o óleo usado ou contaminado num recipiente com tampa e devidamente vedado. <p>✓ Destino final</p> <p>Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos na região onde se desenvolve o projecto. O proponente deve encontrar empresas que podem absorver estes materiais, tais como oficinas, recauchutagens, etc.</p>	Proponente
Vidro, plásticos, papel e cartão	Área administrativa da fazenda e	As embalagens de vidro e plástico usadas devem ser reutilizadas para	Proponente



MINAGRIF/PDAC



Tipo de resíduos	Origem	Acções	Responsabilidade
	residência dos trabalhadores	outros fins, desde que não estejam contaminadas por substâncias perigosas. Os resíduos de papel e cartão devem ser separados e encaminhados ao aterro sanitário pela empresa de recolha de resíduos local. Deve haver redução na fonte destes resíduos, mediante acções de sensibilização dos trabalhadores	
Gorduras de cozinha	Culinária e trabalhos domésticos	Os óleos de cozinha devem ser separados recipientes com tampa e bem vedados e entregues à produtores de sabão caseiro.	Proponente
Embalagens de pesticidas e fertilizantes,	Armazém de fertilizantes e agrotóxicos	<ul style="list-style-type: none">✓ Armazenamento• Todos pesticidas devem ser armazenados em suas embalagens originais e devidamente rotuladas; as instruções de armazenamento devem ser rigorosamente seguidas (Assessoria a proponente).• Kits de emergência para o controlo de derrames.✓ Manuseio• Assessoria aos trabalhadores para o manuseio adequado de pesticidas seguindo as orientações do produto.• Uso obrigatório de EPI durante a aplicação, manuseio e armazenamento de pesticidas.• As actividades de mistura de pesticidas só poderão ser realizadas em zonas previamente designadas.✓ Aplicação• Os pesticidas serão aplicados de forma mecanizada• Antes de qualquer aplicação, verificar o estado do equipamento e se está devidamente calibrado.• Verificar sempre as condições meteorológicas antes da aplicação, deve-se evitar aplicações em tempo húmido e ventos fortes.✓ Deposição• Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxague e pesticidas desatualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo	Proponente e BRLSIRIUS



MINAGRIF/PDAC



Tipo de resíduos	Origem	Acções	Responsabilidade
		<p>perigoso, de acordo com Diretrizes da IFC.</p> <ul style="list-style-type: none"> Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com as recomendações da IFC. 	

7.10.3.5. Regras de Transporte de Resíduos

O manuseamento dos resíduos e dos contentores requerem que os seus operadores sejam bem orientados e adotem cuidados mais exigentes quanto ao grau de perigosidade dos resíduos. Em grande parte dos casos de contacto directo com o resíduo justifica-se a utilização de luvas e mascaras.

Embalagens com resíduos líquidos e pastosos devem ser manuseadas, transportadas e armazenadas com a tampa virada para cima. Deve-se ter atenção a todos os equipamentos depositados como resíduos em contentores, que sejam susceptíveis de conter líquidos, uma vez que estes devem ser previamente drenados para bidões específicos.

7.10.3.6. Tratamento e Destino Final dos Resíduos

Os resíduos que não se reutilizam nem se reciclam têm de ser eliminados de forma adequada para minimizar qualquer impacto potencial sobre a saúde humana e sobre o ambiente.

É de responsabilidade do gerador o destino dos resíduos produzidos na sua fazenda, isto é, o gerador tem a obrigação de contratar uma empresa certificada pela Agência Nacional dos Resíduos que se encontra sob tutela do Ministério do Ambiente.

Consoante a tipologia identificada de resíduos, o melhor destino para o empreendimento seria a reutilização, a reciclagem bem como aterro sanitário.

Tabela 20: Metodologia de destino final para resíduos

Código/cor	Categoria do resíduo	Tipo de resíduos	Tratamento
RSNP	Resíduos Sólidos Não Perigosos	Papel, cartão	Deposição em aterro de resíduos não perigosos
RMNP	Resíduos Metálicos Não Perigosos	Pedaços de tubos e outros resíduos metálicos	Reciclagem
RNP	Resíduos Não Perigosos – Plástico	Garrafa de água de plástico, e outros plásticos	Reciclagem e/ou Deposição em aterro de resíduos não perigosos



MINAGRIF/PDAC



7.10.3.7. Descarte de Fertilizantes e pesticidas é feito da seguinte maneira

O descarte é feito em cinco passos abaixo garantem que o descarte das embalagens de agrotóxicos seja feito da forma correta:

- **Lave bem as embalagens**

É necessário, primeiro, esvaziar completamente as embalagens no tanque do pulverizador. Depois, deve-se adicionar água limpa em até um quarto do volume do frasco, tampe e agite por 30 segundos. Esta água também deve ser jogada no tanque do pulverizador. Repita a operação três vezes. Ela é chamada de tríplice lavagem.

- **Corte e faça furos para torná-las inutilizáveis**

Após passarem pelo processo da tríplice lavagem, todas as embalagens devem ser inutilizadas (danificadas para que não sejam usadas como recipiente novamente). Para isso, corte o fundo da embalagem ou faça furos no fundo, atentando para ter a certeza de que ela não terá mais utilidade.

- **Leve a embalagem a um lugar apropriado**

Armazene os frascos lavados e inutilizados em um local adequado e verifique com o revendedor do produto se ele pode recolher as embalagens, ou se você deve levá-las até um local indicado, geralmente um posto de recebimento ou na própria loja, respeitando a exigência de até um ano.

- **Venda de recipientes**

Todos os recipientes poderão ser revendidos para as indústrias recicladoras.

7.10.3.8. Procedimento para Gestão de Efluentes

A grande diversidade das actividades da Fazenda ocasiona durante o processo produtivo, a geração de efluentes, os quais podem contaminar o solo e a água, sendo preciso observar que nem todas as fazendas geram efluentes com poder impactante nesses dois ambientes.

- As águas residuais não devem ser escoadas para os cursos de água locais;
- Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem nem no solo.

7.10.4. Cronograma de Acções e Responsabilidades na Gestão de Resíduos

Tabela 21: Cronograma de Acção e Responsabilidades na Gestão de Resíduos

Acções	Descrição das acções	Responsabilidades	Cronograma
--------	----------------------	-------------------	------------



MINAGRIF/PDAC



Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local	Compostagem (e espalhamento).	Proponente	Fim do ciclo de cada cultura
Prevenção e controle de potenciais impactos resíduos não agrícolas ou resíduos perigosos dos sistemas de produção (por exemplo, recipientes de pesticidas, resíduos, pesticidas e embalagens	<p>Recolher do campo após o uso, todas as embalagens de pesticidas e herbicidas e armazenar devidamente até a deposição final.</p> <p>Não queimar embalagens, plásticos ou outros resíduos sólidos;</p> <p>Fazer a gestão dos resíduos sólidos de acordo com as Directrizes EHS;</p> <p>Utilizar grandes recipientes e/ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos recipientes</p> <p>Examinar formulações e embalagens alternativas de produtos (por exemplo, material biodegradável).</p> <p>Gerir os pesticidas vencidos e indesejados como resíduos perigosos de acordo com Directrizes EHS e da FAO a Gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e Obsoletos.</p>	Proponente com apoio do TSP BRLi-Sirius	Início da instalação das culturas
Capacitação/treinamento do pessoal	Realizar capacitação e treinamentos para os trabalhadores de modo a dar resposta ao uso correcto dos resíduos gerados dentro da fazenda	Proponente com o apoio do TSP BRLi-Sirius	Final das instalações das culturas

7.11. Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional



MINAGRIF/PDAC



Os agricultores desenvolvem diariamente diversos trabalhos de preparação das operações culturais, manuseamento de produtos fitofarmacêuticos, de armazenamento e de manutenção de equipamento. Simultaneamente, desenvolvem também operações culturais (sementeiras, sachas manuais, mecânicas e químicas, amontoas, colheitas, rega), que se concretizam com condução de veículos e máquinas agrícolas, gestão de animais, movimentação manual de cargas, manuseamento de substâncias perigosas e produtos tóxicos, permanente exposição às condições climáticas por se realizar ao ar livre e força muscular considerável.

Como resultado do trabalho desenvolvido nesta actividade, existem riscos de atropelamento, de esmagamento, de quedas, de lesões dorso-lombares, de intoxicações, ferimentos e outros perigos tais riscos de incêndios.

- Deve manter-se um registo de acidentes ocupacionais na fazenda e uma análise da causa raiz desses acidentes para identificar acções corretivas destinadas a evitar a recorrência.

7.11.1. Principais causas de acidente no campo

- Falta de treinamento para lidar com máquinas agrícolas e agrotóxicos;
- Inexistência, em muitos casos, de equipamentos adequados de protecção individual e coletiva;
- Gestão e contenção de animais;
- Exposição ao sol; etc.

É comum verificarmos em áreas cultivadas, trabalhadores rurais aplicando produtos de várias classes toxicológicas sem camisas, de shorts, descalços ou com simples sandálias de dedo.

O presente PHSST prevê as seguintes acções:

- Identificação/Mapeamento dos riscos;
- Levantamento e aquisição dos Equipamentos de Protecção Individual (EPI) necessários;
- Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores;
- Padronização das actividades previstas no processo produtivo;
- Criar um sistema de Registo e Documentação dos acidentes ocorridos na fazenda;
- Definição de equipas de trabalho.

7.11.2. Identificação e Mapeamento dos riscos

É importante que o fazendeiro faça um mapeamento dos riscos da decorrentes da actividade da sua fazenda, para que todos eles sejam contemplados no plano de higiene, saúde e segurança ocupacional.



MINAGRIF/PDAC



No caso desta fazenda agrícola são identificados os riscos físicos, risco de incêndio e os riscos biológicos e riscos químicos.

Os riscos físicos compreendem os operacionais e no local de trabalho e as máquinas e veículos. Os primeiros (operacionais e no local de trabalho) compreendem os seguintes:

- Entorses, luxações e fracturas;
- Dor lombar ou quadril e dor no joelho, gastrointestinal;
- Excesso de exposição ao ruído, vibração e condições climáticas extremas ou adversas pode causar problemas nas mãos ou braços, ou perda de audição.

Para que estes riscos sejam minimizados ou amenizados o fazendeiro deve implementar as seguintes acções:

De acordo com das orientações gerais EHS

Os trabalhos com máquinas, tractores e veículos expõe os operadores a vários riscos, dos quais se destacam:

- Reviramento/capotamento;
- Quedas de pessoas;
- Esmagamento;
- Cortes;
- Ruído e vibrações;
- Colisão com outras máquinas;
- Problemas respiratórios devido a trabalhos em ambientes com muito pó.

Acções que devem ser implementadas:

- Seleccionar o equipamento em boas condições de trabalho;
- Identificação clara de equipamento em condições inapropriadas de utilização;
- Elaborar listas diárias de verificação e inspecção dos equipamentos antes de usar;
- Exigir formação profissional ou capacitar os operadores;
- Adquirir e exigir o uso obrigatório de estruturas de protecção de segurança (arco, quadro ou cabinas);
- Verificar se a máquina/tractor dispõe de extintor;
- Fazer manutenção regular, apenas com a máquina totalmente desligada e imobilizada;
- Utilizar vestuário e calçado adequado;
- Avaliar correctamente as condições do terreno;
- Evitar a proximidade de valas ou bermas de declives;
- Não fazer manobras bruscas;
- Não transportar pessoas em máquinas não adequadas para essa finalidade;
- Não beber bebidas alcoólicas;



MINAGRIF/PDAC



- Cuidado no engate e desengate de alfaias;
- Não estar na proximidade de órgãos animados de movimento;
- Se a máquina produz muito ruído, usar auriculares/protectores de ouvidos; Impedir a circulação de terceiros na zona de trabalho.

7.11.3. Levantamento e aquisição dos equipamentos de proteção individual (EPI) necessários;

Ao fazer o mapeamento das actividades dos processos, o empresário agrícola deve fazer o levantamento dos equipamentos de proteção individual (EPI's) que devem ser utilizados em cada situação. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, de forma gratuita, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Responsabilidade do empregador:

- adquirir o EPI adequado ao risco da actividade;
- exigir o seu uso;
- orientar e treinar o trabalhador quanto a seu uso, guarda e conservação;
- substituir imediatamente quando extraviado ou danificado;
- responsabilizar-se por sua manutenção e higienização
- Responsabilidade do trabalhador:
- usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- responsabilizar-se por sua guarda e conservação;
- comunicar qualquer alteração que o torne impróprio para uso;
- cumprir as determinações do empregador sobre seu uso adequado.

Os tipos de EPI a serem adquiridos e utilizados:

Protecção da cabeça (para operadores de máquinas e equipamentos)

- Capacete: Protecção do crânio contra impactos, choques eléctricos e no combate a incêndios.
- Capuz: Protecção do crânio contra riscos de origem térmica, respingos de produtos químicos e contacto com partes móveis de máquinas.

Protecção dos olhos e face

- Óculos: Protecção contra partículas, luz intensa, radiação, respingos de produtos químicos;
- Protector facial: Protecção do rosto

Protecção dos membros superiores



MINAGRIF/PDAC



- Luvas de protecção, Mangas e Dedeiras: Protecção de mãos, dedos e braços de riscos mecânicos, térmicos e químicos.

Protecção dos membros inferiores

- Calçados de segurança- Botas e botinas
- Protecção de pés, dedos dos pés e pernas contra riscos de origem térmica, humidade, produtos químicos, quedas

Protecção respiratória

- Protecção do sistema respiratório contra gases, vapores, névoas, poeiras.
- Máscaras de protecção respiratória

7.11.4. Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores

Os treinamentos são importantes para que os trabalhadores saibam como agir em cada situação. Com o apoio dos especialistas ambientais e sociais do TSP, o promotor Deve realizar cursos, palestras e workshops de forma periódica, para qualificar os trabalhadores e colaboradores sobre higiene, saúde e segurança no trabalho.

Deverão ser debatidos nestas formações temas como a prevenção de acidentes e doenças, a importância do uso de EPIs e protecção colectiva, a qualidade de vida na fazenda, cuidados na utilização de agrotóxicos.

7.11.5. Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO

Tabela 22:: Cronograma de Acções e Responsabilidades de HSSO

Acções	Responsabilidades	Período de execução
Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas;	Proponente com apoio do TSP BRLI-SIRIUS	No início do ciclo cultural e sempre que a situação o exigir
Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores são salvaguardadas;	Proponente	No início de cada campanha agrícola
Colaborar na implementação do Plano de EAS/AS e o Plano de Acção para a implementação do MSGR e implementar o Plano de CP.	Proponente	Sempre que estes ocorrerem
Registar periodicamente do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana	Proponente	Sempre que estes ocorrerem



MINAGRIF/PDAC



Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências;	Proponente e entidades locais da saúde	Semestralmente
--	--	----------------

Condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores

Os serviços de acomodação devem ser fornecidos aos trabalhadores que se enquadram no escopo de Padrão de Desempenho, o proponente adotará e implantará políticas sobre qualidade e gestão das acomodações e sobre o fornecimento de serviços básicos. Os serviços de acomodação serão fornecidos de forma condizente com os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades. Os acordos de acomodação de trabalhadores não devem restringir a liberdade de trânsito ou de associação dos trabalhadores.

NO10.2. As informações fornecidas aos trabalhadores no início do emprego são normalmente abrangidas por disposições relevantes da legislação nacional. Documentos e contratos incluem informações sobre a provisão de alojamento e acomodação e o pagamento requerido.

7.3 Plano de atendimento às emergências para fazenda

A emergência é uma grande ameaça ao bem-estar do meio ambiente ou à saúde pública devido à libertação de alguma substância nociva ou perigosa ou, ainda, devido a um desastre natural ou acidente de trabalho. A preservação da integridade do meio ambiente e dos trabalhadores é possível por meio da antecipação, conhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de acidentes, existentes ou que venham existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a protecção do meio ambiente e dos recursos naturais.

O Plano de Atendimento à Emergências tem como objectivo identificar cenários emergenciais e definir acções que devem ser seguidas no caso do desencadeamento de processos emergenciais na fazenda. Ajuda a preservar vidas e a reduzir possíveis danos diante das situações emergenciais.

O Plano de Atendimento à Emergência estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais que, por ventura, aconteçam no decorrer das actividades da fazenda, de modo a preservar vidas, bem como reduzir os possíveis danos, proteger a comunidade, minimizar impactos ambientais e perdas patrimoniais.

7.3.1. Objectivos

Objectivo Geral

Definir procedimentos para o atendimento de emergências, que por ventura possam ocorrer durante a execução das actividades da unidade de produção agrícola.



MINAGRIF/PDAC



Objectivos específicos

- Estabelecer procedimentos formais a serem adoptados em situações emergenciais e que estes sejam seguidos pelos trabalhadores da fazenda;
- Conscientizar os trabalhadores da fazenda para que tenham conhecimento dos danos ambientais e acidentes de trabalho que as suas tarefas possam desencadear;
- Prevenir danos materiais e, principalmente, danos ambientais.

7.3.2. Directrizes gerais

A seguir são apresentados alguns conceitos importantes para o melhor entendimento do Plano de Apoio à Emergências:

- **Acidente Ambiental ou de trabalho**

Há uma série de acidentes que podem gerar danos ambientais, alguns deles são:

- Incêndios.
- Explosões.
- Derrames de produtos químicos e resíduos perigosos.
- Fenômenos naturais: raios fulminantes, chuvas acompanhadas de ventos fortes e granizo.
- Acidentes com máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, intoxicações, entre outros.

- **Emergência Ambiental**

Entre as várias consequências de um acidente ou emergência ambiental pode-se citar:

- Poluição do ar;
- Contaminação do solo e dos recursos hídricos;
- Danos à fauna e flora;
- Destruição de ecossistemas;
- Danos à saúde humana;



MINAGRIF/PDAC



- Prejuízos económicos.

7.3.3. Consciencialização ambiental

É necessário que sejam disseminadas gradualmente na fazenda acções que visem à sustentabilidade ambiental na execução das diversas actividades agrícolas.

- **Quanto à geração de resíduos**

Devem ser incentivadas a adopção de boas práticas de gerenciamento de resíduos conforme descrito a seguir:

(i) Uso de coletores específicos para coleta seletiva, de modo a não misturar os resíduos facilitando assim a reciclagem futura;

(ii) Palestras sobre educação ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos;

(iii) Reutilização de materiais, como por exemplo, folhas de papel; Manutenção adequada dos locais internos armazenamento de resíduos na fazenda.

- **Quanto à poluição atmosférica**

Deve haver uma actuação com os trabalhadores para que ocorra a disseminação do conhecimento de como a poluição atmosférica pode afectar o bem-estar e a saúde dos trabalhadores. Esta poluição causa ainda mais impactos no campo ambiental, tendo acção directa no aquecimento global, sendo responsável por degradação de ecossistemas e potencializadora de chuvas ácidas.

7.3.4. Procedimentos de Emergência

Tendo em consideração a Identificação e Avaliação dos Aspectos e Impactes Ambientais do subprojecto, são definidos os modos de gestão associados aos aspectos ambientais das situações de emergência (ex. derrames acidentais de hidrocarbonetos, focos de incêndio, etc.), e sua consideração, quando aplicável, no Plano de Emergência Interno.

Os procedimentos de emergência ambientais são semelhantes aos definidos no PSS, uma vez que os acidentes que conduzem a danos ambientais significativos são na maioria dos casos coincidentes, pelo que devem ser aplicados os procedimentos do PSS. As situações identificadas sem detrimentos de outras que se venham a identificar, durante a execução do Projecto, são:

- Incêndios;
- Vazamentos acidentais e derrames de substâncias tóxicas;



MINAGRIF/PDÁC



- Acidentes com veículos e equipamentos;
- Desabamentos / deslizamentos de terras.

Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Estes contactos devem ser inscritos em Português e Quimbundo. Após a ocorrência de qualquer acidente deverá ser elaborado um relatório específico, no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos procedimentos de segurança já estabelecidos para evitar a ocorrência de situações semelhantes. O tratamento e remediação de áreas afectadas por situações de emergência deverão ser realizadas e suportadas pela proponente.

7.3.4.1. Meios de Prevenção e Intervenção em Caso de Emergência ⁷

- **Incêndio**

Todas as viaturas devem ser munidas de extintores. Os extintores de pó químico ABC e CO₂, que se encontram devidamente identificados e distribuídos.

- **Primeiros Socorros**

Em todas as viaturas, deve haver caixas de Primeiros Socorros, contendo utensílios devidamente identificados nos escritórios da fazenda. Todos os produtos da mala de primeiros socorros estão dentro do seu prazo de validade ficando esta verificação periódica sob a responsabilidade proponente.

- **Meios Humanos**

Dada a natureza dos trabalhos, em cada equipa de trabalho fará parte integrante um trabalhador com formações capazes de actuar sobre eventuais ocorrências de emergência, até se verificar a chegada dos meios externos de intervenção, e de coordenar, caso necessário, a evacuação das pessoas.

⁷ Plano de Gestão Ambiental e Social-Kuito-V5.docx



MINAGRIF/PD&C



7.3.4.2. Processo de Comunicação de Emergência

Os meios de comunicação existentes são telemóveis (proponente, gerente) e rádios móveis (chefes de equipa). Quando o sinistro for detetado por um trabalhador, este deve dar o alerta verbal ao gerente ou chefe da equipa.

NOTA: no caso de não ser possível seguir o normal desencadeamento das acções de emergência, dever-se-á comunicar directamente aos meios exteriores.

Telefones de Emergência

Os telefones de emergência deverão ser afixados na placa informativa ao longo da fazenda, assim como em cada veículo que estiver na frente da lavoura deverá ter uma cópia. Salienta-se ainda que cada veículo mencionado deverá possuir uma caixa de primeiros socorros e um extintor ABC.

Tabela 23: Procedimentos de emergência

Situação de Emergência/Acidente	Acções Preventivas	Medidas a Implementar
Derrame de Combustíveis	<p>Formação dos trabalhadores relativamente aos procedimentos para lidar com derrames acidentais de hidrocarbonetos e a limpeza dos espaços.</p> <p>Armazenar com segurança os combustíveis. Adotar a solução de contenção mais adequada tendo em atenção os seguintes factores: de coesão do terreno, o nível do lençol freático e as solicitações acidentais previsíveis</p> <p>Assegurar que os materiais e equipamentos necessários para lidar com os derrames e vazamentos estão disponíveis nos locais e em todos os momentos.</p> <p>Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários.</p> <p>Prestar informações aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, afixando as suas regras na vitrina de segurança. Zelar pelo cumprimento das regras de fazenda impostas a todos os frequentadores do mesmo.</p>	<p>Estancar ou eliminar o derrame utilizando barreiras de areia, sacos de areia, material de serradura, absorvente e / ou outros materiais aprovados pelo RE, tomando sempre as devidas precauções de segurança, incluindo EPI.</p> <p>Absorver e recolher o derrame para um recipiente próprio de modo a proceder à sua eliminação.</p> <p>Notificar as autoridades competentes, informando acerca do local exacto da ocorrência e qual produto derramado. Esperar pela actuação das autoridades, não abandonando o local e adoptando uma atitude preventiva no que diz respeito aos efeitos que o derrame poderá provocar.</p> <p>Preencher o registo da ocorrência.</p> <p>Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes.</p>



MINAGRIF/PDAC



<p>Incêndio/explosões</p>	<p>Formação dos trabalhadores relativamente aos procedimentos para lidar com incêndios.</p> <p>Assegurar que os equipamentos necessários para combater os incêndios estão disponíveis nos locais e em todos os momentos. Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Manter a fazenda devidamente organizado. Recolher os resíduos e escombros e evacuá-los para os devidos locais de recolha.</p> <p>É expressamente proibido queimar qualquer tipo de resíduos na zona de estaleiro.</p> <p>As vias de circulação destinadas a veículos devem ser implantadas com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagem para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de protecção adequados.</p> <p>Instalar sinalização de segurança provisória ou definitiva que identifique claramente os riscos, as obrigações e as proibições nos diversos locais do estaleiro</p>	<p>Combater o incêndio com o extintor mais próximo. Acionar socorros externos – bombeiros.</p> <p>Criar mecanismos e treinos de evacuação dos trabalhadores.</p> <p>Afixar a sinalização de Ponto de Encontro no estaleiro, para casos de emergência.</p>
<p>Acidentes com veículos e equipamentos</p>	<p>Guardar distâncias de segurança entre as vias ou zonas de circulação de veículos e os postos de trabalho ou zonas de deslocação de peões.</p> <p>Guardar distâncias de segurança na movimentação de veículos e equipamentos, e destes em relação às movimentações de materiais.</p> <p>Instalar sinalização de segurança provisória ou definitiva que identifique claramente os riscos, as obrigações e as proibições nos diversos locais do estaleiro.</p> <p>Prestar informações aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, afixando as suas regras.</p> <p>Zelar pelo cumprimento das regras de estaleiro impostas a todos os frequentadores do mesmo.</p> <p>As vias de circulação destinadas a veículos devem ser implantadas com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagem para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de protecção adequados.</p> <p>Todo o equipamento deverá ser revisto periodicamente, em especial os órgãos de acionamento pneumático;</p>	<p>No caso de Acidentes de Veículos: isolar a área e sinalizar adequadamente o local do acidente. Verificar o tipo do acidente (carro, motocicleta, colisão, atropelamento etc.), a gravidade aparente do acidente, o número aproximado de vítimas envolvidas; verificar se há vazamento de combustível ou produtos químicos; proceder a limpeza do local. Preencher o registo da ocorrência. Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes. Em caso de incêndio: Isolar a área.</p>



MINAGRIF/PDAC



	<p>Todos os veículos deverão ter afixado, em local visível, a especificação da “tara” e “carga máxima”.</p> <p>É proibido o transporte de pessoas fora das cabines. Os trabalhadores deverão ser transportados apenas em viaturas homologadas para o efeito.</p> <p>Todos os veículos terão de estar dotados de sinalizador sonoro automático de marcha atrás.</p> <p>Dotar os equipamentos com extintores adequados.</p>	
Desabamentos/deslizamento de terras	<p>Antes do início dos trabalhos, verificar o terreno, a fim de detectar possíveis fendas ou instabilidade no solo. Evitar sobrecargas no bordo da escavação (terras ou materiais). Organizar o trânsito dos veículos de carga, de forma a diminuir os efeitos das sobrecargas e vibrações por eles originados.</p> <p>As escavações a realizar devem ser defendidas de infiltrações de água. Caso exista acumulação de água dentro da vala, esta deverá ser removida constantemente.</p>	<p>Comunicar imediatamente a entidade. Proibir a realização de trabalhos no local. Delimitação do local. Remoção do material solto.</p> <p>Preencher o registo da ocorrência. Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes</p>

7.3.5. Cronograma de implementação do plano de emergências

Tabela 24: cronograma de implementação do plano de emergências

Acções	Responsabilidades	Cronograma
Identificação das principais actividades que possam provocar acidentes	Proponente com apoio das autoridades locais de saúde, serviços de protecção civil	Rotina
Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos (kits de primeiros socorros, EPI)	Proponente	No início da campanha agrícola
Colocação de sinalização de emergência em locais críticos e alarmes	Empresa de construção civil	No início da campanha agrícola
Treinamento de pessoal	TSP BRLi-Sirius	No início da campanha agrícola e sempre que forem enquadrados novos trabalhadores



MINAGRIF/PDAC



7.4 Plano de Gestão de Pragas

O objectivo principal da gestão de pragas não deve ser erradicar todos os organismos, mas sim manejar “pragas”, incluindo pragas de insetos, doenças e ervas daninhas que podem afectar negativamente as culturas anuais para que elas permaneçam em níveis abaixo de um limiar economicamente prejudicial. As pragas devem ser manejadas através de um processo de gestão integrada de pragas (MIP) que combina abordagens químicas e não químicas para minimizar ao mesmo tempo que minimiza o impacto de tais medidas no meio ambiente. Os pesticidas devem ser usados apenas na medida necessária sob uma abordagem MIP e gestão integrada de vetores (IVM), e somente depois que outras práticas de gestão de pragas falharam ou se mostraram ineficientes. Os passos a seguir devem ser considerados e documentados em um plano de gestão integrada de pragas/vetores:

- Identificar as principais pragas que afectam as lavouras da região, avaliar os riscos para a operação e determinar se existe uma estratégia e capacidade para controlá-los.
- Sempre que possível, aplicar mecanismos de alerta precoce para pragas e doenças (ou seja, pragas e doenças técnicas de previsão);
- Selecionar variedades resistentes e usar o controle cultural e biológico de pragas, doenças e ervas daninhas para minimizar a dependência de opções de controle de pesticidas (químicos). Um regime de MIP eficaz deve:
- Identificar e avaliar pragas, níveis de limiar e opções de controle (incluindo as listadas abaixo), bem como os riscos associados a essas opções de controle;
- Faça a rotação de culturas para reduzir a presença de insetos, doenças ou ervas daninhas no solo ou na cultura;
- Apoiar organismos de bio controle e benéficos - como insectos, pássaros, ácaros e micróbios agentes - para realizar o controle biológico de pragas (por exemplo, proporcionando um habitat favorável, como arbustos para locais de nidificação e outra vegetação original que pode abrigar predadores de pragas e parasitas).
- Favorecer o controle manual, mecânico de ervas daninhas e/ou capinas selectivas.
- Considerar o uso de controles mecânicos - como armadilhas, barreiras, luz e som - para matar, realocar ou repelir pragas;
- Usar pesticidas para complementar essas abordagens, não para substituí-las;
- Antes de adquirir qualquer pesticida, avalie a natureza e o grau dos riscos associados e eficácia, levando em consideração o uso proposto e os usuários pretendidos.

7.4.1. Uso e Gestão de Pesticidas⁸

⁸ Fonte: Diretrizes Gerais de SSMA do IFC



MINAGRIF/PDAC



Um plano de gestão de pesticidas (PMP) que inclui procedimentos para a seleção, aquisição, armazenamento, manuseio e destruição final de todos os estoques desatualizados devem ser preparados de acordo com as diretrizes FAO.

O PMP prescreve o tipo de agrotóxico a ser utilizado, bem como a finalidade de seu uso e descreve as melhores práticas para a aquisição e armazenamento de todos os pesticidas. O pessoal deve ter treinamento apropriado, incluindo certificação, quando relevante para manusear e aplicar pesticidas com segurança. Em especial:

- Garantir que quaisquer pesticidas usados sejam fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com o Código Internacional de Conduta da FAO sobre Gestão de Pesticidas;
- Não comprar, armazenar, usar ou negociar pesticidas que se enquadrem nas normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) Classificação Recomendada de Pesticidas por Classes de Perigo 1a (extremamente perigoso) e 1b (altamente perigoso);
- Não usar pesticidas listados na Classe de Perigo II da OMS (moderadamente perigoso).

7.4.2. Procedimento de Armazenamento

As práticas recomendadas de armazenamento de pesticidas incluem:

- Armazenar todos os pesticidas em um recipiente fechado e ou armazenar em local com espaço suficiente para controlar qualquer derramamento sem contaminar o meio ambiente. Os locais devem estar longe de fontes água, áreas residenciais e construídas, bem como áreas de armazenamento de alimentos e confinamento de gado;
- Adquirir kits de derramamento e instituir medidas de controle adequadas em caso de derramamento acidental;
- Armazenar todos os pesticidas em seus recipientes originais e rotulados e certificar-se de que as instruções de armazenamento estão a ser seguidas;
- Manter um registo de todos os pesticidas adquiridos, registrando quando foram recebidos, a quantidade utilizada, o valor restante na loja e sua localização.
- Os armazéns devem ter ventilação adequada, contenção secundária e chuveiros e de kits de emergência.

7.4.3. Procedimento de Manuseio

- Os operadores devem ler, entender e seguir as instruções do rótulo do produto para uma mistura segura, aplicação e descarte; use pessoal treinado para operações críticas (por exemplo, mistura, transferências, tanques de enchimento e aplicativo),
- Insistir para que o equipamento de protecção individual (EPI) correcto (por exemplo, luvas, macacão, protecção para os olhos) deve ser usada sempre ao manusear e aplicar pesticidas.



MINAGRIF/PDAC



- Obrigar que qualquer mistura e enchimento de tanques de pesticidas ocorram em uma área de enchimento designada.
- Este deve ser colocado longe de cursos de água e drenos.
- Se em concreto, a água deve ser coletada em um reservatório separado e descartada como resíduos perigosos
- Certifique-se de que os derramamentos sejam limpos imediatamente usando kits de derramamento apropriados; derrames não devem ser levado para cursos d'água ou drenos.

7.4.4. Procedimento de Aplicação

- Dar preferência ao método de aplicação com o menor risco EHS e certificar-se de que os organismos não são afectados.
- Selecionar tecnologias e práticas de aplicação de pesticidas projetadas para minimizar o movimento fora do local
- Assegurar que todos os equipamentos estejam em boas condições e devidamente calibrados para aplicar a dosagem correta.
- Insistir para que as aplicações ocorram em condições climáticas adequadas; evitar tempo húmido e condições de vento

7.4.5. Procedimento de Deposição

Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - juntamente com água de enxague e pesticidas desactualizados ou não aprovados - devem ser descartados como resíduo perigoso, conforme Diretrizes da FAO.

Os recipientes de pesticidas vazios, selos de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes.

7.4.6. Embalagens

Devem ser armazenados de forma segura e protegida antes de serem descartados com segurança e não devem ser utilizadas para outros fins.

7.4.7. Fertilizantes

- Armazene os fertilizantes em sua embalagem original e em um local dedicado que possa ser trancado e devidamente identificados com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas.
- Garantir que o SDS e os estoques estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros respondedores quando necessário.
- Compre e armazene apenas os requisitos mínimos de fertilizantes e use primeiro os fertilizantes mais antigos.



MINAGRIF/PDAC



- Mantenha os estoques de fertilizantes separados de pesticidas e maquinário (por exemplo, combustíveis, ignição ou fontes).
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o necessário, quando é necessária, para minimizar as perdas ao meio ambiente.
- Implementar um programa de treinamento adequado para o pessoal que está transportando, manuseando, carregando, armazenamento e aplicação de fertilizantes.

7.4.7.1. Descarte de embalagens de fertilizantes e pesticidas

Existem procedimentos apropriados para o descarte das embalagens e os procedimentos são de acordo as diretrizes gerais SSMA, do programa de alimentação e agriculturas (FAO) e a legislação

- Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são colectadas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenados até o descarte final.
- Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos.
- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem.
- Gerir os resíduos sólidos de acordo com as Diretrizes (Gerais de SSMA do IFC ou legislação local aplicável).
- Gerir pesticidas expirados e indesejados como resíduos perigosos seguindo as Diretrizes gerais de SSMA e do Programa de Alimentação e Agricultura (FAO) para a gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e obsoletos.

Tabela 25: Culturas e tipo de pragas

Nome comum	Nome Científico da praga ou vector	Cultura
Anthracnose	Colleotrichum lindemuthianum Colletotrichum gloesporoides pv manihoti	Feijao vulgar & Feijão Macunde Mandioca
Seca apical	Phoma exigua pv.exigua	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Ferrugem	Uromyces manihotis	Mandioca



MINAGRIF/PDAC



Manhas de Cercospora	<i>Cercospora cruenta</i>	Feijao vulgar & Feijão
Manchas por Septoria	<i>Septoria vignae</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Mancha foliar comum	<i>Cercospora vignicola</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Mancha foliar branca	<i>Erysiphe polygoni</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Manchas foliares de esclerotinia	<i>Sclerotinia sclerotiorum</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Esclerotia do caule	<i>Sclerotium rolfsii</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Podridão radicular	<i>Fusarium solani</i> <i>Pythium myriotyllum</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Fusariose amarela	<i>Fusarium oxysporum</i> sp. <i>Phaseoli</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Cancro da haste e vagens	<i>Diapotre phaseolorum</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Verrugose (Scab)	<i>Xanthomonas campestris</i> pv. <i>Phaseoli</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Murcha bacteriana comum	<i>Pseudomonas savastanoi</i> pv. <i>Phaseolicola</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Murcha bacteriana aureolada	<i>Syringae</i> pv. <i>Phaseolicola</i>	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Virus Mosaico amarelo do feijão (BYMV)	<i>Potyvirus</i> spp	Feijao vulgar & Feijão Macunde
Ferrugem do trigo	<i>Puccinia polysora</i> , <i>Puccinia sorghi</i>	Milho
Mancha foliar clara	<i>Helminthosporium turcicum</i>	Milho
Mancha foliar por phaeospheria	<i>Phyllosticta mayis</i>	Milho
Anthraxose no milho	<i>Colletotrichum graminicola</i>	Milho
Podridão negra	<i>Bipolaris zeicola</i> = <i>Helminthosporium carbonum</i>	Milho



MINAGRIF/PDAC



Podridão seca	Stenocarpella macrospora = Diplodia macrospora	Milho
Queda do colmo	Stenocarpella maydis = Diplodia zeae	Milho
Virus das estrias de milho	Milho streak gemini virus (MSV)	Milho

Tabela 26: Pesticidas/ Insecticidas usados na cultura do milho

Praga	Insecticida
Prostephanus truncatus acanthoscelides obtectusrhizopertha dominica sitrotoge cerelella	Target ctelli super dust
Afideos jacidestripese e percevejos	Agror
Brocas do colmo (bussiola fusca) sp, lagarta americana (heliiothis armígera), roscas	Endoagran
Afideos, brocas, tripses e gafanhotos	Sumigran 50 cpe
Lagarta americana, (heliiothis armígera), broca do milho (bussiola fusca)	Buldock 5%ec
Termites	Confidor 20% sl; 70% wg e 35% SC
Brocas, gorgulhos, traças, tribolium, trogoderma etc.	Actelli lp
Lagarta do colmo e roscas	Karate 5 ec
Afideos, jassides e percevejos	Agror 20 cpe
Brocas do colmo, spodoptera	Larvin 37,5%
Chilo partellus, bussiola fusca, lagarta americana e lagarta invasora	Decis forte 10% ec
Lagarta americana, broca do colmo	Politrin
Lagartas roedoras das folhas, Insêctos do solo, Pírale	FIPRORIUS 0,3G



MINAGRIF/PDAC



Pírales do arroz, mosca destruidora de arroz, Tripes, Furador branco, insecto (flatidae) do arroz	FIPRORIUS 0,3G
Osina da fruta	Desirius
Lagartas desfolhantes, lagarta das das espigas	Chlorius
Insecto do solo	Bofirius
Oscinella	Mesurol 80 % wp
Lagarta americana (heliiothis amigera),broca de milho,	Bulldock 5% Ec
Brocas do Colmo, Spodoptera	Larvin 37,5% SC
Alfídeos, brocas e tripes	Sumigran 50 CPE
Lagarta do Colmo e Roscas	Duduthrin 5% EC
Broca do colmo e Lagarta das folhas	Duduthrin 5% EC
Brocas do colmo (Busseola fusca. Sesamia sp), Lagarta americana (Heliiothis armígera)	Endoagran 35 EC
Lagarta Americana e lagarta rosada	Endoagran 35 EC
Mosca, thrips, pulgão, aleurode, falena, traça, cigarra, entre outros, em diferentes estados de desenvolvimento (ovos, larvas, adultos)	Tudo bem
Sesamia monagrioides	Moran 150 EC
Ácaros e alguns insectos	Matacarius
Broca do colmo	Karate 5 EC
Contra lagartas e térmitas	FIXE 50 EC
Combate de insêctos Picadores, coleópteros, hemípteros, alguns dípteros, lipidopteros e alguns insêctos trituradores em estado	Bastião 3G



MINAGRIF/PDAC



larvar, nomeadamente doryphore	
Broca do colmo, Lagarta do solo, Lagarta das folhas, Lagarta americana, lagarta espinhosa, percevejo verde, gorgulho do feijoeiro, escaravelhos, bemisia, afídeos, trips e cochonilhas	Eforia 045 ZC
Afinete e scutigerella	Carbofurão Sapec
Larva alfinete, Diabrotica speciosa, P0ao- da – galinha	Regent 800 WG
Brocas	Lagapri
Alfinetes e miriápodes, mololonta, noctuas	Furanpri 5GR

Tabela 27: Insecticidas usadas na cultura do Feijão Vulgar

Praga/Doença	Insecticida/Fungicidas
Broca do colmo, Lagarta do solo, Lagarta das folhas, Lagarta americana, lagarta espinhosa, percevejo verde, gorgulho do feijoeiro, escaravelhos, bemisia, afídeos, trips e cochonilhas	Eforia 045 ZC
Lagarta Americana	Thiodan 35% EC e Politrin
Prostephanus truncatus, acantoscelides obtectus, rhizoperthus dominica, sitrotoge cerelella	Target actellic super
Afídeos, acaros, mosca branca e trips	Agror 40
Piolho negro	Deltagran
Roscas	Endoagran
Afídeos, gorgulho, lagartas e trips	Sumigran
Lagarta americana (heliiothis armiger)	Buldock 5 ec
Brocas, gorgulho, traças, tribólios trogodermas	Actellic 1 p
Afídeos, acaro, mosca branca, pulgão e roscas	Actellic 50
Lagarta do solo, lagarta americana, escaravelhos e trips	Politrin 440 ec
Lagarta americana, plusia	Larvin 37,5 % sc
Afídeos, mosca branca, lagarta americana, tricopsia, trips	Thunder 14,5% O- Teq



MINAGRIF/PDAC



Afídeos, joaninhas, lagartas, mosca branca, tripes rosca	Malaton 50-s
Tricoplusia, maruca	Biorius
Alfídeos, gorgulho, lagartas (Plutella spp e Heliothis ssp) e tripes	Sumigran 50 CPE
Piolho negro	Decis 2,5 EC, Deltagran 2,5 EC
Afídeos, Mosca branca, Lagarta Americana, Tricoplusia, Tripes	Thunder 14,5% O-TEQ
Mosca, thrips, pulgão, aleurode, falena, traça, cigarra, entre outros, em diferentes estados de desenvolvimento (ovos, larvas, adultos)	Tudo bem
Lagarta americana, lagarta do solo, lagarta das folhas, afídeos, thrips e escaravelhos	Karate 5 EC
Afídeos, ácaros, joaninha, dos melões lagartas, mosca branca, mosca do melão, pulgão, tripes e roscas ou nóctuas	Actellic 50 EC
Especialmente larvas de Lepidopterae	Insectido 5 EC
Mosca	Furanpri 5 GR
Antracnose e ferrugem	Bravo 720 SC
Ferrugem	Score 250 ec
Oidioi	Calixin, Bayfidan 25% dc
Ferrugem	Manzine
Ferrugem (uromyces andiculatus)	Folicur 25% ew
Ferrugem (uromyces appendice)	Baycor 30% dc



MINAGRIF/PDAC



7.4.8.1- Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte, aplicação descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agroquímicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agroquímicos São:

- Poluição de recursos hídricos e vida aquática.
- Acondicionamento impróprio e disposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavouras dos produtores.
- Impacto nas perdas pós-colheita devido as pragas
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública)
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição.
- Poluição do ar.
- Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 27: Pesticidas, riscos ambientais, ocupacionais e de saúde, incluindo medidas de mitigação e indicadores de monitoria Impactos negativos / Pragas e uso de pesticidas/ ameaças / riscos Causas Medidas de mitigação Ferramenta de implementação

Impactos negativos de pragas e usos de pesticidas ameaças e riscos	Causas	Medidas de mitigação	Ferramentas de implementação	Resultados esperados	Indicadores de monitoria
Envenenamento da fauna flor e humano	Eliminação inadequado de recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos após o uso	Eliminar e destruir os recipientes de pesticidas após o uso	Recipientes de pesticidas limpos, e plano de recolha disponível	Plano de limpeza e descarte de recipientes de pesticidas desenvolvido e implementado s	Numero de agricultores Treinados, registo de treinamento
		Educação e treinamento Os agricultores adotam boas praticas agrícolas	Adição de técnicas/ Abordagem PGP	Agricultores treinados Em técnicas de PGP e boas praticas	
Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares	Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de	Controlo e supervisão	Adoção de abordagens técnicas MP	Agricultores treinados em técnicas MP	Numero de agricultores treinados, registos de treinamentos



MINAGRIF/PDAC



	pesticidas, uso de ETP inadequado				realizado
		Uso de pesticidas nas propriedades agrícolas	Procedimentos de amostragem aleatória Para culturas e estabelecido limite de armazenamento de produtos químicos	Resíduo de pesticidas em culturas aceitáveis	Níveis e tendências de resíduos de pesticidas em culturas aceitáveis
Saúde e segurança dos agricultores Para culturas/danos ambientais	Necessidade de treinamento	Educar os agricultores para que adotem BP. As com base nas técnicas de MP, e não usem Pesticidas químicos a menos que seja recomendada o pelos técnicos autorizados	Técnicas de MP com ênfase em controlo cultural e biológico no controlo de pragas	Conformidade com política nacional de MIP e política do BM sobre pragas/gestão de pesticidas	agricultores treinados, em técnicas de MP, numero de agricultores que implementa m MP em suas lavras

7.4.7.3. Gestão integrada de pragas (Avícola)

O plano de manuseio de pragas da fazenda teve como base o plano de gestão de pragas elaborado pelo PDAC e serve para orientar, identificar as principais pragas que afectam as culturas na região, avaliar os riscos para a operação, determinar uma estratégia para controlá-los. aplicar mecanismos de alerta precoce para pragas e doenças, escolher variedades resistentes e usar o controlo cultural e biológico de pragas, doenças e ervas daninhas;

O Manuseio Integrado de Pragas (MIP) é uma abordagem eficaz e ambientalmente sensível para controlo de pragas. O uso de pesticidas vem crescendo a nível mundial, devido aos riscos ambientais e de saúde, o uso de predadores naturais, plantas resistentes a pragas e outros métodos para preservar um ambiente saudável, representam um esforço para diminuir a dependência de pesticidas nocivos e melhor a abordagem para combater as pragas. O uso de controlo químico por si só não proporcionará um controlo de pragas a longo prazo. A dependência de técnicas de controlo único resulta em degradação ambiental, contaminação de produtos alimentares, problemas de resíduos e resistência em espécies alvo, prejudicando seriamente a sustentabilidade no sector agrícola.⁹

Em relação às pragas e pesticidas, as pragas devem ser geridas por meio de um processo de gestão integrada de pragas (GIP) que combine abordagens químicas e não químicas para minimizar o impacto das pragas, ao mesmo tempo que minimiza o impacto dessas medidas no ambiente. Os pesticidas devem ser usados apenas na extensão necessária sob uma abordagem de gestão integrada de vectores (GIV) e GIP, e somente depois que outras práticas de controlo de pragas falharam ou se mostraram ineficientes.

⁹ base das orientações do PGP elaborado pelo PDAC



MINAGRIF/PDAC



- **Moscas**

As fezes produzidas pelos animais constituem um excelente substrato, altamente atrativo para o desenvolvimento de dípteros cinantrópicos. Com a elevada disponibilidade deste substrato passamos a ter potenciais “grandes criadouros” de moscas. A presença de um maior ou menor número de moscas de uma determinada espécie varia diretamente com as condições climáticas da região e com o manuseio do esterco empregado na propriedade. Atuam como vetores de micro-organismos patogênicos como vírus, rickettsias, bactérias, e também de cistos de protozoários e ovos de helmintos.

Mosca doméstica é uma das espécies mais presentes, com alcance de voo entre 10 e 20 km, voando ao redor de uma extensa área para explorar o ambiente em busca de alimento adequado e suficiente para postura e abrigo. A tendência é permanecer dentro de um raio de 100 a 500 metros do local de criação. O melhor potencial de desenvolvimento ocorre no esterco com 55 a 75% de humidade.

Stomoxys calcitrans tem comportamento hematofágico sobre o gado bovino, causando sérios prejuízos a produção. O esterco acumulado sob gaiolas de poedeiras e a cama de aviária podem servir de criadouro para esta espécie que pode se deslocar até 10 km de distância, em busca de equinos e bovinos. O melhor potencial de desenvolvimento ocorre no esterco com 45 a 55% de humidade.

O gênero **Chrysomya** compreende algumas espécies de interesse avícola. O corpo possui coloração verde metálica. São espécies numerosas e facilmente encontradas em fezes com umidade acima de 75% e carcaças de animais. As moscas se dispersam pelo estímulo olfatório e pela alta densidade populacional, sendo encontradas posteriormente em locais que exerçam forte atração como fábricas com odores adocicados ou de substratos em fermentação ou putrefação, em áreas a cerca de 1 a 5 km de distância. Manejar o esterco é opção importante.

- **Roedores**

Estes animais competem diretamente com o homem e suas criações zootécnicas por alimentos. As perdas ainda podem ser maiores se considerarmos a contaminação das rações por urina e fezes, rompimento de sacarias, roeduras em lonas, fiação e embalagens. Países importadores com rígidos níveis de fiscalização podem condenar toneladas de alimentos pela simples presença de alguns poucos montículos de excrementos, acarretando elevados prejuízos econômicos e a imagem do exportador.

Os ratos são ainda responsáveis pela transmissão de diversas doenças ao homem. A Organização Mundial de Saúde já catalogou cerca de 200 doenças transmissíveis, destacando-se a leptospirose e a salmonelose. O olfato é uma habilidade sensorial muito apurada nos roedores. Costumam marcar as trilhas as quais percorrem podendo delimitar áreas e detectar condições favoráveis ao acasalamento. Não estranham o odor do ser humano. A audição é muito aguçada e sensível a ruídos estranhos, habilidade muito importante devido ao hábito noturno. A visão é adaptada para ambientes escuros e o paladar altamente desenvolvido podendo discriminar e memorizar os diferentes gostos, rejeitando alimentos estragados e identificar raticidas misturados ao alimento. Outra característica importante sobre os roedores é sua capacidade reprodutiva.



MINAGRIF/PDAC



Adopção de medidas sanitárias: manter a área externa limpa: sem entulhos e materiais empilhados. Mato e capim devidamente aparados. Poda de galhos de árvores que se projetem sobre as construções. Armazenamento adequado e protegido de rações, grãos, farelos

Controle químico: as principais categorias de produtos rodenticidas são a de contato corporal conhecido como pó de contato e iscas raticidas de ação prolongada com anticoagulante de dose única nas formulações peletizadas, grãos impregnados, girassol impregnado, blocos extrusados e blocos parafinados. A alternância de formulações pode ser utilizada como alternativa a rejeição de iscas pelos roedores.

- **Besouros**

É uma espécie cosmopolita, comumente encontrada infestando resíduos de produtos húmidos estocados. Trata-se de uma espécie que se adaptou com sucesso aos modelos zootécnicos de criação de aves, principalmente nos sistemas de confinamento. A forma adulta é ovalada, com tegumento marrom escuro. A longevidade pode chegar a 20 meses e ovipor 2000 ovos. As larvas se desenvolvem em temperaturas entre 22 e 31°C, com 96,7% de sobrevivência a 28°C. Considerado um vector de patogénicos devido a sua capacidade de viver na cama de aviários e o hábito de se alimentar de aves moribundas e mortas; como das bactérias *Streptococcus* SP., *Clostridium perfringens*, *Citrobacter* sp, *Klebsiella pneumoniae*, *Enterobacter* spp., *Proteus* spp, *Bacillus subtilis*, *Corynebacterium* SP., *Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli*, *Serratia marcescens*, *Salmonella typhimurium* e dos fungos *Aspergillus flavus* e *Candida* sp., dentre outros. O crescimento populacional de besouros é contínuo enquanto as condições forem satisfatórias e de maneira desuniforme no aviário, ocorrendo pontos com alta e baixa infestação. O controle é considerado difícil devido aos inúmeros abrigos que esta espécie encontra no ambiente interno e externo do aviário.

- **Baratas**

A *Periplaneta americana* chega a ter 3,8 cm de comprimento, de cor castanho-escuro. O ciclo de desenvolvimento das formas jovens é de cerca de 9 a 13 meses e a longevidade dos adultos em torno de 2 a 3 anos. Os abrigos preferenciais são caixas de esgoto e gordura, caixas d'água, quadros de energia elétrica, cisternas, embalagens, depósitos, esterco, materiais acumulados. *Periplaneta americana* é um importante vector de *Klebsiella pneumoniae*, *Enterobacter aerogenes*, *Serratia marcescens*, *Hafnia alvei*, *Enterobacter gergoviae*, *Enterobacter cloacae*, *Serratia* spp., *Escherichia coli*, *Proteus vulgaris*, *Staphylococcus* spp., *Shigella* spp., *Salmonella* spp., *Proteus* spp., *Entamoeba histolytica*.

O controle de baratas tem sido realizado tradicionalmente com a utilização de inseticidas, na forma líquida e gel, porém alguns critérios devem ser adoptados, como a correta identificação da espécie. É preciso determinar o nível de infestação para a adopção dos métodos de controle mais adequados. Inspeccionar o ambiente e determinar quais as condições locais que propiciaram o desenvolvimento da infestação é outro ponto importante, além de avaliar as medidas de controle com base nos ingredientes ativos e formulações disponíveis. Já o monitoramento pós-tratamento pode ser utilizado como um indicador de eficácia do controle. Vale ressaltar que as baratas podem ser facilmente transportadas em embalagens e sacarias, aumentando a sua dispersão e infestação.



MINAGRIF/PDAC



7.4.7.4. Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte, aplicação de descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agroquímicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agroquímicos são:

- Poluição de recursos hídricos e vida aquática.
- Acondicionamento impróprio e deposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavras dos produtores.
- Impacto nas perdas pós-colheita devido a pragas
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública)
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição.
- Poluição do ar.
- Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 28: Pesticidas, riscos ambientais, ocupacionais e de saúde, incluindo medidas de mitigação e indicadores de monitoria Impactos negativos / Pragas e uso de pesticidas/ ameaças / riscos Causas Medidas de mitigação Ferramenta de implementação

Impactos negativos de pragas e usos de pesticidas ameaças e riscos	Causas	Medidas de mitigação	Ferramentas de implementação	Resultados esperados	Indicadores de monitoria
Envenenamento da fauna flor e humano	Eliminação inadequado de recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos após o uso	Eliminar e destruir os recipientes de pesticidas após o uso	Recipientes de pesticidas limpos, e plano de recolha disponível	Plano de limpeza e descarte de recipientes de pesticidas desenvolvido e implementados	
		Educação e treinamento	Adição de técnicas/ Abordagem PMP	Agricultores treinados	Numero de agricultores Treinados, registo de treinamento
		Os agricultores adaptam Boas praticas agricolas		Em técnicas de PMP e Boas praticas	
Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares	Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de pesticidas, uso de ETP inadequado	Controlo e supervisão	Adoção de abordagens técnicas MP	Agricultores treinados em técnicas MP	Numero de agricultores treinados, registos de treinamentos realizado
		Uso de pesticidas	Procedimentos de	Residuos de	Níveis e tendências



MINAGRIF/PDAC



		nas propriedades agrícolas	amostragem aleatória	pesticidas em culturas aceitáveis	de resíduos de pesticidas
			Para culturas e estabelecido limite de armazenamento de produtos químicos		em culturas aceitáveis
Saúde e segurança dos agricultores Para culturas/danos ambientais	Necessidade de treinamento	Educar os agricultores para que adotem BPAs com base nas técnicas de MP, e não usem Pesticidas químicos a menos que seja recomendada pelos técnicos autorizados	Técnicas de MP com ênfase em controle cultural e biológico no controle de pragas	Conformidade com política nacional de MIP e política do BM sobre pragas/gestão de pesticidas	agricultores treinados, em técnicas de MP, número de agricultores que implementam MP em suas lavras

7.4.7.5. Cronograma de supervisão

Tabela 29: Calendário de monitoria e supervisão

Responsável	Frequência	Tipo de avaliação / Monitoria
Proponente com auxílio do TSP da BRLi- Sirius.	Mensalmente ou conforme necessidade	Monitoria de conformidade /semelhante à inspeção in loco de acordo com as regras do PMP.
TSP	Trimestral	Implementação das medidas de mitigação ambientais identificadas durante a aprovação do programa.
TSP	Anual	Avaliação global do desempenho dos projectos, incluindo a implementação do PMP. Isso pode fazer parte do programa geral de monitoria do Programa.

7.4.7.6. Relatórios

Será elaborado um relatório anual sobre a gestão de pragas e pesticidas, indicando os casos de pragas identificadas e controladas usando abordagens MIP, a localização de pragas, o nível de sucesso do tratamento, quantidade e tipo de pesticida utilizado, nível e tipo de associação de agricultores e outras informações relevantes (por exemplo, programas de treinamento organizados, número de demonstrações utilizando a abordagem escola de campo de agricultor realizadas etc.)

7.4.7.7. cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

Tabela 30: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças



MINAGRIF/PDAC



Acções	Responsabilidade	Cronograma
Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Planeamento das acções de combate	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Preparação do local e dos meios preventivos e biológicos	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Implementação e avaliação dos métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Avaliação e monitoramento do Gestão Integrada de Pragas (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos

7.5. Plano de prevenção da COVID-19

7.5.1. Plano de contingência da Fazenda

É importante que todos o empresário agrícola crie um plano de contingência para lidar com a pandemia da COVID-19. Esse plano orienta empresa e trabalhadores a identificarem riscos e determinarem a conduta adequada em cada situação. As orientações sobre esse assunto não pretendem ser protocolos ou recomendar regulações. Cada empresa poderá adaptar essas orientações para sua realidade local. Para preparar um ambiente de trabalho na empresa agrícola para lidar com a pandemia da COVID-19, é necessário que se cumpram algumas recomendações que são apresentadas a seguir:

7.5.2. Estabelecer medidas gerais de prevenção no ambiente de trabalho

Essas medidas são destinadas a todos os trabalhadores da fazenda:

- Comunicar as medidas de prevenção de infecção pela COVID-19;
- Lavar as mãos com água e sabão, por pelo menos 20 segundos, ou usar álcool em gel com frequência;
- Cobrir o nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- Evitar aglomerações;
- Manter ambientes bem ventilados;
- Não compartilhe objetos pessoais;
- Preparar o ambiente de trabalho para estimular a higiene frequente das mãos dos trabalhadores, clientes e visitantes, prioritariamente mediante lavagem com água e sabão;
- Desestimular o compartilhamento de objectos que são tocados por mão e boca como telemóveis, copo, talheres, bebedouro, etc.;
- Estimular a higienização frequente de objectos que precisam ser compartilhados no trabalho como ferramentas e equipamentos;
- Estimular medidas de etiqueta respiratória como cobrir tosses e espirros com os cotovelos;
- Definir se é possível estabelecer políticas e práticas no trabalho com menor aproximação e contato humano, por exemplo:



MINAGRIF/PDAC



- Redução de reuniões presenciais;
- Restrição de acesso ao público externo;
- Diferentes turnos de refeição
- Aumentar o rigor na higienização do local de trabalho, com desinfecção de superfícies de equipamentos e mobiliário;
- Obrigar os trabalhadores a aderirem as campanhas de vacinação contra COVID19.

7.5.3. Desenvolver uma política e procedimentos internos para identificação e isolamento de pessoas doentes

- Criar um fluxo para rápida identificação e isolamento dos casos suspeitos de COVID19;
- Estimular que trabalhadores informem prontamente sua condição de saúde e se auto monitorem nesse sentido;
- Criar procedimentos ágeis para que trabalhadores informem quando estão doentes ou com sintomas da COVID-19;
- Quando apropriado, a empresa deve criar procedimentos para isolamento imediato de casos suspeitos e treinar seus trabalhadores para implementar esses procedimentos;
- Quando possível, prover máscaras cirúrgicas descartáveis e orientações de como usá-las e descartá-las apenas para os casos suspeitos. A medida visa criar uma barreira de contacto com as secreções respiratórias;
- Restringir o número de pessoas com acesso a áreas de isolamento, quando houver;
- Proteger os trabalhadores que precisam ter contacto prolongado com suspeitos com medidas adicionais de segurança e de equipamentos de proteção individual;
- Classificar trabalhadores por perfil de risco (baixo, médio, alto, muito alto) para endereçar medidas apropriadas de proteção em cada caso.

7.5.4. Práticas de trabalho seguro

Essas práticas incluem procedimentos para reduzir o tempo, frequência e intensidade de exposição ao risco, como:

- Disponibilizar acesso a material para higiene pessoal e dos equipamentos de trabalho: álcool em gel, latrinas, equipamentos pessoais sem necessidade de compartilhamento;
- Fixar em vários locais do ambiente laboral lembretes sobre as medidas de higiene e etiqueta respiratória;
- Criar protocolos de higienização sistemática;
- Uso de máscaras por pessoas com sintomatologia da doença ou casos confirmados, com substituição conforme manual do fabricante, visando criar uma barreira contra os respingos respiratórios.



MINAGRIF/PDAC



7.5.5. Cronograma de implementação do plano

As medidas de mitigação estabelecidas podem e deverão ser actualizadas periodicamente em cumprimento as recomendações das autoridades de saúde locais e nacionais MINSA (Ministério da Saúde) e da OMS.

Tabela 31: cronograma de implementação do plano prevenção a covid 19

Acções	Descrição	Responsabilidade	Cronograma
Promover a lavagem regular e completa das mãos dos trabalhadores e visitantes	Colocar reservatórios de água para higienizar as mãos em locais destacados no trabalho; Assegurar-se de que os trabalhadores tenham acesso a locais onde possam lavar as mãos com água e sabão Exibir cartazes promovendo a lavagem das mãos	Proponente	Diariamente
Promover uma boa higiene respiratória no local de trabalho	Utilizar cartazes sobre higiene respiratória e combinar essa acção com medidas de comunicação incluindo a orientação de funcionários de saúde e segurança ocupacional, instruções em reuniões e Fornecer máscaras faciais e ou lenços àqueles que tenham secreção ou tosse, além de caixas fechadas para descarte higiénico desses elementos.	Proponente/Autoridades locais da saúde	Diariamente
Desenvolva um plano de contingência e continuidade das operações da fazenda	Os temas do plano devem incluir como manter a actividade da empresa; Compartilhar o plano com todos os trabalhadores e verificar que eles saibam o que fazer com base nas diretrizes.	Proponente/Autoridades locais da saúde	Mensalmente

As medidas para a prevenção da covid podem e serão actualizadas periodicamente.

De acordo com as Diretrizes da OIT de 2001 sobre sistemas de segurança e saúde no trabalho (§3.10.3.) As medidas de prevenção, preparação e resposta de emergência devem ser tomadas de acordo com a dimensão



MINAGRIF/PDAC



e natureza da atividade da organização. Devem ser estabelecidas em cooperação com os serviços de emergência externos e outros organismos, se for caso disso, e: assegurar a informação necessária, a comunicação interna e a coordenação para proteger todas as pessoas em caso de emergência no local de trabalho; Fornecer informações e comunicar com as autoridades competentes e os serviços envolventes e de resposta de emergência; Integrar os primeiros socorros e assistência médica, o combate a incêndios e a evacuação de todas as pessoas no local de trabalho; e fornecer informações pertinentes e formação a todos os elementos da organização, em todos os níveis, incluindo sobre exercícios regulares de avaliação de procedimentos de prevenção, planeamento e resposta de emergência.



MINAGRIF/PDAC



7.6. Plano de formação Ambiental e Social

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação dos trabalhadores sobre Ambiente e Social, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores e outras áreas do projecto a serem de intervencionadas.

A formação é uma ferramenta indispensável para mudança de atitude e consciência. Geralmente as pessoas praticam o que sabem ou já viram, seja por via de formação ou experiência prática do dia-a-dia. É neste contexto que um plano de formação se justifica para atender as necessidades específicas de cada actividade, de forma a assegurar a gestão ambiental, e adopção de medidas e cuidados específicos de segurança dentro dos processos normais da operação, com o fim maior de proteger os trabalhadores.

Os Conteúdos principais são os seguintes:

- Regras gerais de segurança;
- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;
- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;
- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Prevenção de violência baseada no género;
- Mecanismo de sugestões e gestão de reclamações do PDAC (MSGR)

Tabela 32: Plano de formação Ambiental e Social

Área temática de ambiente, conteúdo programático e cronograma proposto					
Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
1	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente.	✓ Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente(em obra e áreas circundantes);	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental da BRLI-Sirius	- Trimestralmente - Quando tiver novo trabalhador



MINAGRIF/PDAC



Área temática de ambiente, conteúdo programático e cronograma proposto					
Nº	Conteúdo de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
2	Prevenção e controle da poluição.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Importância da limpezado ambiente de trabalho; ✓ Prevenção e controle da erosão dos solos; ✓ Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos ✓ Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final. 	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius)	- Trimestralmente
3	Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias perigosas; ✓ Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame de substâncias perigosas; ✓ Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental. 	Todos os trabalhadores.	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius	- Trimestralmente
Área temática social, conteúdo programático e cronograma proposto					
4	Prevenção da violência baseada no género.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito de violência baseada no género, exploração e abuso/assédio sexual; ✓ Funções e responsabilidades das partes interessadas; ✓ Mecanismo de reclamação de incidentes de violência com base no género; <p>Procedimentos de reclamações para membros da comunidade;</p>	<p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Todos os trabalhadores da fazenda.</p>	Especialista ambiental e social da BRLI-Sirius	Trimestralmente



MINAGRIF/PDAC



Área temática social, conteúdo programático e cronograma proposto					
5	MSGR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação; ✓ Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações; ✓ Principais responsabilidades do pessoal-chave; ✓ Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações. 	<p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Trabalhadores.</p>	Especialista ambiental e social da BRLI-Sirius	- Trimestralmente
Área temática Segurança, conteúdo programático e cronograma proposto					
6	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de segurança e higiene.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras de segurança e potenciais riscos por actividade; ✓ Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual (EPI); ✓ Procedimento em casos de emergência. 	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLI-Sirius	- Sempre que necessário - Trimestralmente
7	Álcool: efeitos e consequências.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho; ✓ Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas sanções. 	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLI-Sirius	- Sempre que necessário - Trimestralmente
8	Prevenção e controlo de doenças.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (HIV/SIDA, sífilis, gonorréia); ✓ Regras de prevenção de doenças de veiculação hídrica (malária, diarreia, cólera); ✓ Medidas de prevenção e controlo da COVID-19. 	Todos os trabalhadores	Especialista da BRLI-Sirius	- Trimestralmente



MINAGRIF/PDAC



Área temática Segurança, conteúdo programático e cronograma proposto					
9	Postura de trabalho e manipulação de cargas.	<ul style="list-style-type: none">✓ Factores de riscos associados à manipulação de cargas.✓ Lesões associadas à movimentação manual/mecânica decargas.✓ Regras de segurança na condução de máquinas.✓ Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação decargas.	Todos os trabalhadores Sessões específicas para motoristas e operadores de máquinas.	Especialista da BRLI-Sirius	- Quando tiver trabalhador novo - Trimestralmente
10	Sinalização de Segurança.	<ul style="list-style-type: none">✓ Sinais de obrigatoriedade;✓ Sinais de proibição;✓ Sinais de aviso;✓ Sinalização de obstáculos e locais perigosos, e produtos químicos.	Todos os trabalhadores da obra.	Especialista da BRLI-Sirius	- Quando tiver trabalhador novo - Trimestralmente
11	Segurança rodoviária	<ul style="list-style-type: none">✓ Procedimentos gerais de segurança rodoviária;✓ Limite de velocidade;✓ Condução defensiva;✓ Importância do estado mecânico das viaturas e máquinas para prevenção de acidentes;✓ Procedimentos de comunicação em caso de acidente.	Condutores de viaturas em máquinas.	Especialista da BRLI-Sirius	- Quando tiver trabalhador novo. - Trimestralmente
12	Plano de emergência.	<ul style="list-style-type: none">✓ Procedimentos de evacuação;✓ Simulacro;✓ Prevenção e extinção de incêndio;✓ Primeiros socorros.	Todos os trabalhadores.	Especialista da BRLI-Sirius	- Quando tiver trabalhador novo. - Trimestralmente



MINAGRIF/PDAC



7.7. Plano de Prevenção de EAS/AS

Os princípios que regem este plano são:

- Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- Igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- O direito das mulheres e dos homens de viver sem violência.
- A defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- O reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade, harmonia individual e social;
- Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos;
- Promoção do progresso económico e social que favorece a equidade e igualdade do género.

O Plano define duas áreas estratégicas de intervenção, a partir das quais são organizados objectivos e resultados, bem como acções, a saber:

Área Estratégica: Prevenção, Consciencialização e Educação

O objectivo é a redução dos níveis de aceitação da violência baseada no género que se expressa nos seguintes resultados:

- Aumentado nível de consciencialização e conhecimentos sobre a exploração e assédio sexual nos espaços público e privados como uma violação dos direitos humanos;
- Aumento do envolvimento de líderes comunitários e fazedores de opinião na educação pública para a prevenção da EAS/AS nos espaços privados e públicos;
- Homens e rapazes participando na prevenção e combate a EAS/AS;
- Expandida a utilização das tecnologias de comunicação e informação para a prevenção da EAS/AS;
- Introduzidos mecanismos de reeducação e controlo de agressores de violência;
- Reduzidos os índices da EAS/AS.

Área Estratégica II: Resposta à EAS

O objetivo é expandir e melhorar a resposta à violência, orientando-se para os seguintes resultados:

- Consolidado o atendimento integrado para vítimas da violência através da área social das entidades locais onde são encaminhadas as denúncias que não são resolvidas internamente;
- Expandida a protecção e segurança das vítimas da violência pela Polícia Nacional;
- Assegurada a autonomia económica das vítimas de violência;
- Assegurada a formação e acesso ao emprego das mulheres vítimas de violência.

Este deverá ser executado semestralmente ou quando necessário.

7.8. Plano de Implementação do MSGR previsto pelo PDAC

O Mecanismo de sugestão e Reclamação já se encontra disponível e a funcionar.



MINAGRIF/PDAC



Estão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações. Os canais de recepção de sugestões/ reclamações específicas do PDAC, são:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes – Serão disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC serão implementados. Este método de reclamação exige que o reclamante saiba escrever, mas também permite que se mantenha em anonimato, caso seja a sua vontade;
- Linhas telefónicas gratuitas – O PDAC irá disponibilizar números de telefone gratuitos, que serão divulgados amplamente nas áreas de implementação dos subprojectos do PDAC. Os utilizadores destas linhas verdes podem também manter-se em anonimato caso assim o desejem;
- Endereços de email e endereços postais – O PDAC irá fornecer os emails do projecto, dos Representantes Provinciais e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda. Os interessados poderão contactar o PDAC via email ou via correios para emitir as suas sugestões ou reclamações;
- website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MSGR existente no website, são reencaminhadas para os emails dos especialistas de comunicação, ambiente e riscos sociais e género. Para aceder ao formulário de reclamações, o utilizador deverá usar o seguinte link: <https://pdac.ao>

O MSGR do PDAC considera acções, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS) que estão estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis
- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados
- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP
- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe
- Etapa 6 – Comunicação sobre o MSGR

Nesta etapa se desenvolve canais de comunicação que facilitem a participação pública, tendo em conta aspectos culturais e limitações de acesso às tecnologias de informação. Estes canais deverão incluir, uma



MINAGRIF/PDAC



linha verde telefónica, caixas de recepção de reclamações (físicas), trabalhar nas comunidades para criar formas de manifestações culturais.

Existe disponibilidade do MSGR para os trabalhadores do projecto e as partes afectadas com procedimentos específicos para atender os casos de EAS/AS. Considerar a realização e formação de pontos focais para o registo e gestão de reclamações na fazenda com auxílio e orientação da UIP do PDAC.

O MSGR estará disponível não só para os trabalhadores e proprietários como para todas as partes que possam ser afectadas pelo mesmo e que inclui procedimentos específicos para atender casos de EAS/AS.

Os pontos de entrada para apresentar reclamações além de caixas e formulário, haverá Pontos Focais que serão devidamente selecionados e formados para o registo e encaminhamento de reclamações. Para tal deve-se solicitar formulário de recebimento de reclamações atualizado à equipa social do PDAC.

Será facilitado o acesso à possibilidade de qualquer pessoa reclamar (individual ou coletivamente; e em anonimato ou não).

7.8.1. Acções de divulgação do MSGR

O material de divulgação é elaborado por uma empresa especializada em comunicação com o apoio e colaboração dos especialistas de salvaguardas Sociais e Ambientais, comunicação, com o envolvimento do departamento de Aquisições e a coordenação do subprojecto. A empresa tem as seguintes responsabilidades:

- Produzir materiais de comunicação e divulgação para consciencializar os beneficiários dos Planos de Negócio e os diferentes actores envolvidos na construção de infraestruturas e implementação de projectos agrícolas, quanto à aplicação de conceitos de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social.
- Produzir materiais de comunicação e divulgação para consciencializar as comunidades potencialmente afectadas pelos projectos, sobre conceitos de sustentabilidade ambiental e social.
- Produzir materiais para divulgar e promover a participação pública e a possibilidade/oportunidade de emitir opiniões ou reclamações relacionadas com as actividades do projecto.
- O proponente terá a responsabilidade de informar os seus trabalhadores e comunidades envolventes sobre a disponibilidade do MSGR, facilitar o acesso, disponibilizar um canal de recepção de reclamações/sugestões, mas os materiais de divulgação deverão ser produzidos pelo PDAC (website do PDAC para aceder ao formulário: <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>)
-



MINAGRIF/PDAC



7.8.2. Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR)

O principal propósito deste mecanismo é registar e resolver qualquer reclamação ou queixa que possa surgir durante as fases de desenho, implementação e operação dos subprojectos inscritos no PDAC.

Os níveis previstos são o nível comunitário (locais de implantação dos projectos), nível provincial (Representantes Provinciais), nível central (UIP) e judiciário.

Serão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações, a saber:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes (ver anexo);
- Linhas telefónicas gratuitas
- Endereços de email e endereços postais;
- O website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões.
- <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>

As queixas e reclamações devem ser enviadas para os seguintes contactos:

E-mail:

- info@dpac.ao
- msg@pdac.ao
- cuanzasul@pdac.ao
- ufcp@pdac.ao

contacto telefónico

- +244 935 834 494

7.8.3. Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual

Este mecanismo dá um tratamento especial às questões relacionadas com a VBG, principalmente quando se tratam de alegações/denúncias sobre Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas.



MINAGRIF/PDAC



O plano de acção prevê medidas de prevenção de EAS/AS a implementar em estreita colaboração com os proponentes, incluindo a adesão e subscrição do Código de Conduta pelo proponente e todos os trabalhadores afectos ao Plano de Negócios.

7.9. Plano de Consultas Públicas

As consultas públicas devem ser feitas antes da elaboração do PGAS e ao longo da implementação do subprojecto para informar a comunidade sobre o projecto PDAC, o plano de negócio da fazenda e os impactos ambientais e sociais que podem advir na implementação do subprojecto.

As consultas públicas têm como objectivo:

- Identificar as principais partes interessadas afetadas e / ou capazes de influenciar o subprojeto e suas actividades;
- Desenvolver um processo de envolvimento de partes interessadas que dê aos interessados uma oportunidade de influenciar o planeamento do projecto;
- Estabelecer mecanismos formais de reclamação / resolução;
- Definir relatórios e formas de monitorização para garantir a eficácia da consulta pública e revisões periódicas com base nos resultados.
- adequar as reuniões ao perfil dos grupos mais vulneráveis de uma comunidade de forma a garantir a sua participação no projecto.

7.9.1. Cronograma de implementação

Acções	Descrição	Responsabilidade	Cronograma
Palestras de sensibilização na fazenda sobre o violência laboral	A violência no local de trabalho definida como situações em que os trabalhadores sofrem insultos, ameaças, agressão ou quando são sujeitos a outros comportamentos ofensivos nas circunstâncias relativas ao seu trabalho, provocada por pessoas que pertencem e por pessoas que não pertencem à organização.	Proponente	Mensal
Palestra de sensibilização sobre o trabalho infantil	É todo o trabalho realizado por crianças com idade inferior a 14 anos de idade e que as impede de frequentar a escola e de ter um desenvolvimento físico, mental espiritual, moral e social pleno.	Proponente/Autoridades locais de protecção a criança	Semestral
Divulgação do MSGR;	Dar a conhecer a população do mecanismo as populações vulneráveis e toda a população	Proponente/TSP BRLi-Sirius	Semestral
Palestras de sensibilização e prevenção EAS/AS e VBG	Sensibilizar a população no geral a fazer denuncia as autoridades locais ou pelo mecanismo do PDAC como forma de prevenção e combate a este tipo de violência	TSP BRLi-Sirius/Autoridades locais no ramo da reinserção social	Semestral



MINAGRIF/PDAC



Palestra de prevenção a Covid 19 e as DST's	Formas de prevenção e tratamentos já existentes	TSP BRLi-Sirius/ profissional da área da saúde local	Trimestral
Prevenção das queimadas não autorizadas	A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas.	Proponente/ autoridades locais e TSP BRLi-Sirius	Início e fim de época



MINAGRIF/PDAC



8. CUSTOS ESTIMADOS

Tabela 33: Estimativa de custos

ESTIMATIVAS DE CUSTOS			
Medidas	Custos (AOA)	Observações	Responsabilidade
Mudas para reflorestação da fazenda e estabilizar as superfícies do solo expostas(eucaliptos, pinheiros, cedros, acácias, leguminosas)	150 000,00 Kzs	A vegetação existente na área a limpar é maioritariamente herbácea.	Proponente
Área de armazenamento temporário de resíduos (perigosos e não perigosos	200 000,00 Kzs		Proponente
Contedores para a separação de resíduos na fonte (grandes e pequenos)	300.000,00 Kzs		Proponente
Fornecer aos trabalhadores, equipamentos de proteção individual(EPI) adequados; Usar vestuário de proteção apropriado, tais como: Camisa de mangas compridas, calças compridas, botas plásticas, chapéu, luvas; Manter no local material para prestar primeiros socorros, o pessoal treinado deve estar disponível.	100. 000,00 Kzs		Proponente
Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST)	150 000,00 Kzs		Proponente
Adopção de medidas de biossegurança, uso de máscaras, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool em gel.	200.000,00 Kz		
Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem	300.000,00 Kzs		Proponente
Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; Manter no local material para prestar primeiros socorros e pessoal treinado deve estar disponível.	50 000,00 Kzs		Proponente
Gestão das produções de forma rigorosa, seguindo os padrões técnicos propostos, e com acompanhamento da equipa de consultores			Proponente
Criar áreas de repouso específicas para homens e mulheres na fazenda	200.000,00 Kzs		Proponente
Proporcionar treinamento e / ou sensibilização sobre gestão de resíduos, HSST; Emergências, manuseio de resíduos tóxicos e perigosos, direitos humanos, direito laboral, conservação da fauna e flora, direito da criança e tipos de violência e sua prevenção/ denuncia, doenças transmissíveis e métodos de prevenção.	100 000,00 Kzs		Proponente
-Correcta disseminação de informações sobre oportunidades de emprego e de negócios; - Priorizar os trabalhadores locais nas oportunidades de emprego existentes; - Interação contínua entre o projecto e moradores locais para garantir que as	100.000,00 Kzs		Proponente



MINAGRIF/PDAC



ESTIMATIVAS DE CUSTOS			
Medidas	Custos (AOA)	Observações	Responsabilidade
expectativas sejam correctamente geridos. - Indução da equipa na protecção da biodiversidade. -Programa de conscientização da comunidade sobre a conservação da fauna e flora.			
Todos trabalhadores afectos ao PN deverão ter contratos de trabalho, salário mínimo assegurado segundo a Lei Geral do Trabalho.	100.000,00 Kzs		Proponente
Adopção de medidas de biossegurança, uso de máscaras no local de trabalho, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool em gel	100 000,00 Kzs	O limitado conhecimento das condições de propagação da Covid 19 pode aumentar o nível de contaminação na área do subprojecto e na comunidade	Proponente
TOTAL			2.000.000,00 Kz



MINAGRIF/PDAC



9. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO

Nas tabelas seguintes são apresentados os impactos ambientais e sociais do subprojecto, as medidas de mitigação, o responsável pela aplicação dessas medidas, os indicadores de verificação e a frequência de verificação dessas medidas.

9.1. Propósito

As acções de implementação das medidas de mitigação serão coordenadas pelo Proponente cujas capacidades ser-lhe-ão administradas pelo Especialista Ambiental e Social da BRLI/Sirius. A equipa do TSP também terá a responsabilidade de realizar o acompanhamento do progresso da implementação das medidas de mitigação e salvaguardas ambientais e sociais durante a implementação do Plano de Negócio. Outros objectivos incluem:

- Determinar se o projecto está sendo realizado em conformidade com as salvaguardas ambientais e sociais e acordos legais;
- Identificar problemas que possam surgir durante a implementação e recomendar formas para resolvê-los;
- Recomendar alterações na concepção/design, conforme o caso, na medida em que o subprojecto evolui ou as circunstâncias mudam;
- Identificar os principais riscos para sustentabilidade do subprojecto e recomendar estratégias de gestão de riscos adequados ao Proponente.

9.2. Meios de verificação e indicadores de execução

Constituem os meios mensuráveis de medição. A sua tradução pode ser expressa em número, percentagem ou localização tangível de um determinado impacto. No presente PGAS foram definidos alguns indicadores, nomeadamente:

- Extensão da área limpa;
- % de área agrícola em pousio durante época 1/época 2;
- % da área agrícola explorado a seguir tecnologia de sementeira directa;
- % da área agrícola com produção de adubos verdes;
- Existência de Plano de resíduos sólidos;
- Locais de descarte de embalagens de agroquímicos;
- Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos;
- Indicadores de erosão



MINAGRIF/PDAC



- Monitoria da presença/existência de sinais visíveis de erosão dos solos
- Percentagem de solos com sementeiras deficientes por causa de erosão
- Existência de obras/sistema anti erosiva funcional e avaliação da sua eficiência
- Práticas conservacionistas (parcelamento em curvas de níveis, trabalho do solo e sementeiras a seguir curvas de níveis, cercamento das parcelas com vegetação perene, uso da sementeira direita, etc.
- Indicadores de baixa/melhoramento da fertilidade
- Doses de cal aplicadas, frequência das aplicações e pH do solo
- Existência e implementação dum plano de gestão da fertilidade dos solos da fazenda
- Quantidades de adubo usado por cultura e avaliação das dosas de fertilizantes aplicados por campanha/cultura
- Sinais de baixa ou aumento da fertilidade dos solos (plantas indicadoras de fraca fertilidade, sinais de carências nas plantas, baixas de rendimentos etc.)
- Existência de equipamento de protecção individual;
- Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos;
- Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social;
- Disponibilidade de água potável para os trabalhadores;
- Relatórios de sessões de campanha contra Covid 19, HIV/SIDA, VBG, e outros assuntos.

9.3. Acompanhamento

- Relatórios de monitoria trimestrais, semestral e anuais partilhados pelo TSP BRLI Sirius com a UIP ilustrando claramente o estágio de progresso, lições aprendidas e questões emergentes decorrentes da aplicação do plano de mitigação dos impactos adversos;

Os relatórios sobre as actividades de consulta pública, formações e palestras devem constar os temas abordados, número de participantes, tipo de função e referenciar homens e mulheres.

- Fotografias e mapas ilustrativos do progresso da aplicação das medidas de mitigação dos impactos negativos ambientais e sociais;
- Visitas de campo unilaterais e conjuntas realizadas pelo TSP BRLI Sirius e UIP.



MINAGRIF/PDAC



Tabela 34: Plano de Monitoria de impactos da fazenda CATEMO LS & SS, LDA

PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA CATEMO LS & SS, LDA				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Limpeza de terreno e Erosão dos solos	Minimizar a exposição de solo com risco de erosão: A limpeza do terreno e vegetação deve ser mínima para reduzir a exposição do solo. A vegetação existente deve ser conservada quando possível. Em zonas não cobertas será plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas). Minimizar as perturbações à flora e fauna: as zonas de vegetação sensível deverão ser vedadas; limpeza e organização do local, mantendo a área sempre limpa	Proponente implementação; BRLI/Sirius acompanhamento formação	na sementeiras deficientes por causa de erosão - no avaliação da sua eficiência - Práticas e conservacionistas (parcelamento em curvas de níveis, trabalho do solo e sementeiras a seguir curvas de níveis, cercamento das parcelas com vegetação perene, uso da sementeira direita, etc.	1 vez por ano
Fertilidade dos solos	Gerir/aumentar a fertilidade dos solos através de técnicas agro-biologias (adubos vedes, restituições dos resíduos, uso de composto, técnica de sementeira directa) como com o uso eficiente dos adubos químicos,	Proponente implementação; BRLI/Sirius acompanhamento formação	na Doses de cal aplicadas, frequência das aplicações e no de gestão da fertilidade dos solos da fazenda- e Quantidades de adubo usado por cultura e avaliação das dosas de fertilizantes aplicados por campanha/cultura - Sinais de baixa au aumento da fertilidade dos solos (plantas indicadoras de fraca fertilidade, sinais de carências nas plantas, baixas de rendimentos etc.)	1 vez por campanha
Contaminação por agroquímicos	Manusear e aplicar pesticidas seguindo as recomendações para o manuseamento de materiais perigosos apresentado nas Directrizes gerais de SSMA; Não usar pesticidas que se enquadram nas classes de perigo 1a (extremamente perigoso) 1b (altamente	Proponente implementação; BRLI/Sirius acompanhamento formação	na - Locais de armazenamento de agrotóxicos no separados de outros produtos e fechado a chave; - N° e de trabalhadores equipados com material de protecção; - Disponível no local plano de gestão de	Por campanha agrícola depois de uma boa programação



MINAGRIF/PDAC



PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA CATEMO LS & SS, LDA

IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Geração de resíduos perigosos (embalagens de agroquímicos e outros químicos de manutenção de maquinaria).	perigoso) da OMS; Proporcionar treinamento adequado ao pessoal envolvido na pulverização de pesticidas; manter os armazéns de pesticidas separados dos fertilizantes e de produtos agrícolas - Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final. - Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos. - Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem.	Proponente na implementação; BRLI/Sirius no acompanhamento e formação; PDAC na monitoria & avaliação	resíduos – conhecimentos das regras de urgência em caso de envenenamento - Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria – Ausência de lixo espalhado para todos lados na fazenda – os trabalhadores conhecem e aplicam as regras de gestão de químicos	-Semestral
Contaminação por hidrocarbonetos (vazamento de óleos e combustíveis)	- Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final. - Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos. - Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem.	Proponente na implementação; BRLI/Sirius no acompanhamento e formação; PDAC na monitoria & avaliação	Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria	- Semestral
Geração de resíduos orgânicos	Aproveitar os resíduos sólidos gerados na zona rural e pode ser feito em compostagens, na forma de adubação orgânica, em biodigestores para produção e outras técnicas.	Proponente	Locais para a compostagem; áreas com vegetação incorporada no solo – Uso de composto biológico nas culturas	- 1 vez por época agrícola
Existe o risco de impactar a saúde dos operários e	Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST)	Proponente	- Disponibilidade de Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional aprovado pela Autoridade Publica de Segurança Social – implementação dum	- 1 vez por semestre



MINAGRIF/PDAC



PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA CATEMO LS & SS, LDA				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
comunidades locais durante a operação do projecto	Garantir o abastecimento de água adequado para responder aos consumos efectivos dos trabalhadores		acompanhamento sanitário e medical dos trabalhadores – definição de regras de segurança – existência duma mala de 1º seguros -	
Risco de desemprego no seio dos trabalhadores eventuais	Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a melhorar os sistemas tradicionais de agricultura com agricultura melhor adaptada ao clima e solo e mais produtiva, com sistemas de irrigação eficiente	Proponentes com o apoio do TSP BRLI-SIRIUS	Número de trabalhadores que cultivam campos nas baixas e que adoptam melhoramentos tecnológicos	Anual
Riscos de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género dentro da fazenda;	Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso;	Proponente com apoio do TSP	Existência de dois espaços na fazenda: 1 para senhoras e outro para senhores, bem sinalizados	Anual
Potencial violação dos direitos trabalhistas;	Implementação dum Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR) Acompanhar o proponente na gestão dos trabalhadores e no cumprimento das suas obrigações que constam na lei geral do trabalho	Proponente com o apoio do TSP BRLI-SIRIUS	Existência de latrinas separadas para os sexos	
Violência e desigualdades de género e trabalho infantil	Aumentar as competências internas, mediante formações dos trabalhadores		Declaração de todos os trabalhadores permanentes- Existência duma pasta para cada trabalhador – pagamento dos custos INSS para todos os trabalhadores - Número de trabalhadores que capacitados e que demonstrem as suas habilidades	Semestral
	Sensibilização dos trabalhadores da fazenda sobre os direitos humanos, utilizando panfletos; - Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; Cumprimento da legislação trabalhista nacional	Proponente, Administração Local com o apoio da BRLI-SIRIUS	Pequenas brochuras e panfletos sobre direitos humanos e igualdade do género; 2 sessões de sensibilização por ano	Semestral



MINAGRIF/PDAC



PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA CATEMO LS & SS, LDA				
IMPACTOS	MITIGAÇÕES	RESPONSÁVEL	INDICADORES	FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Condições sanitárias das populações	que estabelece uma idade mínima para o trabalho; - Cumprir com a convenção da OIT e da sobre os direitos da Criança - Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante Fornecer informação, educação e comunicação sobre uso seguro de água e comportamentos de higiene. – Implementar medidas de luta contra vectores de transmissão de doenças.	Proponente	Números de pontos de água potável existente; Números de casas de banho existente	Semestral

Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o projecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente.



MINAGRIF/PDAC



10. CONSULTA PÚBLICA

10.1. Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública

Tabela 35: Comentários recebidos e respostas

Comentários recebidos	Respostas a estes comentários	Âmbito de resolução
Atrasos nos desembolsos dos valores previstos para os Planos de Negócios	O financiamento de um Plano de Negócio obedece às várias etapas, a primeira das quais é a recolha de informações sobre o local de implementação do subprojecto, seguida da elaboração conjunta de um estudo de viabilidade e do plano de negócio. Depois da aprovação do plano de negócio pelo CTI (Comité Técnico de Implementação) é realizada a consulta pública cujo relatório é anexado ao PGAS (Plano de Gestão Ambiental e Social). É importante referir que muitas das vezes os proponentes levam algum tempo para a entrega dos documentos exigidos como condição para aderir ao projecto. Depois de cumpridas estas etapas, o projecto estará em condições de ser aprovado, ou não, dependendo das decisões das estruturas financiadoras.	A ser resolvida no âmbito do PDAC
Preocupações com as queimadas anárquicas que se registam no município, na província e no país em geral e, na área de implementação do subprojecto em particular;	As queimadas anárquicas constituem um problema nacional, isto é, não afecta apenas as áreas onde o subprojecto está a ser implementado. A legislação ambiental em vigor proíbe as queimadas anárquicas, tendo em conta os impactos negativos que estas práticas seculares provocam ao meio ambiente e não só. O problema é o cumprimento da lei. A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. Esta actividade deverá ser permanente.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais Tanto o PDAC como o proponente também irão reforçar palestras de sensibilização para não praticarem queimadas
Problemas em relação aos trabalhadores efectivos quando há óbito na aldeia vizinha	Para contornar a problemática dos óbitos, o proponente dispensa o funcionário durante dois dias caso seja um familiar directo e caso contrário a dispensa será de 1 dia	Esta situação deverá ser gerida pelo proponente
Assaltos constantes, concorrentes com roubos, que se registam nos campos dos produtores agrícolas, por partes de indivíduos desconhecidos, sobretudo para as culturas de grãos;	Para contornar a situação dos roubos o Plano de Negócio da fazenda TECH ONS LAND, Lda prevê na rubrica Mão-de-obra, 2 seguranças que serão pagos com recursos do projecto.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais



MINAGRIF/PDAC



Sugerem a necessidade de se encontrar um lugar para a destinação dos resíduos produzidos na fazenda, pelo facto de o local de depósito dos resíduos definidos pela Administração estar distante dos locais da fazenda.	O TSP ficou com incumbência de contactar com o proponente a Administração Municipal para dar seguimento à proposta.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais
A baixa dos preços do milho, feijão e soja que se registam neste momento nos mercados formal e informal, que pode comprometer o reembolso caso Plano de Negócio seja aprovado;	Para contornar os efeitos da baixa dos preços dos grãos nos mercados, foram propostas duas saídas. A primeira é o armazenamento dos produtos para serem vendidos na altura de maior procura e preços atractivos. A outra seria, propor junto das autoridades administrativas locais, a venda dos grãos à Reserva Nacional Estratégica.	A ser atendidas pelas entidades governamentais locais

11. Outros Aspectos

11.1. Padronização das actividades previstas no processo produtivo

A padronização das actividades do processo produtivo também faz parte do plano de higiene e segurança do trabalho. O fazendeiro deverá criar esquemas que mostrem quem é o responsável por uma determinada tarefa, bem como os passos para que ela seja cumprida de tal forma que, caso algo venha a falhar, será possível fazer a pronta identificação e tomar as medidas necessárias para que isso não volte a acontecer.

11.2. Reporting e Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatórios



Tabela 36: Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatório

Tabela de Calendário de Implementação e Relatórios													
	ano 1												
	época 1					época 2					cacimbo		
	Ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mal	jun	jul	ago
Medidas de mitigação													
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limites de parcelas, superfícies de cada parcelas, áreas preservadas, área das infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras													
Elaboração do plano de parcelamento da fazenda													
Decisão sobre as medidas anti erosivas a implementar													
realização das medidas e obras de parcelamento e anti erosivas													
Viveiro de plantas para cercamento das parcelas													
Implementação de Programa de Gestão de uso de agroquímicos (Fertilizantes e agroquímicos)													
Planeamento da produção (rotação, sementeira por cultura, agenda de trabalho, dose e tempo de aplicação de fertilizantes, uso de agro químicos com produtos, doses e datas de aplicação)													
compra dos agroquímicos													
preparação dos equipamentos de tratamento (manutenção, ajustamento)													
Distribuição dos equipamentos de segurança e formação dos trabalhadores no uso dos pesticidas e medidas de segurança													
Elaboração dum manual técnico sobre o uso de agroquímicos, regras de segurança, etc.													
Formação treinamento dos trabalhadores da fazenda designados para tomar conta dos tratamentos													
implementação do programa de uso de agroquímicos (fertilizantes e pesticidas) conforme planeado													
Preparação e implementação de um Programa de HSST													
elaboração do programa HSST													
Compra dos produtos e equipamentos incluídos no Programa HSST													
Realização das obras de infraestruturas incluídas no programa HSST													
Elaboração dum regulamento interno sobre normas e procedimentos HSST													
Formação treinamento dos trabalhadores da fazenda sobre regulamento interno e procedimentos HSST													
Implementação das medidas do programa HSST													
Promover campanhas de sensibilização do HIV/SIDA na fazenda e nas comunidades circunvizinhas													
Elaboração dum programa de sensibilização													
Formação do proponente pela experta social do PDAC sobre HIV/SIDA													
Realização duma sensibilização para os trabalhadores da fazenda													
Adoção de medidas de biossegurança, uso de máscaras no local de trabalho, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool e gel e distanciamento social													
Elaboração dum programa de sensibilização													
Formação do proponente pela experta social do PDAC sobre HIV/SIDA													
Compra dos equipamentos mínima de proteção													
elaboração dum regulamento mínimo sobre medidas de biossegurança													
sensibilização dos trabalhadores permanentes e eventuais													
Monitorização (Prevista monitoria regular no primeiro ano, pois é qo arranque da implementação do PGAS) Será feita uma visita bi mensal nos 6 primeiros meses para ser depois trimestral													
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limites de parcelas, superfícies de cada parcelas, áreas preservadas, área das infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras			X	X	X					X			X
Extensão da área limpa e extensão com calagem			X	X	X					X			X
Superfície e % de área sem culturas, nem cobertura viva ou morta durante as épocas de cultivo			X	X	X					X			X
Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação			X	X	X					X			X
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme			X	X	X					X			X
Existência de equipamento de proteção e uso conforme			X	X	X					X			X
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efetivos; trabalhadores declarados			X	X	X					X			X
Existência de plano de HSST aprovada pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme			X	X	X					X			X
Disponibilidade de água potável			X	X	X					X			X
Disponibilidades de sanitas			X	X	X					X			X
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA			X	X	X					X			X
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamental dentro da fazenda			X	X	X					X			X
As visitas de monitoria serão multidisciplinares tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS													
Fortalecimento institucional													
Consulta Pública: A consulta pública é realizada antes do lançamento do Plano de Negócio e não entra nessa tabela													
Implementação do PGAS													
Monitorização e avaliação do PGAS			X	X	X					X			X
Treinamento e assistência técnica													
Treinamento do proponente sobre o PGAS e as diferentes medidas de mitigação													
assistência técnica no plano de parcelamento da fazenda e medidas anti erosivas													
assistência técnica na planeamento pormenorizada das produções e necessidades de insumos													
formação sobre uso de químicos para o proponente e pessoal													
Outras Capacitação do Proponente													
Relatórios: Previsão de 2 relatórios anuais, o primeiro para avaliar a primeira campanha e medidas de mitigação implementadas (previsão de entrega em março) e a segunda para a segunda campanha e cacimbo e medidas de mitigação (previsão de entrega em setembro)													
Relatórios de Progresso									X				



MINAGRIF/PDAC



Actividade	Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3
Medidas de mitigação												
Durante os anos 2, 3 e 4 a implementação das medidas de mitigação vai consistir na manutenção e melhoramento do que foi realizado no primeiro ano de arranque do projecto												
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda e implementação de medidas anti erosivas de drenagem e outras												
Extensão da área limpa e extensão com calagem												
Superfície e % de área sem culturas, nem cobertura viva ou morta durante as épocas de cultivo	época 1	época 2			época 1	época 2			época 1	época 2		
Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação												
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme	época 1	época 2			época 1	época 2			época 1	época 2		
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	época 1	época 2			época 1	época 2			época 1	época 2		
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos; trabalhadores declarados												
Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme												
Disponibilidade de água potável												
Disponibilidades de sanitas												
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA												
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamental dentro da fazenda									?	?	?	?
Monitorização (A partir do segundo ano a monitorização será semestral, a primeira em setembro para avaliar o planeamento realizado e campanha agrícola época 2 e cacimbo e a segunda em fevereiro para avaliar a campanha agrícola 1)												
plano de parcelamento geral da fazenda respectidos e eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras mantidas e melhoradas	X		X		X		X		X		X	
Extensão da área limpa e extensão com calagem	X		X		X		X		X		X	
Superfície e % de área sem culturas, nem cobertura viva ou morta durante as épocas de cultivo	X		X		X		X		X		X	
Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) implementado conforme	X		X		X		X		X		X	
Protocolo de aplicação de pesticidas e químicos aplicado conforme	X		X		X		X		X		X	
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	X		X		X		X		X		X	
Existência de contrato de trabalho para todos os trabalhadores efectivos; trabalhadores declarados	X		X		X		X		X		X	
plano de HSST aplicado conforme	X		X		X		X		X		X	
Disponibilidade de água potável	X		X		X		X		X		X	
Disponibilidades de sanitas	X		X		X		X		X		X	
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA	X		X		X		X		X		X	
Adopção de medidas de biossegurança contra Covid 19	X		X		X		X		X		X	
As visitas de monitoria serão multidisciplinares tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS												
Fortalecimento institucional												
Consulta Pública realizada antes do início do Plano de Negócio												
Implementação do PGAS												
Monitorização e avaliação do PGAS	X		X		X		X		X		X	
Treinamento												
Capacitação do Proponente												
O proponente receberá minimamente uma capacitação anual com muitos assuntos relacionados com o PGAS												
Relatórios (Previsão de 2 relatórios anual para o seguimento do PGAS)												
Relatórios de Progresso	X		X		X		X		X		X	

Tabela 37: Monitorização a partir do 2º ano de implementação

Actividade	Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3
Medidas de mitigação												
Durante os anos 2,3,4 a implementação das medidas de mitigação vai coincidir com a manutenção e melhoramento do que foi realizado no primeiro ano de arranque do projecto												
Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda e implementação das medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras												
Extensão da área limpa e extensão com calagem												
Superfície e % de área sem culturas, nem cobertura viva ou morta durante as épocas de cultivo	época 1	época 2										
Existência de Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementação												
Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme	época 1	época 2			época 1	época 2			época 1	época 2		
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	época 1	época 2			época 1	época 2			época 1	época 2		
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos, trabalhadores declarados												



MINAGRIF/PDAC



Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social e aplicação conforme																				
Disponibilidade de água potável																				
Disponibilidades de sanitas																				
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA																				
Relatório de sessões de sensibilização contra Covid 19 e respeito das medidas governamentais dentro da fazenda																				
Monitorização (a partir do 2º ano será semestral, a 1ª em setembro para avaliar o planeamento realizado e campanha agrícola época 2 e cacimbo e a 2ª em fevereiro para avaliar a campanha agrícola 1)																				
Plano de parcelamento geral da fazenda e implementação das medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras medidas melhoradas	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Extensão da área limpa e extensão com calagem	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Superfície e % de área sem culturas, nem coberta viva ou morta durante as épocas de cultivo	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Plano de resíduos sólidos (incluindo locais de descarte de embalagens de agroquímicos) e implementado conforme	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Protocolo de aplicação de pesticidas e químicos e aplicação conforme	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Existência de equipamento de proteção e uso conforme	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos, trabalhadores declarados	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Plano de HSST aplicado conforme	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Disponibilidade de água potável	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Disponibilidades de sanitas	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Relatórios de sessões de sensibilização contra HIV/SIDA	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Adopção de medidas de biossegurança contra HIV/SIDA	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Adopção de medidas de biossegurança contra Covid 19																				
As visitas de monitoria a serão multidisciplinar tomando em conta a totalidade das medidas de mitigação do PGAS																				
Fortalecimento institucional																				
Consulta pública realizada antes do início do Plano de Negócio																				
implementação do PGAS																				
Monitorização e avaliação do PGAS	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	
Treinamento																				
Capacitação do proponente																				
Relatórios: Previsão de 2 relatórios anuais para o seguimento do PGAS)																				
Relatórios de Progresso	X		X		X		X		X		X		X		X		X		X	

Tabela 38: Periodicidade de entrega de relatórios

Tipo de relatórios	periodicidade de submissão
Monitorização da implementação do PGAS;	Trimestral
Reclamações e não conformidades recebidas, incluindo acções correctivas e consequências	quando for necessário
Monitorização das condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores, bem como das condições de saúde e segurança ocupacional	Trimestralmente
Sensibilização da prevenção da violência baseada no género e assédio sexual e conhecimento do MSGR	Trimestral
Sessões de Sensibilização contra o HIV/ SIDA e COVID 19 e respeito das medidas governamentais dentro da fazenda	Trimestral
Formação sobre riscos e acidentes e atendimento de emergências	Trimestral
Monitoramento de pragas	Fim de cada época
Gestão de resíduos (formação e monitoramento)	Semestral
Uso de EPI's e manuseio de substâncias perigosas (formação e monitoramento)	Semestral e quando for necessário



MINAGRIF/PDAC



Avaliação ambiental e social de cada fazenda	Fim de cada época
Capacitação do proponente sobre a implementação do PGAS	Início de época
Implementação dos planos indicados	Trimestralmente



MINAGRIF/PDAC



12. ANEXOS

12.1. Anexo I: Relatório da Consulta Pública

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA sobre Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócio formulado para FAZENDA “CATEMO LS & SS LDA”

Aos 27 de Setembro de 2022, no período das 8h30min – 13h 50 min, teve lugar na aldeia de Messele 1º, sede da Fazenda Catemo LS & SS, Lda, uma reunião de Consulta Pública sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios (PN) da Fazenda. **CATEMO LS & SS LDA”, na qual o Proponente é o senhor Luís Sabino Sampaio.**

A referida reunião teve os seguintes objectivos:

Objectivo Geral:

Consulta Pública sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios a ser implementado na aldeia de Messele 1º, comuna da Chipipa, município do Huambo, província do Huambo, onde o PDAC está a ser implementado.

Objectivos específicos:

- Apresentar publicamente o PGAS tendo como referência o documento da Fazenda Catemo LS & SS Lda e os populares da aldeia Messele 1º, onde a fazenda conta potencialmente com a mão-de-obra.
- Permitir que as partes interessadas (promotores e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente às questões de salvaguardas ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres deficientes, viúvas e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

A consulta pública contou com a presença de **35** participantes dos quais **24** mulheres, entre eles o Proponente, trabalhadores da fazenda, Soba da aldeia, seculo e membros das aldeias vizinhas. O encontro foi orientado pelo Engenheiro Daniel Sassupe Especialista das salvaguardas ambientais e sociais da BRLi-SIRIUS, coadjuvado pelos Colegas Evaristo Wenda Simão. e Juliana Afonso Tchimuku.

Teve como agenda:

- Apresentação do projecto;
- Principais impactos ambientais e sociais;
- Apresentação do MSGR (Mecanismos de sugestões e Gestão de Reclamações);
- Apresentação das preocupações das partes interessadas e devidos esclarecimentos.
- Diversos

No que diz respeito ao primeiro ponto da agenda (Apresentação do projecto), os participantes, foram informados de que, o projecto prevê cobrir uma extensão de 90 ha de sequeiro, com as culturas de Milho,



MINAGRIF/PDAC



Feijão, Soja e Batata doce. e a produção de ovos para consumo e para incubação e venda de pintos do dia e de três semanas, para outros avicultores da Província do Huambo, com as aves exploradas em piso, em sistema semi-intensivo, com acesso a parques de pastoreio e alimentadas com matérias-primas produzidas na própria fazenda.

Explicou-se aos participantes que o projecto terá a duração de 5 anos, nos primeiros 2 anos será usada média tecnologia e a partir do 3º ano será usada a alta tecnologia. Para que isto seja um facto o proponente, contará com a força de trabalho, para além dos trabalhadores efectivos, que são um total de 35 pessoas, dos populares da aldeia Messele 1º, populares das aldeias vizinhas(Chipipa protestante, Bumba Ilombe, Chimbande, Canjile e Messele 2º).

Sobre os principais impactos ambientais e sociais

Neste capítulo, abordamos os aspectos relativamente a:

- Queimadas
- Gestão dos resíduos sólidos
- Saúde e segurança ocupacional
- Covid 19
- Gestão de pragas e doenças
- Apresentação do MSGR (Mecanismos de sugestões e Gestão de Reclamações)

Felizmente na fazenda nunca houve alguma queimada da vegetação, no entanto a população foi sensibilizada de que não deverá realizar queimadas nas suas lavras, em detrimento das práticas dos nossos ancestrais, invocando as desvantagens que causam para a flora e fauna existentes localmente. A fazenda Catemo LS & SS LDA, tem várias áreas de reserva de espécies vegetais nativas, o que é muito bom. Conservando deste modo o habitat de espécies animais e vegetais.

Quanto a gestão dos resíduos sólidos, a fazenda já deu um passo importantíssimo, que é a abertura de um pequeno aterro sanitário, que deverá ser melhorado nos próximos dias, a comunidade em geral foi chamada a seguir este exemplo, para que tenhamos um ambiente cada vez mais protegido. Houve ainda uma orientação ao proponente, para a criação de condições de acondicionamento de todo o lixo que a fazenda poderá produzir, dado o aumento da área a ser trabalhada nos próximos anos.

No que diz respeito aos recursos hídricos, não há problema nenhum, porque a fazenda tem uma nascente e próximo da fazenda há um **rio Calilongue** de caudal permanente durante todo ano., e o proponente bombeia a água da nascente para um tanque reservatório com capacidade de **40.000 litros**, que usam para o consumo e para todos os quartos existentes na fazenda. Não existe conflito de terra, a fazenda está devidamente legalizada e os populares e as autoridades tradicionais confirmam este facto.

Ainda sublinhar que o proponente tem distribuído plantas de limoeiro, laranjeiras para a comunidade de Messele 1º para o fomento a produção de citrinos.



MINAGRIF/PDAC



Muitos jovens da comunidade de Messsele 1º, aprenderam a fazer enxertia na fazenda e inclusive o tractorista encontrado por nós, também deu seu testemunho de que aprendeu a trabalhar com o tractor na fazenda, jovem de apenas 20 anos de idade.

Ainda o proponente tem em carteira a construção de um jango comunitário com uma TV, para a comunidade ter acesso as informações do país e não só.

SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Sabendo que poderão existir eventualmente acidentes de trabalho, pelo uso regular de máquinas, equipamentos e outros instrumentos de trabalho, a fazenda deverá estar equipada com kit de primeiros socorros, onde terá o mínimo de medicamentos para poder acudir quaisquer situações, caso venha a acontecer durante a realização dos trabalhos no campo. Os trabalhadores efectivos da fazenda devem ter o mínimo de equipamentos para trabalhar a terra, como botas plásticas, luvas etc, ainda neste ponto, aproveitou-se falar sobre a exigência dos trabalhadores terem contrato de trabalho por escrito.

COVID 19

O proponente, tem a obrigação de criar as condições mínimas de protecção para todos os funcionários, isto é a compra de máscaras, álcool em gel, sabão azul para a lavar as mãos sempre que for necessário e outros meios que fazem parte da luta e/ou prevenção contra esta doença.

GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS.

Ficou a recomendação expressa de que o proponente deve adquirir o equipamento de protecção para realizar tarefas de luta contra pragas e doenças, nomeadamente, fato, máscaras, luvas impermeáveis, óculos, botas próprias. E deve ter muita atenção no acto da lavagem dos equipamentos que não seja próximo das fontes de água, para evitar possíveis contaminações com os agrotóxicos.

APRESENTAÇÃO DO MSGR (MECANISMOS DE SUGESTÕES E GESTÃO DE RECLAMAÇÕES)

Apresentou-se o MSGR, que o principal propósito deste mecanismo é registar e resolver qualquer reclamação ou queixa que possam surgir durante a implementação do projecto.

É um mecanismo que deve garantir que reclamações e sugestões que surgem durante as diferentes fases do projecto sejam abordadas de modo transparente sem facilitar nenhum dos intervenientes(actores) e contribuir para o melhoramento da qualidade do projecto.

Todas as queixas e reclamações apresentadas quer pelos trabalhadores da fazenda contra os proprietários ou eventuais problemas do projecto, devem ser apresentadas ao TSP, que utilizando canais próprios definidos pelo MSGR encaminhará à UIP central ou à sua representação provincial. A ficha de reclamação deve conter informações necessárias, descrevendo de forma concisa a situação e informar que o autor da queixa pode ser anónima caso queira.

Durante a consulta pública, surgiram várias perguntas, por parte dos populares, tais como:



MINAGRIF/PDAC



Comentários recebidos e respostas

- Questão da empreitada diária

- Falta de documentação dos funcionários

- o proponente sublinhou que tem se verificado muito atraso no desembolso dos valores, o que, de certa maneira pode influenciar em muitos aspectos negativos, como exemplo a oscilação cabial, o tempo para poder plantar ou semear, etc...

Portanto estas questões colocadas, algumas serão da inteira responsabilidade do proponente em poder resolver junto da população, sobretudo da aldeia Messele 1º.

Observações

Durante a visita a sede de vida da fazenda, podemos constatar a existência de várias infraestruturas.

Com relação ao pagamento de trabalhadores eventuais / dia, a comunidade clama pelo preço praticado pelo proponente, que é de **700 kz**. A comunidade gostava que o proponente aumentasse o valor da diária, pelo menos até **1000kz/ dia**.



MINAGRIF/PDAC



12.1.1. Anexos da consulta pública: Lista de Presença e Fotografias

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA

Subprojecto: Localidade: Aldeia Nesek Comuna Chizipa Município Huambo Província Huambo
 Data 27 / 09 / 2022
 Hora 8h:30 a 13h:30

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição	Contacto / e-mail	Observações
1	Armando Chitanga	Catapuzeta	949821004	
2	Emmanuel Evisimbio	Sala da Aldeia	934882089	
3	Antalomen Sateluzipa	Sala Aldeia		
4	Hui sapina sexual / sapinao	Fazenda	930938808	Emmanuel Evisimbio
5	Maria Cingale	Fazenda		Trabalhadora
6	Lucia Fidalgo	"		"
7	Maria Fidalgo	"		"
8	Maria Fidalgo	"		"
9	Maria Fidalgo	"		"
10	Justina Fidalgo	"		"
11	Felicia Nankumbi	"		"

12	Rafina Nankumbi			Trabalhadora eventual
13	Edigiana Chitanga			"
14	Adelina Chitanga			"
15	Luísa Nankumbi			"
16	Maria Fidalgo			"
17	Luísa Nankumbi			"
18	Verónica Calhaz			"
19	Edigiana Nankumbi			"
20	Edigiana Nankumbi			"
21	Edigiana Nankumbi			"
22	Edigiana Nankumbi			"
23	Albertina Nankumbi			"
24	Edigiana Nankumbi			"
25	Edigiana Nankumbi			"
26	Edigiana Nankumbi			"
27	Edigiana Nankumbi			"
28	Edigiana Nankumbi			"
29	Edigiana Nankumbi			"
30	Edigiana Nankumbi			"
31	Maria Fidalgo			"
32	Luísa Nankumbi		939797337	"
33	Luísa Nankumbi		934087387	"
34	Luísa Nankumbi			"
35	Luísa Nankumbi			"
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				

Figura 13: Lista de presenças da Consulta Pública



MINAGRIF/PDAC



Fotografias:



Figura 14: Especialista Ambiental e Social com o proponente e autoridades tradicionais



Figura 15: Especialista ambiental e os participantes



Figura 16: Proponente e trabalhadores



Figura 17: Viveiro de plantas florestais para instalação de quebra-ventos



MINAGRIF/PDAC



12.2. Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto

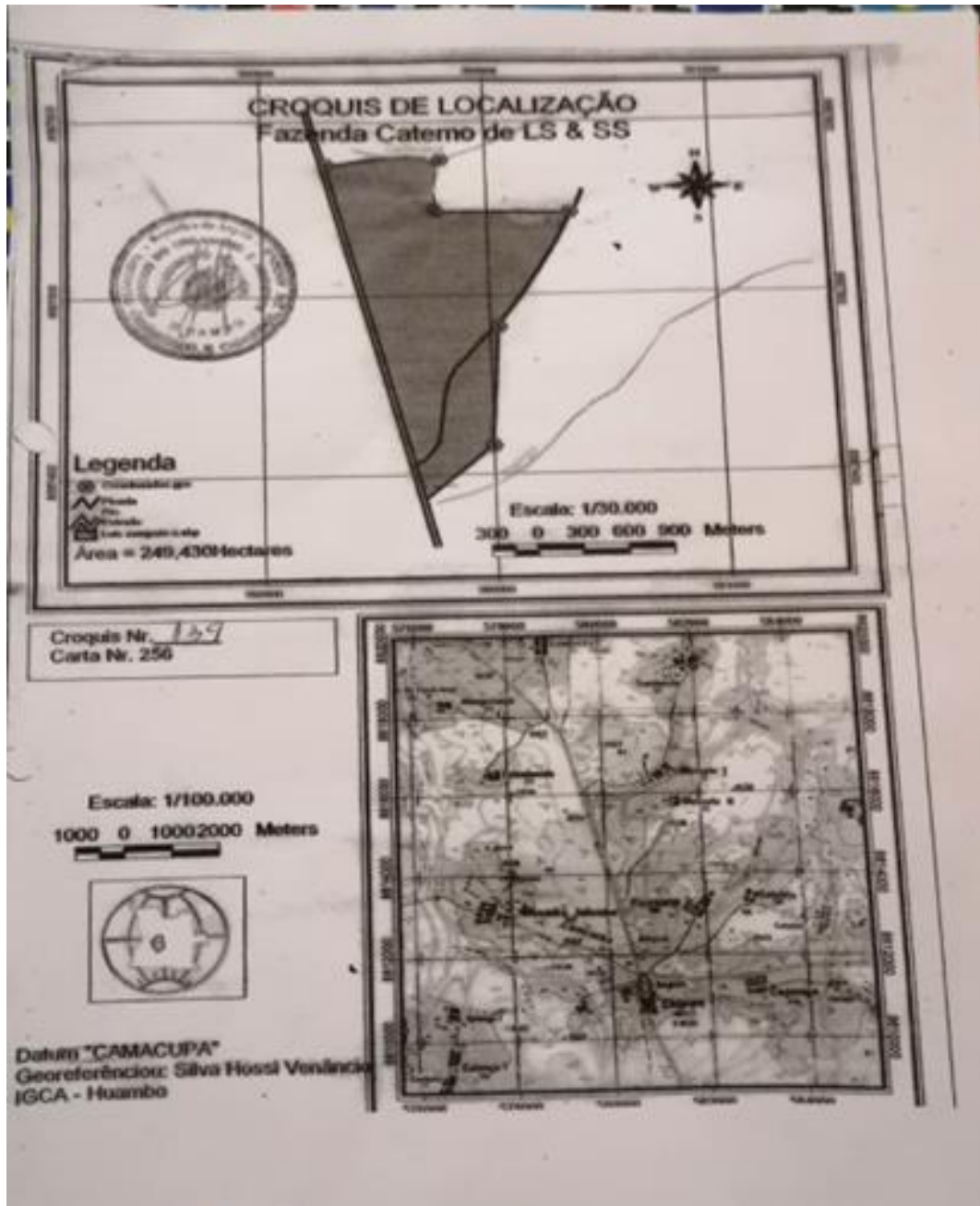


Figura 18: Croqui de Localização



MINAGRIF/PDAC



12.3. Anexo III. Declaração de Terra da Fazenda Catemo LS & SS, Lda

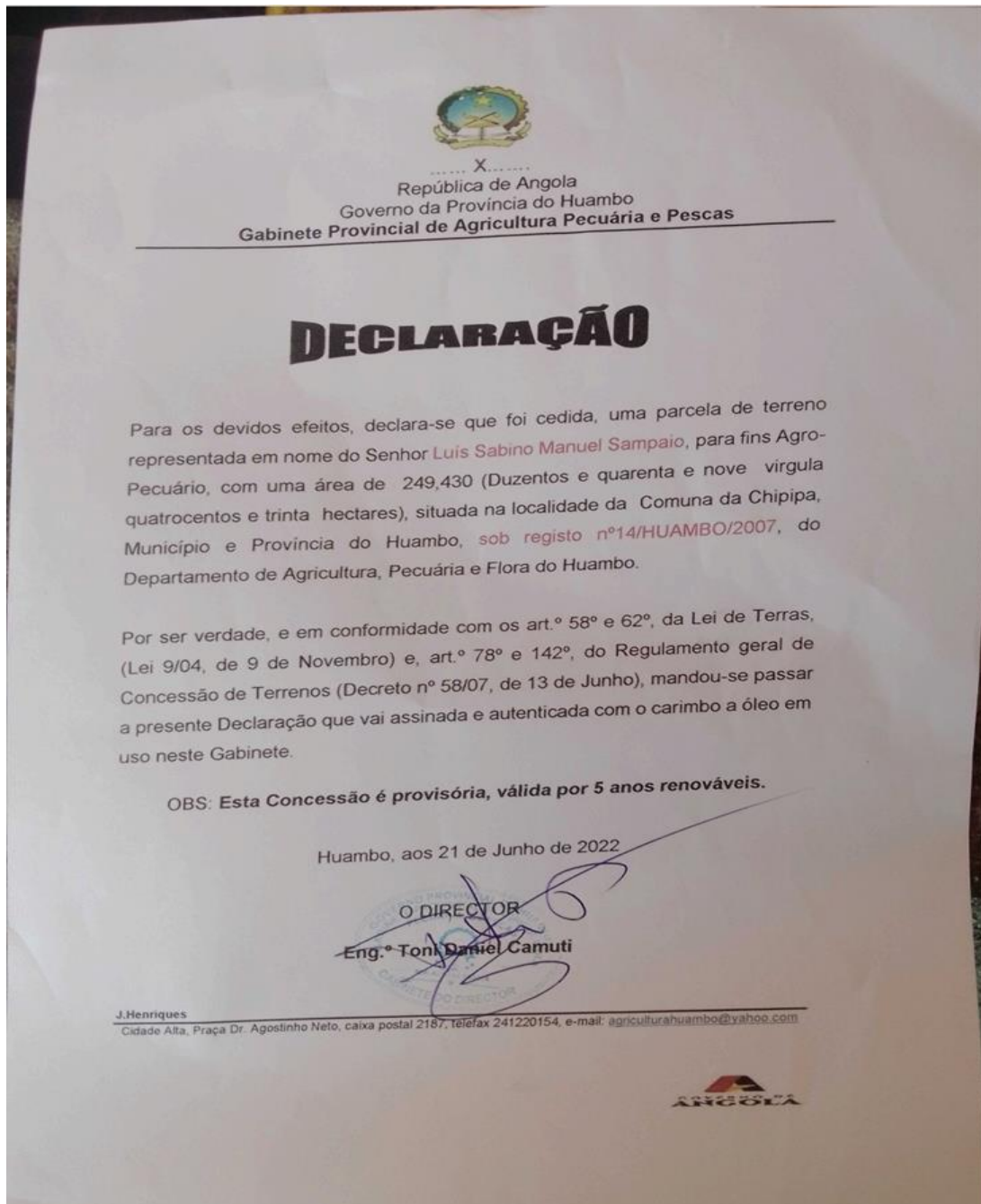


Figura 19: Declaração de Terra da fazenda LS & SS, Lda



MINAGRIF/PDAC



12.4. Anexo IV: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento



Figura 20: Pormenor de um campo da fazenda Catemo LS & SS, Lda



MINAGRIF/PDAC



12.5. Anexo V: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC

Tabela 39: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações do PDAC

Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações – PDAC		
1	Identificação (a pessoa pode optar por manter-se no anonimato)	<p>Nome:</p> <p>Idade:</p> <p>Desejo manter-me anónimo: SimNão:.....</p> <p>A minha identidade não poderá ser divulgada sem o meu consentimento: sim..... Não.....</p>
2	Contactos	<p>Contacte-me por:</p> <p>Telefone.....email.....</p>
3	Descrição da reclamação	<p>O que aconteceu.....</p> <p>Aonde aconteceu.....</p> <p>Quando aconteceu.....</p>
<p>Assinatura:.....Enviado</p> <p>por:..... Data:</p>		



MINAGRIF/PDAC



12.6. Anexo VI: Ficha de Registo de Não Conformidades da fazenda CATEMO LS & SS, LDA

Tabela 40: Relatório De Não Conformidades (RNC)

Nome do subprojecto:		RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADES (RNC)	
Fazenda CATEMO LS & SS, LDA			
Nome do Colaborador:		RNC n°:	Data:
Origem da Não Conformidade			
Detalhes da Não Conformidade			
Descrição		Abrangência	
Acção de Correção (Acção Imediata)		Data Impl.	Responsável
Análise das Causa (Por que ocorreu a não conformidade?)			
1			Observação:
2			Observação:



MINAGRIF/PDAC



3			Observação:	
4			Observação:	
5			Observação:	
6			Observação:	
Medidas Preventivas		Riscos/ Oportunidades	Data Limite	Responsável
1				
2				
3				
4				
5				
6				
Medidas Correctivas		Riscos/ Oportunidades	Data Limite	Responsável
1				
2				
3				
4				
5				
6				
Acompanhamento da Implementação			Responsável	Estado
1				



MINAGRIF/PDAC



2			
3			
4			
5			
6			
Verificação da Eficácia			
Responsável pela Verificação:		Data:	<input type="checkbox"/> Eficaz
			<input type="checkbox"/> Não Eficaz <input type="checkbox"/> Nova RNC:
			Revisão:
			Data:



MINAGRIF/PDAC





MINAGRIF/PDAC



12.7. Anexo VII. Código de Conduta do PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
 GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
 PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL

1. OBJETIVOS

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar proteger e contribuir na promoção de condições de



MINAGRIF/PDAC



desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/activos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou



MINAGRIF/PDAC



outros serviços sociais (por exemplo, uma viúva impedida de receber uma herança, rendimentos retirados à força por um parceiro íntimo ou membro da família, uma mulher impedida de usar contraceptivos, uma rapariga impedida de frequentar a escola, etc.).

- **Abuso Psicológico/Emocional:** Acto de infligir dor ou lesão mental ou emocional. Exemplos incluem: ameaças de violência física ou sexual, intimidação, humilhação, isolamento forçado, perseguição, assédio, atenção indesejada, observações, gestos ou palavras escritas de natureza sexual e/ou ameaçadora, destruição de coisas acarinhadas, etc.

Violência Contra Crianças (VCC): É definido como danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos, negligência ou tratamento negligente de crianças menores de 18 anos, incluindo a exposição a tais danos, que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Isto inclui o uso de crianças para fins lucrativos, trabalho, gratificação sexual, ou alguma outra vantagem pessoal ou financeira. Isto também inclui outras actividades, como o uso de computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil.

Aliciamento: São comportamentos que facilitam a procura de uma criança para actividade sexual. Por exemplo, um agressor pode construir uma relação de confiança com a criança, e depois procurar sexualizar essa relação (por exemplo, encorajando sentimentos românticos ou expondo a criança a conceitos sexuais através da pornografia). Este aliciamento pode ser feito presencialmente ou com recurso a dispositivos electrónicos.

Criança: Termo utilizado quando nos referimos a um «menor», isto é uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Esta definição está em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Consentimento: É a escolha informada subjacente à intenção livre e voluntária de um indivíduo, aceitação ou acordo para fazer algo. Não é considerado consentimento quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou deturpação. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta é aplicado preveja uma idade inferior. A crença errada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

3 Termo de compromisso

Eu _____ [*escrever o nome*], exercendo a função de _____

_____ [*escrever a função*], na Província de _____, declaro que li o código de conduta da instituição e reconheço que é importante subscrever as normas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho (NASSS) e os requisitos de saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como prevenir a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC).

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o incumprimento do código de conduta, na sua generalidade, e, em particular a realização de actos de VBG ou VCC, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria, sujeito à aplicação de sanções que



MINAGRIF/PDAC



podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajas inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, uivar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interações sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliare e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;



MINAGRIF/PDAC



15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos ¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessação do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 25/12)



MINAGRIF/PDAC



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa):

Função:

Data:
